

Fatores que influenciam o desenvolvimento empresarial no Alto Alentejo

Gonçalo José Salgueiro Alexandre

Projeto

Curso: **Mestrado em Gestão de PME**

Docente/Orientador: Prof. Doutor Pedro Manuel da Costa Ramos

Ano Letivo: 2023 | 2024

Outubro | 2024

“A essência da estratégia é escolher o que não
fazer.”

Michael Porter

Agradecimentos

A conclusão do projeto de mestrado de Gestão de PME que aqui se apresenta, é o resultado de um trabalho individual que não teria sido possível sem a ajuda, a colaboração e o apoio de várias pessoas e entidades, às quais agradeço.

Ao Professor Doutor Pedro Costa Ramos, o meu orientador, obrigado por toda a ajuda neste processo. Pelo rigor, pela paciência, empenho e disponibilidade, pelo conhecimento que transmitiu, críticas, pela perseverança na supervisão do desenvolvimento do projeto.

À minha família, pelo apoio incondicional, estando sempre presentes para ouvir os meus desabafos frustrados e conquistas.

Não esquecendo ninguém, quero agradecer o incentivo e colaboração de todos os meus amigos, colegas e familiares.

A todos vós, um muito obrigado. Um bem hajam!

Resumo

Este trabalho partiu de um propósito de âmbito profissional, de analisar o tecido económico empresarial do Alto Alentejo.

Foi realizado um trabalho de pesquisa quantitativa e qualitativa no apuramento dos resultados que concluiu com a realização de entrevistas aos responsáveis pelas entidades que influenciam o desenvolvimento económico e social do território do Alto Alentejo.

Para análise do apuramento dos resultados realizou-se um trabalho exaustivo do levantamento do tecido empresarial e de indicadores de Portugal, da região do Alentejo e da sub-região do Alto Alentejo, com o intuito de se analisar os dados obtidos com a informação facultada.

Por fim existe uma comparação das diferentes fontes de informação com a literatura existente e das entrevistas, de um ponto de vista triangular, onde se pretende que o resultado seja o mais fidedigno para que as conclusões possam ser de extrema importância na tomada de decisão dos decisores e líderes da região.

Palavras-Chave: Alto Alentejo, Desenvolvimento, Associativismo Empresarial, Agência Governamentais, Parcerias em Rede.

Abstract

This work began with the professional aim of analysing the economic and business fabric of Alto Alentejo.

Quantitative and qualitative research was carried out to establish the results, which concluded with interviews with those responsible for the organisations that influence the economic and social development of the Alto Alentejo region.

In order to analyse the results, an exhaustive survey of the business fabric and indicators for Portugal, the Alentejo region and the Alto Alentejo sub-region was carried out, with the aim of analysing the data obtained from the information provided.

Finally, there is a comparison of the different sources of information with the existing literature and the interviews, from a triangular point of view, where the aim is for the result to be as reliable as possible so that the conclusions can be extremely important in the decision-making of the region's decision-makers and leaders.

Keywords: Alto Alentejo, Development, Business Associations, Government Agencies, Network Partnerships.

Lista de Abreviaturas, Siglas e Símbolos

ADER-AL - Associação para o desenvolvimento em espaço rural do Norte Alentejo

BioBIP - Bioenergy and Business Incubator of Portalegre

C.A.E. - Código de Atividade Económica

CCDR - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo

CLAS - Concelhos Locais de Ação Social

CIMAA - Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo

C.BIP - Incubadora de Empresas Culturais e Criativas

CFI - Código Fiscal do Investimento

CPCJ - Comissões de Proteção de Crianças e Jovens

CMVM - Comissão de Mercado de Valores Mobiliários

CTeSP - Cursos Técnico Superior Profissional

DLRR - Dedução por lucros retidos e reinvestidos

EDL - Estratégia de Desenvolvimento Local

EDLC- Estratégia Desenvolvimento Local Comunitária

ESTG - Escola Superior de Tecnologia e Gestão

ESTGD - Escola Superior de Tecnologia, Gestão e Design

FEADER - Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural

FMDO - Fundo de Desenvolvimento da Mão-de-Obra

GEE - Gabinete de Empreendedorismo e Emprego

GII - Gabinete de Investigação e Inovação

GMC - Grupo de Melhoria Contínua

IAPMEI - Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação

IES - Informação Empresarial Simplificada

ICEP - Instituto do Comércio Externo de Portugal

IEFP - Instituto do Emprego e Formação Profissional
IFAP - Instituto de Financiamento de Agricultura e Pescas
IMI - Imposto Municipal sobre Imóveis
IMT - Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis
INE - Instituto Nacional de Estatística
I&D - Investigação e Desenvolvimento
I&DT - Investigação e Desenvolvimento Tecnológico
I.R.C. - Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas
I.R.S. - Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares
IS - Imposto do Selo
ISP - Imposto sobre os Produtos Petrolíferos
LEADER - Ligação Entre Ações de Desenvolvimento Rural
NEST - Centro de Inovação do Turismo
LGT - Lei Geral Tributaria
NERPOR-AE - Núcleo Empresarial da Região de Portalegre – Associação Empresarial
OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
ODS - Objetivos Desenvolvimento Sustentáveis
ODM - Objetivos de Desenvolvimento do Milénio
P.I.B. - Produto Interno Bruto
PME - Pequenas médias empresas
PORDATA - Base de Dados sobre Portugal Contemporâneo
PRR - Plano de Recuperação e Resiliência
RAN - Reserva Agrícola Nacional
REN - Redes Energéticas Nacionais
RFAI - Regime Fiscal de Apoio ao Investimento

SIFIDE II - Sistema de incentivos fiscais em investigação e desenvolvimento empresarial II

TIC - Tecnologias de Informação e Comunicação

VAB - Valor Atual Bruto

ÍNDICE GERAL

ÍNDICE DE ANEXOS	xi
ÍNDICE DE FIGURAS	xii
ÍNDICE DE TABELAS	xiv
INTRODUÇÃO	1
Enquadramento	2
Objetivos Gerais da Investigação	3
Problemática e Questão de Investigação	4
Referencial Metodológico	5
CAPÍTULO I – REVISÃO DE LITERATURA	6
1.1 Problemática da competitividade	7
1.2 Agências Governamentais	8
1.3 Associações Empresariais	9
1.4 Fiscalidade em Portugal	10
1.5 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)	15
CAPÍTULO II - ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO	17
2.1 Metodologia	17
2.2 Estrutura da entrevista	18
2.3 Caracterização da sub-região do Alto Alentejo	20
2.3.1 População do Alto Alentejo de 2012-2022	20
2.3.2 População por Sexo de Portugal, Alentejo e Alto Alentejo de 2012-2022	22
2.3.4 Faixa etária Portugal, Alentejo e Alto Alentejo 2012-2022	23
2.3.5 Saldo natural/migratório da população Portugal, Alentejo e Alto Alentejo de 2012-2022	26
2.3.6 Atividades económicas por Código de Atividades Económicas (C.A.E.) Portugal 2012-2022	29
2.3.7 Atividades económicas por C.A.E. do Alentejo 2012-2022	30
2.3.8 Atividades económicas por C.A.E. do Alto Alentejo 2012-2022	31
2.3.9 Dimensão das empresas Portugal, Alentejo e Alto Alentejo 2012-2022	32
2.3.10 Pessoal ao serviço nas empresas 2012-2022	34
2.3.11 Volume de negócios das empresas Portugal, região do Alentejo e sub-região do Alto Alentejo	36
2.3.12 P.I.B. Portugal, Alentejo e do Alto Alentejo 2012-2022	41
2.3.13 Poder de compra do Alentejo e Alto Alentejo	42
2.3.14 Valor acrescentado bruto (VAB) a preços correntes	42

2.3.15 Informação Empresarial Simplificada (IES) Portugal, Alentejo e Alto Alentejo 2012-2022.....	43
2.3.16 Imposto sobre o rendimento de pessoas singulares (I.R.S.) 2015-2021.....	45
2.3.17 Desemprego Portugal, região do Alentejo e sub-região do Alto Alentejo 2012-2022 .	46
2.3.18 Importações Portugal, Alentejo e Alto Alentejo de 2012-2022	49
2.3.19 Exportações Portugal, Alentejo e Alto Alentejo.....	55
2.3.20 Estabelecimentos de alojamento turístico 2017-2022	61
2.3.21 Impostos municipais 2011-2020	62
2.4 Certificados PME	64
2.4.1 Certificados PME Líder 2012-2022	65
2.4.2 Certificados PME Excelência	66
2.5 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável	67
2.5.1 Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, implementação dos ODS em Portugal	67
CAPÍTULO III – ANÁLISE DAS ENTREVISTAS	69
3.1 Fontes de Informação	69
3.1 Entrevista e preparação das entrevistas	70
3.1.1 Associação para o Desenvolvimento em Espaço Rural do Norte Alentejo (ADER-AL)....	71
3.1.2 Escola Superior de Tecnologia, Gestão e Design (ESTGD).....	72
3.1.3 Gabinete de Empreendedorismo e Emprego (GEE).....	73
3.1.4 Gabinete de Investigação e Inovação (GII)	74
3.1.5 Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP).....	75
3.1.6 Núcleo Empresarial da Região de Portalegre Associação Empresarial (NERPOR-AE).....	76
3.1.7 TURISMO DE PORTUGAL	77
3.2 Análise da informação (análise e discussão dos resultados das entrevistas)	78
3.2.1 Setores de atividade economia	78
3.2.2 Avaliação do desempenho da entidade	80
3.2.3 Lideranças dos empresários.....	82
3.2.4 Planeamento da atividade empresarial	84
3.2.5 Competitividade empresarial.....	85
3.2.6 Mão de obra qualificada	87
3.2.7 Empreendedorismo.....	89
3.2.8 Fiscalidade empresarial.....	91
3.2.9 Literacia financeira	93
3.2.10 Parcerias ou redes colaborativas	94
3.2.11 Infraestruturas físicas.....	96

3.2.12 Desenvolvimento da região do Alto Alentejo	98
CONCLUSÃO	99
SUGESTÕES.....	102
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	103
ANEXO 1 – “ENTREVISTA ADER-AL”	111
ANEXO 2 – “ENTREVISTA ESTGD”	113
ANEXO 3 – “ENTREVISTA ESTGD-GEE”	115
ANEXO 4 – “ENTREVISTA ESTGD-GII”	117
ANEXO 5 – “ENTREVISTA IEFP”	119
ANEXO 6 – “ENTREVISTA NERPOR”	122
ANEXO 7 – “ENTREVISTA TURISMO DE PORTUGAL”	124

ÍNDICE DE ANEXOS

Anexo 1 - Entrevista ADER-AL	111
Anexo 2 - Entrevista ESTGD	113
Anexo 3 - Entrevista ESTGD - GEE	115
Anexo 4 - Entrevista ESTGD - GII.....	117
Anexo 5 - Entrevista IEFP.....	119
Anexo 6 - Entrevista NERPOR.....	122
Anexo 7 - Entrevista Turismo de Portugal.....	124

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa Sub-região Alto Alentejo	3
Figura 2 – Desenvolvimento Sustentável	16
Figura 3 – Mapa ODS Sustentável	17
Figura 4 – Número de População Alto Alentejo 2012-2022 (n.º)	20
Figura 5 – Comparação população Portugal, Alentejo e Alto Alentejo 2012-2022	21
Figura 6 – Sexo Portugal (n.º).....	22
Figura 7 – Sexo Alentejo (n.º).....	22
Figura 8 – Sexo Alto Alentejo (n.º)	23
Figura 9 – Portugal faixa etária pessoas 2012-2022 (n.º)	23
Figura 10 – Região do Alentejo faixa etária pessoas 2012-2022 (n.º)	24
Figura 11 – Sub-região do Alto Alentejo faixa etária pessoas 2012-2022 (n.º)	25
Figura 12 – Saldo natural pessoas 2012-2022 (n.º).....	26
Figura 13 – Saldo migratório pessoas 2012-2022 (n.º)	27
Figura 14 – Comparação pessoal por setor de atividade, Portugal, Alentejo e Alto Alentejo 2012-2022.....	35
Figura 15 – Volume de negócios das empresas Portugal e Alentejo de 2012-2022 (milhares euros)	36
Figura 16 – Volume de negócios das empresas, Alto Alentejo de 2012-2022 (milhares de euros). 37	
Figura 17 – Comparação do P.I.B. por habitante a preços correntes, Portugal, região do Alentejo e sub-região do Alto Alentejo (€)	41
Figura 18 – Comparação do poder de compra do Alentejo e do Alto Alentejo 2004-2021 (%)	42
Figura 19 – Valor acrescentado bruto a preços correntes (€ milhões)	42
Figura 20 – Comparação da I.E.S. Portugal e Alentejo (€ milhões)	43
Figura 21 – I.E.S. Alto Alentejo (€ milhões)	43
Figura 22 – Comparação da taxa de desemprego de Portugal, Alentejo e Alto Alentejo (%)	46
Figura 23 – Desemprego do Alto Alentejo (%)	46
Figura 24 – Portugal desemprego Homens–Mulheres mês de dezembro 2012-2020 (n.º)	47
Figura 25 – Região do Alentejo desemprego Homens-mulheres mês dezembro 2012-2022 (n.º) . 47	
Figura 26 – Sub-Região do Alto Alentejo desemprego Homens-Mulheres mês dezembro 2012-2020 (n.º).....	48
Figura 27 – Comparação da média da faixa etária de desemprego de 2012-2022 (%)	49
Figura 28 – Importações Portugal 2012-2022 (€ milhares de milhões)	49
Figura 29 – Importações Alentejo 2012-2022 (€ milhares de milhões)	50
Figura 30 – Importações Alto Alentejo 2012-2022 (€ milhares de milhões)	51
Figura 31 – Importações Alto Alentejo total 2012-2022 (€ milhares de milhões).....	54
Figura 32 – Importações Alto Alentejo total 2012-2022 (matéria/massa)	55
Figura 33 – Exportações Portugal 2012-2022 (€ milhões)	55
Figura 34 – Exportações Alentejo 2012-2022 (€ milhões)	56
Figura 35 – Exportações Alto Alentejo 2012-2022 (€ milhões).....	56
Figura 36 – Exportações Alto Alentejo total 2012-2022 (€ milhões)	59
Figura 37 – Exportações Alto Alentejo total 2012-2022 (matéria/massa).....	60
Figura 38 – Estabelecimentos de alojamento turístico de Portugal (n.º)	61
Figura 39 – Estabelecimentos de alojamento turístico, Alentejo e Alto Alentejo 2017-2022 (n.º). 61	

Figura 40 – Estabelecimentos de alojamento turístico de Portugal, Alentejo e do Alto Alentejo 2017-2022 (%)	62
Figura 41 – Impostos municipais Portugal 2011-2020 (€ milhares).....	62
Figura 42 – Impostos municipais Alentejo e Alto Alentejo 2011-2020 (€ milhares).....	63
Figura 43 – Impostos municipais comparação Portugal, Alentejo e Alto Alentejo 2011-2020 (%) 64	
Figura 44 – Certificados PME líder do Alto Alentejo 2012-2022 (n.º).....	65
Figura 45 – Certificados PME líder por atividades do Alto Alentejo 2012-2022 (%).....	65
Figura 46 – Certificados PME Excelência do Alto Alentejo 2012-2022 (n.º)	66
Figura 47 – Certificados Excelência Alto Alentejo 2012-2022 (%)	66
Figura 48 – Localização.....	69

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 – Taxa de variação de população de Portugal, Alentejo e Alto Alentejo	20
Tabela 2 – Taxa de variação de Portugal faixa etária.....	24
Tabela 3 – Taxa de variação do Alentejo faixa etária.....	25
Tabela 4 – Taxa de variação do Alto Alentejo faixa etária	26
Tabela 5 – Taxa de variação do saldo natural	26
Tabela 6 – Taxa variação do saldo migratório.....	27
Tabela 7 – Saldo Total pessoas 2012-2022 (n.º)	28
Tabela 8 – Taxa de variação de saldo total	28
Tabela 9 – C.A.E. Portugal 2012-2022	29
Tabela 10 – Taxa de variação dos C.A.E. Portugal.....	29
Tabela 11 – C.A.E. do Alentejo 2012-2022	30
Tabela 12 – Taxa de variação dos C.A.E. do Alentejo.....	30
Tabela 13 – C.A.E. do Alto Alentejo 2012-2022	31
Tabela 14 – Taxa de variação das atividades económicas do Alto Alentejo	31
Tabela 15 – Número de empresas em Portugal, Alentejo e Alto Alentejo	32
Tabela 16 – Empresas na sub-região do Alto Alentejo (n.º)	33
Tabela 17 – Trabalhadores por atividades, Portugal, Alentejo e Alto Alentejo (n.º).....	34
Tabela 18 – Trabalhadores das micro, pequenas, médias e grandes empresas (%).....	34
Tabela 19 – Trabalhadores nas principais atividades em (%)	35
Tabela 20 – Pessoal afeto por atividades económicas na sub-região do Alto Alentejo 2012-2022 (%)	36
Tabela 21 – Taxa de variação do volume de negócios.....	37
Tabela 22 – Volume de negócios por atividade Portugal e na região do Alentejo 2012-2022 (%)..	38
Tabela 23 – Volume de negócios por atividade sub-região do Alto Alentejo 2012-2022 (%)	39
Tabela 24 – Nascimento e mortes de empresas 2012-2022 (n.º).....	40
Tabela 25 – Variação P.I.B. por habitante a preços correntes 2012-2022.....	41
Tabela 26 – Variação I.E.S. Portugal, Alentejo e Alto Alentejo anos 2012 e 2022 (€ milhões).....	44
Tabela 27 – I.R.S. Portugal, região do Alentejo e sub-região do Alto Alentejo	45
Tabela 28 – Variação I.R.S. liquidado 2015-2021	45
Tabela 29 – Tipos de bens importados do Comercio Internacional 2012-2022 (€ milhares de milhões).....	52
Tabela 30 – Tipos de bens importados Comercio-Intro.UE 2012-2022 (€ milhares de milhões)	53
Tabela 31 – Tipos de bens importados Comercio-Extra.UE 2012-2022 (€ milhares de milhões)	53
Tabela 32 – Tipos de bens/produtos exportados Comercio Internacionalmente 2012-2022 (€ milhares de milhões).....	57
Tabela 33 – Tipos de bens exportados Comercio-Intro.UE 2012-2022 (€ milhares de milhões).....	58
Tabela 34 – Tipos de bens exportados Comercio-Extra.UE 2012-2022 (€ milhares de milhões)	59
Tabela 35 – Entidades, cargo/chefia dos entrevistados	70

INTRODUÇÃO

A constituição de Portugal remonta aos tempos medievais, onde tem uma tradição municipalista, como é referido nos forais. Naquele tempo as funções dos municípios eram bastante amplas, envolvendo, áreas como a justiça aos seus habitantes, a função administrativa e a função tributária, em que o município era responsável pelo seu autofinanciamento de modo a garantir a sua subsistência financeira e territorial. Na elaboração das cartas de foral, foram constituídos vários municípios, com a finalidade de dinamizar a economia, defesa e povoamento do território (Monteiro & Romão, 2018).

Segundo Monteiro e Romão (2018), no ano de 1976 surgiram as noções de poder local e de autonomia local, dando-se assim início a um processo de reforço do papel das autarquias locais no desenvolvimento socioeconómico dos seus territórios e do país como um todo. A constituição portuguesa passou a conceder autonomia político-administrativa às autarquias locais, começando assim descentralização dos serviços governamentais.

O tema que se propõe analisar, fatores que influenciam o desenvolvimento empresarial do Alto Alentejo, tem como objetivo identificar, as várias razões e consequências das entidades na causa do desenvolvimento económico empresarial e social.

Para tal é importante realizar uma analogia entre os vários *stakeholders* do território, tais como, associativismo empresarial, instâncias de ensino superior e agências governamentais. Bem como identificar as condicionantes que afetam o desenvolvimento da região na implementação de políticas públicas, políticas fiscais, na execução dos fundos europeus, na vertente do ensino, redes e parcerias.

Harguindeguy (2015) menciona que os governos implantam vários exemplos de políticas públicas para atingirem os resultados esperados, mas, não obstante, nem sempre conseguem ter resultados satisfatórios existindo uma diferenciação entre o racional e a formulação das propostas.

A análise destas questões pretende-se obter uma perceção mais fidedigna da realidade compreendendo melhor os vários dilemas que afetam a região nomeadamente no sector empresarial, segundo Moyson & Scholten (2018) a conceção e a sua

implementação de políticas de inovação que produzem um efeito eficazes é de extrema importância, uma vez que o processo de inovação é algo complexo e específico no seu contexto.

Bucci (2006) refere que as políticas públicas são instrumentos de governação para poder coordenar os meios que dispõem o Estado e as suas atividades privadas na concretização dos seus objetivos sociais, económicos, ou seja, a política pública deve delinear os principais objetivos, alocando os meios necessários num determinado período de tempo para a execução e materialização dos resultados pretendidos.

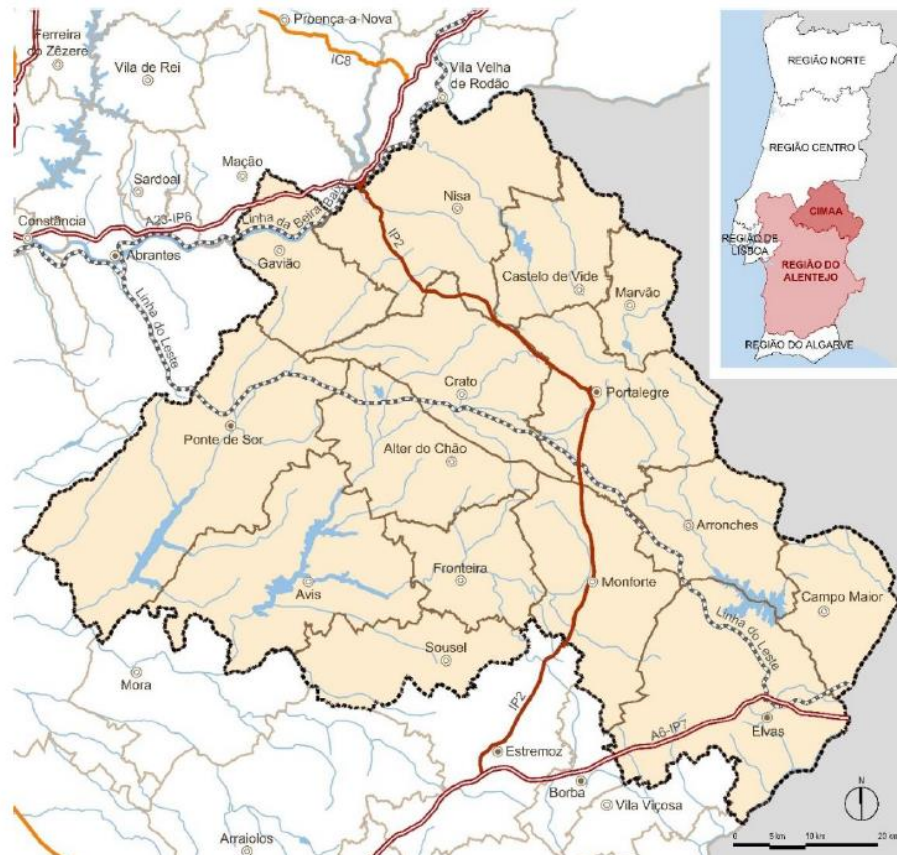
O desenvolvimento de políticas nomeadamente a de política fiscal como é mencionado por Brinca, et al. (2024), que deve adaptar a estrutura do consumo à evolução das necessidades do desenvolvimento económico e da justiça social, devendo abranger os consumos de luxo, com o intuito de contribuir para a redução das desigualdades das sociedades, esta análise será mais detalhada neste trabalho.

Enquadramento

A captação de investimento, para o desenvolvimento dos vários setores de atividade económicos e a crescente competitividade entre países, regiões e localidades leva os decisores políticos a obter vários tipos de estratégias para potencializar o seu território.

A vantagem competitiva é realizada e sustentada através de um processo restrito num determinado lugar Porter (1990).

Figura 1 – Mapa Sub-região Alto Alentejo



Fonte: CIMAA (2022)

A sub-região do Alto Alentejo (NUTS III) insere-se na região do Alentejo (NUTS II), tem uma área de aproximadamente 6.000 km², constituindo por 15 municípios: Alter do Chão, Arronches, Avis, Campo Maior, Castelo de Vide, Crato, Elvas, Fronteira, Gavião, Marvão, Monforte, Nisa, Ponte de Sor, Portalegre e Sousel (CIMAA, 2022)

Objetivos Gerais da Investigação

Na realização deste trabalho pretende-se responder a várias questões no desenvolvimento do Alto Alentejo nas áreas das infraestruturas, políticas governamentais, associativismo empresarial, parcerias colaborativas, qualificação académica e profissional.

Para a obtenção dos resultados optou-se por um conjunto de entrevistas semiestruturadas às seguintes entidades:

- ADER-AL – Associação para o Desenvolvimento em Espaço Rural do Norte Alentejo;

- ESTGD – Escola de Tecnologia Gestão e Design:
 - GEE – Gabinete de Empreendedorismo e Emprego
 - GII – Gabinete de Investigação e Inovação
- IEFP – Instituto de Emprego e Formação Profissional;
- NERPOR-AE – Núcleo Empresarial da Região de Portalegre - Associação Empresarial;
- Turismo de Portugal, I.P.

Problemática e Questão de Investigação

Na recolha de informação deste tema elaborou-se uma pesquisa na literatura disponível sobre a temática, estudos científicos, legislação relativa às entidades responsáveis pelos processos de modernização e de avaliação de políticas públicas, de ensino nas suas várias vertentes, associativismo empresarial e redes colaborativas.

Mccann e Shefer (2013) referem que a localização geográfica pode ter um impacto significativo na competitividade de uma região, sobretudo quando se trata de setores que dependem de recursos naturais ou mercados próximos. Os mesmos autores diferem em relação às empresas que operam no mesmo espaço territorial sendo do mesmo setor de atividade, que tem um aproveitamento de sinergias, para reduzir os custos e promover a inovação. A aglomeração pode ser um elemento diferenciador na constituição das políticas públicas que incentivem a colaboração entre empresas e instituições locais. Os autores também evidenciam a importância das infraestruturas físicas como estradas, ferrovias, portos e aeroportos um meio para o desenvolvimento regional. A construção de infraestruturas fundamentais para melhorar o desenvolvimento da região com outras áreas permite aumentar a capacidade de atrair investimentos. É ainda referido que a localização e a concentração de infraestruturas são fatores interdependentes, onde as políticas públicas de desenvolvimento do território devem ter em consideração na promoção e desenvolvimento regional sustentável.

O desenvolvimento local como é entendido e aplicado pelas entidades governamentais em Portugal resulta, em grande parte das experiências políticas positivas em torno do conceito do desenvolvimento, que o mesmo veio sofrendo alterações ao longo dos anos

na comunidade europeia, onde funciona como aglutinador de experiências, e de resultados onde vão publicitando as mesmas pelos seus canais próprios (Moreno, 2014).

Estas alterações de conceito do desenvolvimento local foram acompanhadas por uma mudança de mentalidade de paradigma, que se revelaram fundamentais para a alteração das medidas e do conceito da aplicação dos termos de rural e ruralidade (Moreno, et al., 2003).

Dias (2011) indica que o atual quadro para o desenvolvimento local em Portugal, resulta do peso que o estado tem na economia e o *modus operandi*, ser muito burocrático e a conseqüente fraco sentido da obtenção de resultados. Segundo este autor, em parte da responsabilidade pertence ao Estado pela aplicação dos programas e mecanismos de regulação dotando as estruturas de apoio ao desenvolvimento local de ferramentas e funcionalidades estandardizadas onde os resultados obtidos são mensuráveis. O mesmo autor afirma que estas estruturas foram sendo adaptadas ao modo de funcionamento da administração pública, sendo a sua estrutura muito hierarquizada ao serviço de políticas elaboradas pelo poder central que, inúmeras vezes, não conhece a realidade e as necessidades do terreno. A capacidade de ação do Estado tem uma dinâmica muito característica muito própria, de uma forma coloca a responsabilidade em prestadores de serviços com vínculos precários seja na execução de trabalhos ou no planeamento e materialização, sendo que esta situação cria desequilíbrios nas relações da tutela e os órgãos de gestão intermédios na execução dos programas de intervenção. (Dias, 2011, p.2).

Referencial Metodológico

A fonte de inspiração para a elaboração deste trabalho foi o Plano de Desenvolvimento Económico e Social de Alvito, realizado no ano de 2023, cujo objetivo foi de apetrechar o executivo do municipal de ferramentas e análises de base científicas para a promoção e desenvolvimento do concelho.

CAPÍTULO I – REVISÃO DE LITERATURA

A escolha deste tema justifica-se como consequência de vários fatores, por motivos profissionais e pessoais com o intuito de compreender as várias dinâmicas governamentais, associativistas e empresariais que assolam a sub-região do Alto Alentejo.

Harguindeguy (2015), refere que apesar dos esforços dos governos, são vários os exemplos em que as políticas públicas não atingem os resultados para as quais foram concebidas, ou nas quais existe um fosso entre o que é o pretendido, com o que é obtido, segundo o mesmo autor identifica as condições que podem restringir ou promover a aprendizagem de políticas públicas pelos principais responsáveis pela sua implementação. Considerando que é um fator importante, para perceber os motivos do sucesso ou fracasso das mesmas, a compreensão destas condições permite obter uma melhor perceção das razões pelas quais alguns governos aprendem a melhorar as políticas e outros não.

Apesar de as políticas de inovação serem unanimemente consideradas como uma ferramenta fundamental para o crescimento sustentado da competitividade dos países, as suas prioridades, o impacto na mudança e os seus resultados variam de país para país. A dinâmica dos fluxos de informação difere dos vários processos de aprendizagem das políticas de inovação, conseqüente a obtenção das diferentes velocidades e respetivos resultados (Borrás, 2011). O conteúdo da aprendizagem pode incluir componentes operacionais de políticas como definições de problemas, objetivos ou instrumentos, bem como aspetos estratégicos como ideias, ideologias e conceitos. Contudo, a conceção e implementação de políticas de inovação eficazes é um grande desafio, visto que o processo de inovação é complexo e específico (Moysen & Scholten, 2018).

Tendo por base a literatura sobre aprendizagem em políticas públicas de inovação (Borrás, 2011), pretende-se avaliar de que modo as estratégias e conceitos de desenvolvimento são determinantes na avaliação na criação de políticas de desenvolvimento empresarial a nível regional. Esta análise tem como premissa testar

os conceitos da academia na construção de políticas públicas, analisado o impacto das mesmas nas áreas fiscais, administrativas, fundos europeus, e da coesão territorial.

1.1 Problemática da competitividade

Em Portugal esta discussão está também presente e as preocupações são agravadas pelo desempenho relativamente desfavorável da economia nas últimas décadas, que se tem traduzido na ausência de convergência real face à média da União Europeia (EU) (Amador, et al., 2021).

A análise da evolução da competitividade dos países é uma matéria importante e muito complexa. A complexidade decorre da multiplicidade de dimensões subjacentes à competitividade, à dificuldade em dispor de indicadores relevantes, comparáveis entre países e disponíveis de forma harmonizada para um horizonte temporal longo (Amador, et al., 2021).

Os mesmos autores afirmam que a competitividade é um conceito lato e difuso, cuja quantificação engloba um conjunto muito alargado de fenómenos. Neste contexto é necessário considerar indicadores de tipos diferentes, cobrindo aspetos relacionados com a quantidade e qualidade dos fatores produtivos, na regulamentação dos mercados e enquadramento institucional em sentido lato.

A tendência de aumento contínuo da carga fiscal e a elevada tributação que incide sobre as empresas são fatores que afetam a competitividade da economia portuguesa. A falta de estabilidade e de previsibilidade fiscais condicionam especialmente o investimento e investidores. (Feio & Lobo, 2020).

Os conceitos de competitividade e produtividade muitas das vezes são utilizados como sinónimos. Por exemplo, Porter (1990) indica que, do ponto de vista nacional, o único conceito relevante para a competitividade é a produtividade. No entanto, o *The World Economic Forum* define a competitividade como o conjunto de instituições, medidas de política e fatores que determinam a produtividade da economia (Amador, et al. 2021).

Atkinson (2013), indica um detalhe importante que o crescimento da produtividade se traduz numa maior competitividade, especialmente se se concentrar em setores transacionáveis.

A Investigação e Desenvolvimento (I&D) constituem dimensões importantes da competitividade. A inovação proporciona melhorias quer no processo produtivo, quer no tipo e na qualidade dos produtos e serviços (Jorgenson et al., 2008; Balasubramanian & Sivadasan, 2011)

Martin et al. (2011) menciona a importância da criação de sistemas regionais de inovação, pressupõem da necessidade do trabalho em rede, para potenciar o crescimento e a competitividade dos atores locais entre eles as empresas privadas, agências governamentais, entidades de ensino superior e organizações de investigação para o desenvolvimento de partilha de conhecimento, denominadas redes.

Desta forma, o desempenho da inovação é normalmente considerado como um componente fundamental da competitividade a longo prazo nos países, regiões e empresas (Chobotova & Rylkova, 2014).

Incidindo nas políticas públicas segundo Porter (1990) sugere uma ligação mais integrada e coordenada no desenvolvimento de estratégias políticas que envolvem medidas horizontais para melhorar a envolvente dos negócios, promovendo a competitividade empresarial.

Segundo Bernini e Pellegrini (2011), “o subsídio público visa alocação regional de investimentos e empregos, a fim de aumentar a competitividade, crescimento autossustentável e a geração de novos empregos em regiões de baixo rendimento”.

1.2 Agências Governamentais

Segundo Porter (1994) as redes de implementação de políticas públicas são vitais na construção de parcerias entre entidades como ministérios, agências governamentais, organizações da sociedade civil, empresas e instituições académicas. O mesmo autor indica que facilitar a cooperação entre o setor público e privado ao trabalharem em consórcios de projetos e outras iniciativas, o território pode tirar partido das complementaridades e criar sinergias que impulsionem na implementação de novas estratégias de desenvolvimento. Por exemplo, ministérios ou agências governamentais responsáveis por diferentes áreas podem coordenar os seus esforços, desenvolvendo políticas integradas e abordagens multidisciplinares para promover a competitividade.

Porter, (1994) menciona que as redes de implementação de políticas públicas desempenham um papel fundamental, uma abordagem colaborativa e interativa é essencial para impulsionar a competitividade e alcançar os objetivos desejados.

Mukherjee, et al. (2021) indica para elaborar, criar, uma capacidade política a diferentes níveis de governação, como aptidões e competências que existem nas agências de governação deveriam ter três níveis: o indivíduo, a organização e o sistema. Em relação aos indivíduos deveriam destacar-se na formulação de políticas, onde é necessário conhecimento técnico para realizar uma análise política prática. Nas organizações governamentais, deve constar capacidades de mobilização de informação para permitir uma análise política concreta e pertinente, capital administrativo para as agências de elaboração de políticas.

Conforme referiu Borrás (2011), dificultar o acesso a novas formas de aprendizagem dificulta a colaboração e coordenação nas relações entre a ciência e indústria, bem como entre as agências e os diferentes níveis de governo. Pode originar que a informação não circula entre as diferentes agências, consequência de uma resistência à mudança, revelando uma falta de visão. Algumas organizações podem resistir à implementação de novas políticas ou formas de desenvolvimento de procedimentos já existentes que podem pôr em causa o seu raio de ação ou *status quo*, que pode ser agravado por uma cultura organizacional altamente hierarquizada e burocrática.

1.3 Associações Empresariais

Segundo Dias (2011) indica que

“modelo de Associação de Desenvolvimento Local, criado no final da década de 80 início da década de 90, está esgotado e condenado a prazo se não for capaz de se recrear à luz dos desafios e do contexto que hoje enfrentamos.”

Este modelo não se enquadra na visão inclusiva e de cooperação que alguns autores defenderam para o desenvolvimento local, para o Daniel (2002) o desenvolvimento local é referente à estrutura de criação de políticas públicas, onde diferentes atores políticos, económicos, sociais dialoguem de forma aberta a partir dos seus interesses, procurando construir um novo desenvolvimento local em conjunto.

A mesma linha de pensamento com vista à plena realização do Desenvolvimento Local é defendida por Monteiro (2019) que, no entanto, destaca o papel do Estado enquanto um dos motores do desenvolvimento e da coesão territoriais. De acordo com este autor, que defende que o desenvolvimento é, por definição, um conceito endógeno, que se faz de dentro para fora e assim assumir como objetivo o desenvolvimento numa perspetiva territorial, colaborativa e amplamente participada. Na visão do mesmo, a perceção de territorialismo no contexto do desenvolvimento local representa um desafio de espacialização que encerra em si mesmo um confronto entre o funcionalismo e a mobilização do potencial endógeno das regiões.

A definição que mereceu maior concordância (Borrás, 2011) foi a desenvolvida por (Bennett & Howlett, 1992), que ressalva a importância do fator da aprendizagem do conhecimento para as decisões políticas sejam concretizadas com base em conhecimentos e experiências passadas na expectativa de adquirir novos conhecimentos perspetivando novas experiências. Com vista a clarificar os múltiplos entendimentos da aprendizagem de políticas e estabelecer uma ligação mais clara entre a aprendizagem e a mudança, segundo Bennett & Howlett (1992) desenvolveram uma classificação dividida em três níveis de aprendizagem: aprendizagem governamental, por atores e organizações do governo; aprendizagem das redes de implementação de políticas, não só por entidades do governo mas também empresas, associações empresariais, universidades e sistema científico e tecnológico; aprendizagem social, mais uma dimensão institucional, por comunidades mais abrangentes, aprendendo sobre ideias e geração de mudanças de paradigma de intervenção em determinados domínios de política pública (formas de pensar, paradigmas de ação, ideologia, etc.).

1.4 Fiscalidade em Portugal

O legislador constitucional em 1976 não via a política fiscal como um instrumento privilegiado para induzir a competitividade e promover o investimento. Esta situação pode ser explicada através do contexto histórico da Constituição, mas também, sobretudo através de uma perceção geral, na década de 1970, da política fiscal ser vista como um instrumento fraco em comparação com outras políticas públicas, como, por

exemplo, a política monetária. A percepção legislativa sobre o papel da política fiscal mudou com o decorrer dos anos, à medida que a matriz original da Constituição de 1976 foi sendo progressivamente ajustada para acomodar a evolução política e social em Portugal Brinca, et al., (2024).

Neste momento o sistema tributário português encontra-se em mutação devido ao surgimento de novas figuras tributárias com diferentes configurações abrangem realidades múltiplas, na maior parte dos casos sem conexão com os impostos ditos tradicionais como os impostos sobre o rendimento, consumo e património (Feio & Lobo, 2020).

A tendência de aumento contínuo da carga fiscal e a elevada tributação que incide sobre as empresas são fatores que afetam a competitividade da economia portuguesa. A falta de estabilidade e de previsibilidade fiscais condicionam especialmente o investimento e investidores (Feio & Lobo, 2020).

Decorre do artigo 3.º, n.º 2, da Lei Geral Tributaria (LGT), que o sistema fiscal português se encontra estruturado em três categorias de tributos, a saber, os impostos, as taxas e as contribuições, especiais e financeiras. Os primeiros assentam sobretudo no princípio da capacidade contributiva, ao passo que os restantes incidem o seu fundamento material, no princípio da equivalência; as taxas corresponderão a prestação concreta de um serviço público, a utilização de um bem do domínio público ou a remoção de um obstáculo jurídico ao comportamento dos particulares; as contribuições contextualizam-se na obtenção, pelo sujeito passivo, de benefícios ou aumentos de valor dos seus bens em resultado de obras públicas, ou da criação, ou ampliação de serviços públicos, ou no especial desgaste de bens públicos ocasionados pelo exercício de uma atividade (Feio & Lobo, 2020).

Os mesmos autores referem que a política fiscal é um jogo de equilíbrios porque são as empresas que criam emprego e produzem bens necessários, por outro lado, o Estado necessita de receitas que permitem cumprir as suas funções de soberania e tarefas sociais: saúde, educação, segurança social, entre outras.

Dados da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) e do Eurostat, que incluem já os valores suportados pelas empresas portuguesas com a

Derrama Estadual, apontam para uma taxa efetiva de I.R.C., de 25,1% em Portugal, no ano de 2021 (Brinca, et al., 2024).

Na Base de Dados Fiscal 2021¹ da OCDE, Portugal apresentava a mais elevada taxa nominal agregada de imposto sobre as sociedades (31,5%) entre países membros da organização. Paralelamente, o relatório «Reformas da Política Fiscal 2022»², da OCDE, salienta uma tendência visível entre 2000 e 2022, para uma redução das taxas do I.R.C., tendência essa contrariada apenas por uma minoria de países, entre eles, Portugal.

De referir que os autores Feio & Lobo (2020), concluíram que no ano de 2020 existiam em Portugal 4300 taxas das quais 2900 pertenciam às entidades da Administração Central do Estado e 600 eram da competência da Agência Portuguesa do Ambiente.

Em 2021 e 2022, o *ranking* anual de competitividade fiscal publicado pela organização norte-americana *Tax Foundation* considerou Portugal, respetivamente, o quarto e o terceiro país na OCDE com o pior quadro fiscal para as empresas, tendo por base, nomeadamente, a taxa calculada pela OCDE (Brinca et al.,2024).

No sentido de alterar o prisma descrito foi criado em Portugal, um conjunto de medidas fiscais, com o intuito de promover a competitividade, inovação tecnológica e investimento sustentável, que refletisse nas atividades, regiões ou agentes económicos, desempenhando um papel relevante no desenvolvimento empresarial. (Ferreira & Pereira, 2018).

Segundo (Ferreira & Pereira, 2018, p.2), indica que o Estado tem vindo a tomar medidas para potenciar a competitividade, inovação tecnológica e investimento produtivo, na promoção de um crescimento sustentável do país e para apoiar as empresas na sua internacionalização cumprindo as regras comunitárias.

Gomes (1991), evidência que os benefícios fiscais são medidas estruturais e que as exclusões tributárias como as taxas reduzidas, as deduções, abatimentos de matéria coletável, as restituições de coleta, as amortizações e as provisões, são tratados como regimes jurídicos de carácter geral, aplicáveis aos contribuintes.

¹ <https://www.oecd.org/en/topics/tax-policy.html>

² Tax Policy Reforms 2022: OECD and Selected Partner Economies, OECD Publishing, Paris, <https://doi.org/10.1787/067c593d-en>

Derrama Estadual

Segundo o autor Brinca et al. (2024), durante a crise financeira e económica de 2009, surgiu a necessidade de aumentar a receita fiscal, foi introduzido, um elemento de progressividade na tributação das empresas, sob a forma de Derrama Estadual. Esta derrama foi apresentada como uma medida transitória, de carácter excecional, justificada pela necessidade de consolidar as contas públicas e reduzir o défice orçamental. No entanto, a Derrama Estadual manteve-se até aos dias de hoje, indo contra os princípios da sua legitimação. O mesmo autor indica que a este pendor progressivo, acresce um vetor de tributação do rendimento das empresas que tem sido, confiado à Derrama Municipal. Assim, hoje, as empresas pagam uma sobretaxa municipal, denominada Derrama Municipal.

A Derrama Estadual segundo Brinca et al. (2024)

“sobre a parte do lucro tributável superior a 1 500 000 € sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas apurado por sujeitos passivos residentes em território português que exerçam, a título principal, uma atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola e por não residentes com estabelecimento estável em território português”.

Derrama Municipal

A Derrama Municipal incide sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (I.R.C.), que corresponde à proporção do rendimento gerado na sua área geográfica por sujeitos passivos residentes em território português que exerçam, a título principal, uma atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola e não residentes com estabelecimento estável nesse território, tem uma duração anual e não pode exceder o limite de 1,5% sobre a base tributável. Acresce que, sempre que os sujeitos passivos tenham estabelecimentos estáveis ou representações locais em mais de um município e matéria coletável superior a 50 000 € o lucro tributável imputável à circunscrição de cada município é determinado pela proporção entre os gastos com a massa salarial correspondente aos estabelecimentos que o sujeito passivo nele possua e a correspondente à totalidade dos seus estabelecimentos situados em território nacional (Brinca, et al., 2024).

Benefícios Fiscais em sede de I.R.C.

Aproveitamento de benefícios fiscais, conforme está estabelecido no n.º 1 do art.º 92 no Código do IRC, o qual refere,

“para as entidades que exerçam, a título principal, uma atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola, bem como as não residentes com estabelecimento estável em território português, o imposto liquidado nos termos do n.º 1 do artigo 90.º, líquido das deduções previstas nas alíneas a) a c) do n.º 2 do mesmo artigo, não pode ser inferior a 90% do montante que seria apurado se o sujeito passivo não usufruísse de benefícios fiscais e do regime previsto no n.º 13 do artigo 43.º.”

Benefícios fiscais contratuais ao investimento produtivo

Este benefício fiscal resulta de um contrato estabelecido entre o Estado e as empresas interessadas, sendo acordados diversos objetivos a cumprir pelas empresas beneficiárias, relativamente a investimentos, níveis de produção, criação de postos de trabalho, entre outros objetivos económicos e/ou sociais, no qual os cumprimentos desses objetivos, determina a manutenção e o montante do benefício fiscal que as empresas poderão vir a obter (Maia, 2019).

São elegíveis as candidaturas que tenham projetos diferenciadores e serem relevantes de montante igual ou superior a 3 milhões de euros, por um período de vigência de até dez anos contados da conclusão do projeto de investimento. Quanto ao investimento realizado, é necessário que o sujeito passivo o mantenha por um período de três anos, no caso de micro, pequenas e médias empresas certificadas a cinco anos, nos restantes casos a partir da data de conclusão do projeto de investimento (Brinca, et al. 2024).

Regime Fiscal de Apoio ao Investimento (RFAI)

O RFAI é um benefício fiscal, destinado a certos setores de atividade e em função da região, com o objetivo de dinamizar essas regiões e setores, através da aplicação de investimentos relevantes realizados em ativos fixos tangíveis e em ativos intangíveis, em determinadas condições, que origemem mais-valias à região, às empresas e criem emprego (Rego, 2020).

Regime de dedução por lucros retidos e reinvestidos (DLRR)

A DLRR é uma medida de apoio às PME, que pretende incentivar o reinvestimento na própria empresa por meio de autofinanciamento, promovendo o seu desenvolvimento económico em detrimento do financiamento alheio, uma vez que permite a dedução à

coleta do I.R.C., dos lucros retidos que sejam reinvestidos em aplicações relevantes (Coelho, 2020).

Sistema de incentivos fiscais em investigação e desenvolvimento empresarial II (SIFIDE II)

Segundo o Brinca, et al. (2024), o SIFIDE II, visa apoiar as atividades de Investigação e Desenvolvimento (I&D), relacionadas com a criação ou melhoria de um produto, de um processo, de um programa ou de um equipamento, que apresentem uma melhoria substancial e que não resultem apenas de uma simples utilização do estado atual das técnicas existentes, prevendo a dedução à coleta do I.R.C., em determinadas condições (Barbosa, 2018). Para além disso, (Rego, 2020, p. 42), salienta que este benefício fiscal, pode ainda conceder aos sujeitos passivos de I.R.C., isenções ou reduções do imposto municipal sobre imóveis (IMI), do imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis (IMT) e de isenções de Imposto do Selo (IS).

O mesmo autor indica que o SIFIDE II é o instrumento fiscal que procura corresponder à preocupação existente com a participação das empresas portuguesas no esforço de I&D, encontrando-se espelhado já há décadas na legislação fiscal.

Auxílios de Estado

Em linha com o que foi referido, alguns desses benefícios fiscais são cumulativos entre si, contudo devem ter em consideração o montante total de Auxílios de Estado concedidos ao investimento em causa, sendo que os benefícios fiscais contratuais ao investimento produtivo e o RFAI estão limitados às taxas máximas definidas no art.º 43 do Código Fiscal do Investimento (CFI), (Araújo, 2021).

1.5 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

Os ODS foram pensados a partir do sucesso dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM), que estiveram em vigor entre 2000 e 2015. O Relatório dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio 2015 concluiu que o esforço de 15 anos para alcançar oito metas ambiciosas estabelecidas pela Declaração do Milénio, em 2000, teve um grande sucesso em todo o planeta, mas que há falhas a corrigir. Os ODS pretendem ir mais longe para acabar com todas as formas de pobreza (Silva, 2020).

Trata-se de uma agenda alargada e ambiciosa que aborda várias dimensões do desenvolvimento sustentável tais como sociais, económicos, ambientais e que pretende promover a paz, a justiça e credibilizar as instituições.

Transformar esta visão em realidade é essencialmente da responsabilidade dos governos dos países, mas irá exigir também novas parcerias e solidariedade internacional. Todos têm um papel a desempenhar.³

A Agenda 2030 divide-se em 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS, com 169 metas, e organiza-se em 5 princípios basilares, os chamados 5P - Pessoas, Planeta, Prosperidade, Paz e Parcerias – os quais fornecem também uma base para organização dos ODS. Os objetivos correspondem a uma visão inclusiva das várias dimensões do desenvolvimento sustentável – económica, social e ambiental, as quais se interligam entre si nos vários objetivos. (Ferreira, 2020, p. 15).

Figura 2 – Desenvolvimento Sustentável



Fonte: ABC dos objetivos de desenvolvimento sustentável (Silva, 2020)

Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável foi aprovada na Organização das Nações Unidas (ONU) no dia 1 de janeiro de 2016. Os 17 ODS, aprovados por unanimidade por 193 Estados-membros da ONU, reunidos em Assembleia-Geral, visam resolver as

³ Centro de informação Regional das Nações Unidas para a Europa Ocidental 2016 - www.uniric.org/pt

necessidades das pessoas, tanto nos países desenvolvidos como nos países em desenvolvimento, enfatizando que ninguém deve ser deixado para trás.⁴

Figura 3 – Mapa ODS Sustentável



Fonte: Câmara Municipal de Gois⁵

Por seu lado, a Agenda 2030 pode ter um enquadramento e ser um instrumento muito relevante na interligação com a sociedade civil, de várias formas; desenvolvimento sustentável; roteiro de enquadramento das suas ações; linguagem comum; base para o diálogo e mobilização de vários atores; advocacia e influência; reforço da cidadania e da mobilização; comunicação; financiamento. Compete a cada governo, em cada país, decidir a forma como os ODS e as suas metas são incorporados nos processos nacionais de planeamento, definição e implementação de políticas, qual o modelo institucional de implementação da Agenda e que mecanismos de monitorização e participação de vários atores são mais adequados à realidade de cada país (Ferreira, 2020).

CAPÍTULO II - ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO

2.1 Metodologia

A investigação em que se procura o conhecimento de um determinado tema em relação ao qual se pretende analisar e avaliar a questão, é realizada uma abordagem qualitativa, por se evidenciar no estudo de análise dos indivíduos a determinadas

⁴ Centro de informação Regional das Nações Unidas para a Europa Ocidental 2016 - www.uniric.org/pt

⁵ <https://www.cm-gois.pt/viver/ambiente/agendas/ods-metas-e-compromissos>

experiências da realidade prática, por existir essa dificuldade em obter um conhecimento que não pode ser quantificado ou que se torna insuficiente quando reduzido a outras operações (Creswell & Poth, 2018).

De acordo com Ritchie et al. (2014), refere que um investigador é um ator ativo no desenvolvimento de dados e de informação, e a entrevista é potencialmente transformadora para ambas as partes, entrevistador e entrevistado, uma perspetiva que se enquadra no modelo de investigação construtiva.

2.2 Estrutura da entrevista

Uma entrevista consiste numa conversa intencional dirigida por uma das pessoas, com o objetivo de obter informações sobre a outra Igea et al. (1995) e uma entrevista semiestruturada consiste na combinação de perguntas abertas com perguntas fechadas onde o entrevistador segue um conjunto de questões previamente definidas, dirigindo a discussão (Miranda, 2009). A sua principal vantagem é a sua capacidade de recolher com profundidade os testemunhos e as interpretações dos entrevistados, não deixando de estar limitada pela capacidade, neutralidade e competência do investigador, onde o estado de espírito do entrevistado pode influenciar o desenvolvimento da entrevista (Quivy & Campenheout, 2003).

De modo a reforçar o processo metodológico obtendo uma compreensão mais ampla dos fenómenos a analisar, utilizou-se a triangulação para a obtenção de dados, combinando diferentes pontos de vista e fontes de dados. A pesquisa bibliográfica foi combinada com entrevistas semiestruturadas, de modo a recorrer a várias perspetivas sobre a mesma situação, bem como para obter dados de diferente natureza e proceder, posteriormente, à comparação entre as diversas informações (Gomes, 2021).

De acordo com Vilelas (2020), a entrevista é um meio específico de interação social cujo objetivo é de recolher dados para uma investigação, pelo que o investigador faz perguntas às pessoas com o intuito de obter informação cujo objetivo é de estabelecer diálogo, onde uma das partes procura recolher informações e a outra é a possuidora do conhecimento.

Vilelas (2020) evidencia na elaboração de uma entrevista que se consegue mais informação se forem os próprios intervenientes a facultar a informação na condução dos trabalhos e na gestão das expectativas para a obtenção de resultados.

Segundo Quaresma & Boni (2005) referem que a entrevista é uma técnica utilizada no terreno e definem a entrevista como um meio de interação social entre o entrevistador e o entrevistado, cujo objetivo da primeira pessoa é a obtenção de informações da segunda pessoa, Silva (2016), refere que existe uma ligação entre ambos.

A utilização desta técnica não é consensual visto poder limitar o alcance dos resultados, porque o entrevistado pode responder às questões colocadas, mas pode dar o seu ponto de vista tendo em conta a sua experiência no exercício das suas funções (Vilelas, 2020). O mesmo autor indica que cada questão colocada no sentido de saber ouvir, confirmar se o entrevistado percebe bem o contexto das perguntas, evitar as informações gerais por parte do entrevistado, olhar o entrevistador nos olhos, levantar a questão sem rodeios, registar as observações sobre o comportamento do entrevistado e sobre o ambiente em que decorreu a entrevista são também aspetos importantes para validar as etapas do processo da investigação (Vilelas, 2020).

Este tipo de entrevista concisa tem o objetivo de ser muito intuitivas e de resposta simples, onde o entrevistador pretende obter informação fidedigna num curto espaço de tempo (Guiomar, 2014).

A escolha dos entrevistados de acordo com o objetivo da investigação recai sobre o responsável da entidade ou gabinete, considerando o objetivo da entrevista antes especificado, sendo o mesmo responsável contactado previamente para o informar sobre os resultados esperados através da entrevista, o motivo da escolha do entrevistado, a importância da sua participação, o tempo de duração previsto na realização da entrevista, bem como a data, a hora e o local.

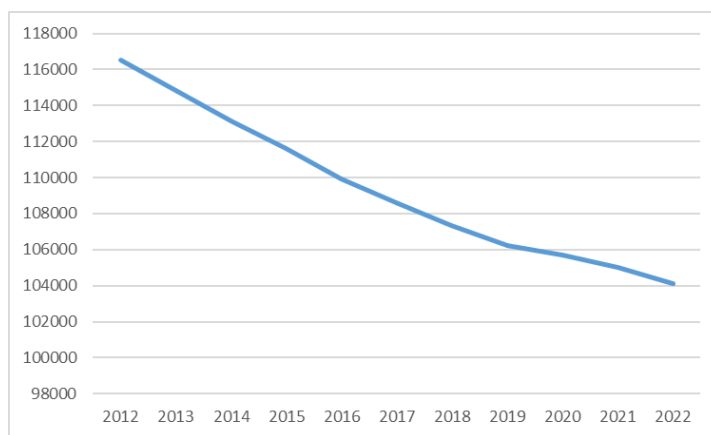
Após a realização das entrevistas procedeu-se à edição na íntegra da realização da entrevista e ao seu envio para a validação do entrevistado, caso existisse algo em não conformidade os entrevistados poderiam mencionar.

2.3 Caraterização da sub-região do Alto Alentejo

Neste ponto pretende-se analisar exaustivamente a região Alto Alentejo (NUTSIII), nas vertentes económica, fiscal, turística, social e demográfica.

2.3.1 População do Alto Alentejo de 2012-2022

Figura 4 – Número de População Alto Alentejo 2012-2022 (n.º)



Fonte: Elaboração própria INE (2024)

Como é demonstrado no gráfico acima no período em análise existiu um decréscimo populacional de 12.395 pessoas, ou seja, no ano de 2012 a região do Alto Alentejo tinha cerca de 116.516 mil habitantes, no ano de 2022 a região conta com 104.121 mil habitantes.

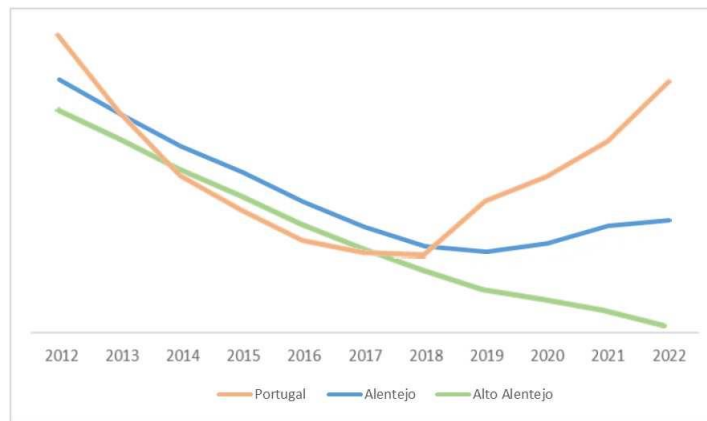
Tabela 1 – Taxa de variação de população de Portugal, Alentejo e Alto Alentejo

Ano	2012	2022	Varição %
Portugal	10503889	10467366	-4,7%
Alentejo	747933	714552	-0,3%
Alto Alentejo	116516	104121	-11,9%

Fonte: Elaboração própria INE (2024)

O decréscimo de população da sub-região do Alto Alentejo está em linha com a região do Alentejo e de Portugal. Conforme é indicado na tabela n.º 1, existe uma variação negativa nas três regiões, destacando-se negativamente a sub-região do Alto Alentejo com -11,9%.

Figura 5 – Comparação população Portugal, Alentejo e Alto Alentejo 2012-2022



Fonte: Elaboração própria INE (2024)

Na análise da figura n.º 8, destacam-se as diferentes formas que as linhas apresentam, todas elas têm um ponto em comum no período em análise que é a diminuição da população a nível nacional e regional.

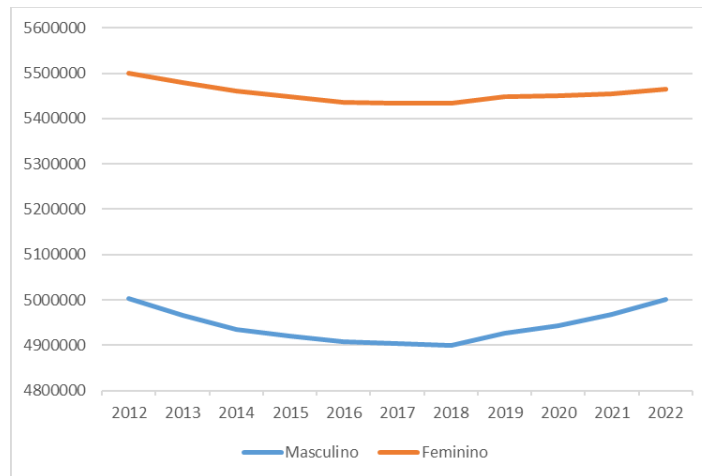
No âmbito nacional vemos que a curva efetua um “U”, ou seja, encontra-se em recuperação, mas ainda esta num nível inferior em relação comparação com o ano de 2012. No ano de 2012 existiam 10.503.889 milhões de habitantes ao invés do ano de 2022 existirem 10.467.366 milhões de habitantes uma diminuição de 36.523 da população.

Na região do Alentejo a curva apresenta uma ligeira recuperação a partir de 2019 até ao ano 2022. No ano de 2012 existiam no Alentejo 747.933 habitantes, no ano de 2022 eram 714.552 uma diminuição de 33.381 habitantes.

A sub-região do Alto Alentejo apresenta uma diminuição muito acentuada como é descrito no gráfico. Em 2012 a região contava com 116.516 habitantes, ao invés dos 104.121 habitantes no ano de 2022, representa uma diminuição 12.395 habitantes.

2.3.2 População por Sexo de Portugal, Alentejo e Alto Alentejo de 2012-2022

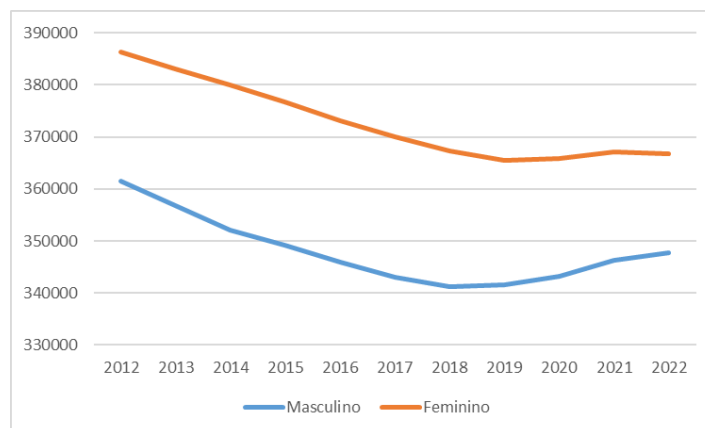
Figura 6 – Sexo Portugal (n.º)



Fonte: Elaboração própria INE (2024)

Constata-se que a população feminina é superior à população masculina, existindo a nível nacional um crescimento da população masculina. A diferença entre o sexo feminino para o sexo masculino no ano de 2012 era de 497.301 pessoas, no ano de 2022 essa diferença foi de 463.744 pessoas.

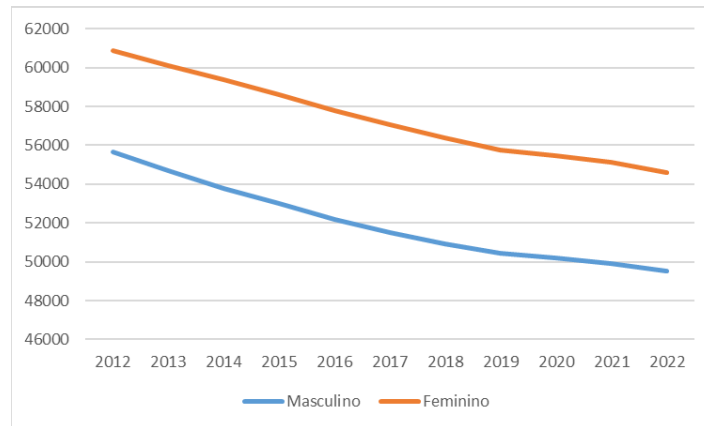
Figura 7 – Sexo Alentejo (n.º)



Fonte: Elaboração própria INE (2024)

Na região do Alentejo verifica-se uma diminuição da população em ambos os géneros, até ao ano de 2018 no masculino e 2019 no feminino de referir que o sexo masculino tem uma curva de crescimento mais acentuada nos anos 2021 e 2022.

Figura 8 – Sexo Alto Alentejo (n.º)

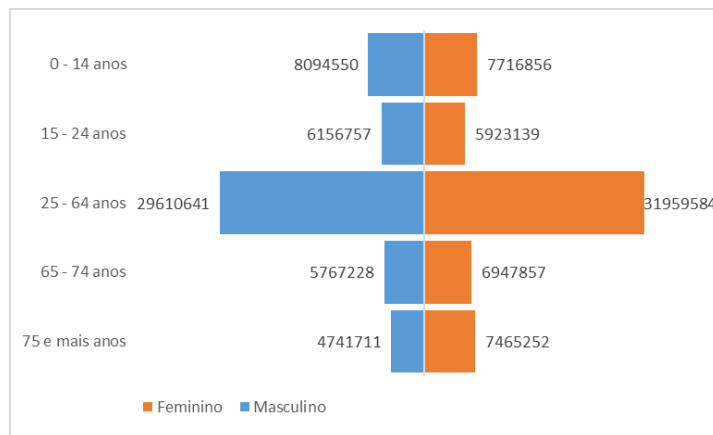


Fonte: Elaboração própria INE (2024)

Referente à sub-região do Alto Alentejo, o sexo feminino é a mais representada, em linha com as restantes regiões na comparação do estudo. Contudo, as linhas de ambos os sexos permanecem paralelas em decréscimo no período em análise.

2.3.4 Faixa etária Portugal, Alentejo e Alto Alentejo 2012-2022

Figura 9 – Portugal faixa etária pessoas 2012-2022 (n.º)



Fonte: Elaboração própria INE (2024)

Relativamente à análise da faixa etária da população em Portugal, constata-se que o sexo masculino é superior nas faixas etárias dos 0-14 anos e dos 15-24 anos, por sua vez o sexo feminino é superior nas restantes faixas etárias a partir dos 25 anos.

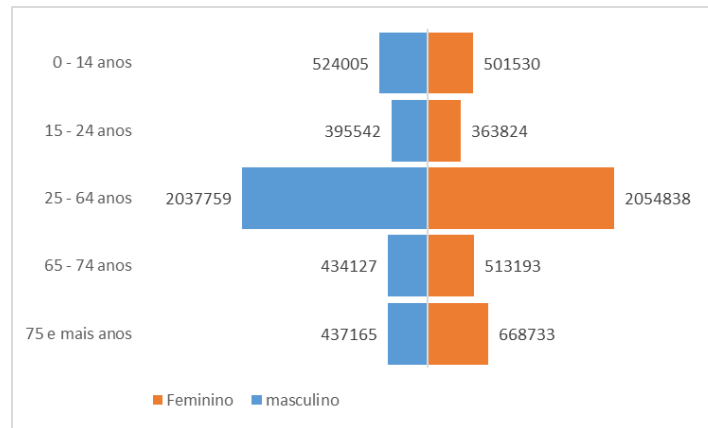
Tabela 2 – Taxa de variação de Portugal faixa etária

Portugal			
Grupo Etário	2012	2022	Variação 2012-2022
0 - 14 anos	1560006	1351011	-15,5%
15 - 24 anos	1122431	1083445	-3,6%
25 - 64 anos	5772209	5524988	-4,5%
65 - 74 anos	1036019	1286254	19,5%
75 e mais anos	1013224	1221668	17,1%
Total	10503889	10467366	-0,3%

Fonte: Elaboração própria INE (2024)

Na variação das faixas etárias dos anos 2012 e 2022, na sua totalidade é negativa com 0,3%, mas nos grupos etárias dos 65-74 anos e 75 e mais anos, houve um aumento de 19,5% e 17,1%, apesar da perda de população, esta está a ficar mais envelhecida.

Figura 10 – Região do Alentejo faixa etária pessoas 2012-2022 (n.º)



Fonte: Elaboração própria INE (2024)

Em relação à região do Alentejo a análise é muito semelhante ao nível nacional, nas faixas etárias dos 0-14 anos, e dos 15-24 anos o sexo masculino é superior ao sexo feminino. Nas restantes faixas etárias o sexo feminino é largamente superior sendo que na faixa etária dos 75 e mais anos, a diferença do sexo feminino para o sexo masculino é de mais 231.568 pessoas.

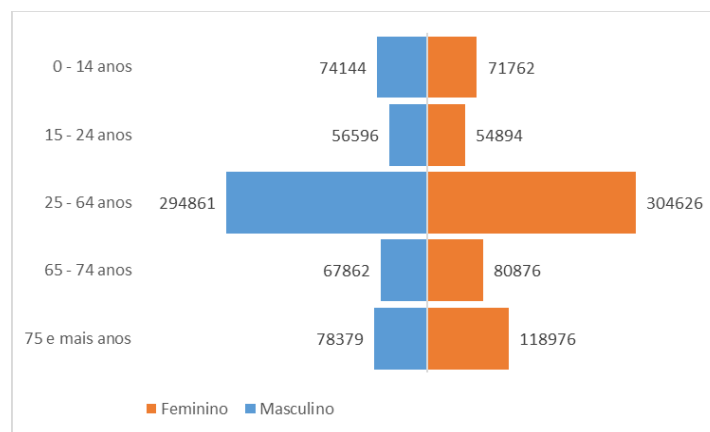
Tabela 3 – Taxa de variação do Alentejo faixa etária

Alentejo			
Grupo Etário	2012	2022	Variação 2012-2022
0 - 14 anos	100888	89053	-13,3%
15 - 24 anos	71930	70368	-1,8%
25 - 64 anos	392830	363101	-8,2%
65 - 74 anos	82923	91588	9,5%
75 e mais anos	99362	100442	1,1%
Total	747933	714552	-4,7%

Fonte: Elaboração própria INE (2024)

Analisando a variação no período em análise e em linha com a informação facultada na região do Alentejo existe uma variação negativa de 4,7%. Os grupos etários que tiveram aumentos de população foram os de 65-74 anos com 9.5% e o grupo etário de 75 e mais anos com 1.1%, estes resultados estão em linha com os níveis nacionais.

Figura 11 – Sub-região do Alto Alentejo faixa etária pessoas 2012-2022 (n.º)



Fonte: Elaboração própria INE (2024)

Na sub-região do Alto Alentejo o sexo feminino continua a ser o mais representado com 52,5% invés do masculino com 47,5%. Contudo, o sexo masculino continua a ser o mais representado nas faixas etárias inferiores e o sexo feminino nas restantes faixas etárias. O sexo feminino tem uma diferença a mais para o sexo masculino das faixas de 25-64 anos até à de 75 e mais anos de 63.376 pessoas, enquanto no sexo masculino nas faixas etárias dos 0-14 anos e 15-24 anos essa diferença é superior em 4.084 pessoas relativamente com o sexo feminino.

Tabela 4 – Taxa de variação do Alto Alentejo faixa etária

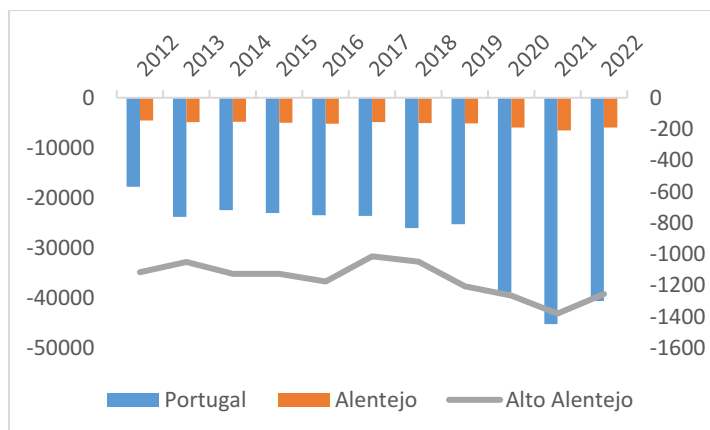
Alto Alentejo			
Grupo Etário	2012	2022	Variação 2012-2022
0 - 14 anos	14564	12345	-18,0%
15 - 24 anos	11098	9968	-11,3%
25 - 64 anos	59020	50943	-15,9%
65 - 74 anos	13249	13934	4,9%
75 e mais anos	18585	16931	-9,8%
Total	116516	104121	-11,9%

Fonte: Elaboração própria INE (2024)

Na variação entre os anos de 2012 e 2022, só é positiva no grupo etário dos 65-74 anos com 4,9%, nas restantes faixas etárias obtêm-se percentagens negativas, como demonstra a tabela.

2.3.5 Saldo natural/migratório da população Portugal, Alentejo e Alto Alentejo de 2012-2022

Figura 12 – Saldo natural pessoas 2012-2022 (n.º)



Fonte: Elaboração própria INE (2024)

Na comparação do saldo natural como se pode comprovar nas três regiões existe uma tendência decrescente, o ano de 2017 representa o ano com melhores resultados nas três regiões. No ano de 2021 é o ano dos piores resultados a nível nacional, regional e sub-regional.

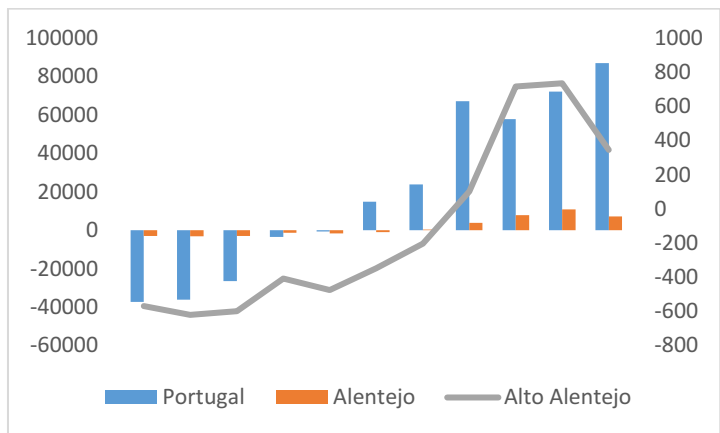
Tabela 5 – Taxa de variação do saldo natural

regiões	2012	2022	variação 2012-2022
Portugal	-17771	-40640	-128,7%
Alentejo	-4518	-5946	-31,6%
Alto Alentejo	-1116	-1255	-12,5%

Fonte: Elaboração própria INE (2024)

Na variação do saldo natural, verifica-se uma perda generalizada ao nível nacional, regional e sub-regional, no período de 2012 a 2022 em Portugal houve uma diferença de saldo natural negativa de 128,7%.

Figura 13 – Saldo migratório pessoas 2012-2022 (n.º)



Fonte: Elaboração própria INE (2024)

No saldo migratório temos saldos muito diversificados ao nível nacional são apresentados resultados positivos a partir do ano de 2015 em crescimento até ao ano de 2022. Na região do Alentejo esse crescimento é positivo a partir do ano de 2017, de referir que no ano de 2021 obteve os seus melhores resultados. Na sub-região do Alentejo começa a ter um saldo positivo a partir de 2018, mas tem uma estagnação nos anos de 2020 e 2021, no ano de 2022 tem uma diminuição do saldo migratório acentuada.

Tabela 6 – Taxa variação do saldo migratório

regiões	2012	2022	variação 2012-2022
Portugal	-37290	86889	333,0%
Alentejo	-2902	7122	345,4%
Alto Alentejo	-569	345	160,6%

Fonte: Elaboração própria INE (2024)

A variação do saldo migratório segundo a tabela n.º 6 é positiva, ou seja, houve um aumento da migração com percentagens muito elevadas conforme se constata, de referir que a sub-região do Alto Alentejo teve um incremento de 160,6%.

Tabela 7 – Saldo Total pessoas 2012-2022 (n.º)

Saldo Total			
Anos	Portugal	Alentejo	Alto Alentejo
2012	-55061	-7420	-1685
2013	-59797	-8020	-1670
2014	-48971	-7735	-1723
2015	-26567	-6264	-1533
2016	-24076	-6856	-1649
2017	-8708	-5933	-1361
2018	-2274	-4691	-1252
2019	41899	-1275	-1104
2020	18902	1915	-548
2021	26820	4302	-645
2022	46249	1176	-910

Fonte: Elaboração própria INE (2024)

No apuramento do saldo total, diferença entre o saldo natural e saldo migratório, temos leituras de tendências muito diferentes das regiões em estudo.

No ano de 2012 o saldo total é negativo nas três regiões em estudo no âmbito nacional denota-se uma tendência claramente crescente a partir de do ano de 2019 para valores positivos. Na região do Alentejo também existe um crescimento, após o ano de 2020. Referente à sub-região do Alto Alentejo os valores são sempre negativos, denota-se nos últimos anos do estudo uma tendência na diminuição dos valores negativos.

Tabela 8 – Taxa de variação de saldo total

regiões	2012	2022	variação 2012-2022
Portugal	-55061	46249	184,0%
Alentejo	-7420	1176	115,8%
Alto Alentejo	-1685	-910	46,0%

Fonte: Elaboração própria INE (2024)

Relativamente a taxa de variação do saldo total, espelha-se de percentagens positivas em todas as regiões analisadas, a nível nacional obteve-se a maior percentagem, na região do Alto Alentejo o valor foi de 46,0%.

2.3.6 Atividades económicas por Código de Atividades Económicas (C.A.E.) Portugal 2012-2022

Tabela 9 – C.A.E. Portugal 2012-2022

Atividade económica	Total	
	N.º	%
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	2426904	17,9%
Atividades administrativas e dos serviços de apoio	1865032	13,7%
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	1384914	10,2%
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	1331903	9,8%
Alojamento, restauração e similares	1117691	8,2%
Atividades de saúde humana e apoio social	1047486	7,7%
Construção	953067	7,0%
Indústrias transformadoras	740679	5,5%
Outras atividades de serviços	658866	4,9%
Educação	629286	4,6%
Atividades imobiliárias	460594	3,4%
Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	379004	2,8%
Transportes e armazenagem	304053	2,2%
Atividades de informação e de comunicação	208902	1,5%
Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	36686	0,3%
Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	13829	0,1%
Indústrias extrativas	11685	0,1%

Fonte: Elaboração própria INE (2024)

No número de atividades económicas em Portugal, mais representadas são as do terceiro setor nomeadamente a de Comércio por grosso e a retalho, Atividades administrativas e as Atividades de consultoria. As atividades com menos representação são as atividades do segundo setor nomeadamente da transformação como a Captação, tratamento e distribuição de água, saneamento, gestão de resíduos e despoluição e indústrias extrativas.

Em termos de percentagens as três principais atividades têm um peso na economia nacional de 41,8%, ou seja, o tecido económico nacional é maioritariamente representado por atividades de serviços.

Tabela 10 – Taxa de variação dos C.A.E. Portugal

Atividade económica	2012	2022	Taxa de variação %
	N.º	N.º	
Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	888	6223	85,7%
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	56468	123353	54,2%
Atividades imobiliárias	28435	61548	53,8%
Atividades de informação e de comunicação	14328	29316	51,1%
Transportes e armazenagem	22882	42978	46,8%
Atividades administrativas e dos serviços de apoio	134904	221148	39,0%
Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	28243	44294	36,2%
Atividades de saúde humana e apoio social	81883	116039	29,4%
Alojamento, restauração e similares	83861	118620	29,3%
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	112728	149185	24,4%
Outras atividades de serviços	53674	70544	23,9%
Construção	87592	102471	14,5%
Educação	56802	63563	10,6%
Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	1199	1290	7,1%
Indústrias transformadoras	67485	68501	1,5%
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	232625	217173	-7,1%
Indústrias extrativas	1176	1008	-16,7%

Fonte: Elaboração própria INE (2024)

Relativamente à taxa de variação das atividades a Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio obteve a percentagem mais de 85,7% seguido da Agricultura e produção

animal, caça, floresta e pesca com 54,2%. Com uma evolução inferior temos as atividades de Comércio por grosso e a retalho, e a Indústrias extrativas com - 7,1% e - 16,7%.

2.3.7 Atividades económicas por C.A.E. do Alentejo 2012-2022

Tabela 11 – C.A.E. do Alentejo 2012-2022

Atividade económica	Total	
	N.º	%
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	210137	23,1%
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	167895	18,4%
Atividades administrativas e dos serviços de apoio	91644	10,1%
Alojamento, restauração e similares	81004	8,9%
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	65029	7,1%
Atividades de saúde humana e apoio social	53275	5,9%
Construção	51468	5,7%
Indústrias transformadoras	44246	4,9%
Outras atividades de serviços	41800	4,6%
Educação	38573	4,2%
Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	19462	2,1%
Atividades imobiliárias	16556	1,8%
Transportes e armazenagem	16371	1,8%
Atividades de informação e de comunicação	7479	0,8%
Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	2249	0,2%
Indústrias extrativas	2045	0,2%
Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	1119	0,1%

Fonte: Elaboração própria INE (2024)

Na região do Alentejo as atividades mais representadas são referentes ao primeiro sector da Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca, seguida do Comércio por grosso e a retalho, e as Atividades administrativas. A soma das três principais atividades representa 51,6% do tecido económico da região. Com menos representação encontram-se as atividades de Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio, Indústrias extrativas e Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição, às três representam 0,5% da economia da região.

Tabela 12 – Taxa de variação dos C.A.E. do Alentejo

Atividade económica	2012	2022	Taxa de variação %
	N.º	N.º	
Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	39	370	89,5%
Atividades imobiliárias	1107	2241	50,6%
Atividades de informação e de comunicação	513	948	45,9%
Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	1499	2274	34,1%
Atividades de saúde humana e apoio social	4014	5908	32,1%
Atividades administrativas e dos serviços de apoio	7184	10040	28,4%
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	14288	19794	27,8%
Transportes e armazenagem	1485	1880	21,0%
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	5412	6799	20,4%
Outras atividades de serviços	3534	4217	16,2%
Construção	4992	5423	7,9%
Alojamento, restauração e similares	7113	7717	7,8%
Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	96	98	2,0%
Educação	3678	3747	1,8%
Indústrias transformadoras	4054	4113	1,4%
Indústrias extrativas	174	171	-1,8%
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	16423	14860	-10,5%

Fonte: Elaboração própria INE (2024)

Na análise da taxa de variação as atividades da Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio, atividades imobiliárias e atividade de informação e de comunicação tiveram a maior taxa de variação com 89,5%, 50,6% e 45,9%. As atividades que tiveram uma diminuição do número das empresas foram as Indústrias extrativas com - 1,8% e a atividade de Comércio por grosso e a retalho com - 10,5%.

2.3.8 Atividades económicas por C.A.E. do Alto Alentejo 2012-2022

Tabela 13 – C.A.E. do Alto Alentejo 2012-2022

Atividade económica	Total	
	N.º	%
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	33929	25,5%
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	23684	17,8%
Alojamento, restauração e similares	12708	9,6%
Atividades administrativas e dos serviços de apoio	11278	8,5%
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	9992	7,5%
Atividades de saúde humana e apoio social	7868	5,9%
Construção	7041	5,3%
Indústrias transformadoras	6504	4,9%
Outras atividades de serviços	5882	4,4%
Educação	5812	4,4%
Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	2791	2,1%
Transportes e armazenagem	2310	1,7%
Atividades imobiliárias	1854	1,4%
Atividades de informação e de comunicação	794	0,6%
Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	345	0,3%
Indústrias extrativas	119	0,1%
Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	119	0,1%

Fonte: Elaboração própria INE (2024)

Na sub-região do Alto Alentejo a atividade com o maior número de empresas é a Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca, em segundo lugar surge a atividade de Comércio por grosso e a retalho, em terceiro lugar a atividade de Alojamento, restauração e similares, a percentagem das três principais atividades é de 52,9%. As atividades com menos representação são a Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio, seguida da Indústria extrativa e da Captação, tratamento e distribuição de água.

Tabela 14 – Taxa de variação das atividades económicas do Alto Alentejo

Atividade Económica	2012	2022	Variação 2012-2022
	N.º	N.º	
Atividades imobiliárias	122	240	49,2%
Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	8	15	46,7%
Atividades de informação e de comunicação	57	99	42,4%
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	1965	3276	40,0%
Atividades administrativas e dos serviços de apoio	803	1205	33,4%
Atividades de saúde humana e apoio social	608	887	31,5%
Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	234	309	24,3%
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	819	1065	23,1%
Outras atividades de serviços	512	589	13,1%
Construção	677	707	4,2%
Indústrias transformadoras	584	609	4,1%
Educação	564	566	0,4%
Alojamento, restauração e similares	1192	1154	-3,3%
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	2362	2066	-14,3%
Transportes e armazenagem	243	205	-18,5%
Indústrias extrativas	12	8	-50,0%
Total	10769	13056	17,5%

Fonte: Elaboração própria INE (2024)

Em termos de comparação na taxa de variação constata-se que a atividade que teve maior taxa de variação no período em análise foi as Atividades Imobiliárias com 49,2%, seguida da Captação, tratamento e distribuição de água com 46,7%, e as Atividades de Informação e de Comunicação com 42,4% em terceiro lugar. Com uma diminuição das empresas surge a de Comércio por grosso e a retalho, Transporte e armazém e por último as Indústrias extrativas.

2.3.9 Dimensão das empresas Portugal, Alentejo e Alto Alentejo 2012-2022

Tabela 15 – Número de empresas em Portugal, Alentejo e Alto Alentejo

Portugal						
Dimensões	2012		2022		Total 2012-2022	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Micro	1021714	95,9%	1380398	96,0%	13040467	96,1%
Pequenas	36857	3,5%	47406	3,3%	445721	3,3%
Médias	5645	0,5%	8014	0,6%	71821	0,5%
Grandes	957	0,1%	1436	0,1%	12573	0,1%
Total	1065173	100%	1437254	100%	13570582	100%
Alentejo						
Dimensões	2012		2022		Total 2012-2022	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Micro	73346	97,0%	87333	96,4%	881795	96,9%
Pequenas	1974	2,6%	2777	3,1%	24467	2,7%
Médias	255	0,3%	425	0,5%	3607	0,4%
Grandes	30	0,0%	65	0,1%	484	0,1%
Total	75605	100%	90600	100%	910353	100%
Alto Alentejo						
Dimensões	2012		2022		Total 2012-2022	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Micro	10488	97,4%	12691	97,2%	129532	97,4%
Pequenas	252	2,3%	322	2,5%	3072	2,3%
Médias	24	0,2%	34	0,3%	345	0,3%
Grandes	5	0,0%	9	0,1%	82	0,1%
Total	10769	100%	13056	100%	133031	100%

Fonte: Elaboração própria INE (2024)

Conforme os dados acima descritos, o tecido empresarial em Portugal é maioritariamente constituído por Pequena, Média Empresas (PME)⁶. Destaca-se a elevada percentagem das microempresas no meio empresarial nacional, no ano de 2022 era de 96,0%, este peso é ainda mais significativo na sub-região do Alto Alentejo no ano de 2022 era de 97,4%.

⁶ PME <https://www.iapmei.pt/getattachment/PRODUTOS-E-SERVICOS/Qualificacao-Certificacao/Certificacao-PME/Recomendacao-da-Comissao-2003-361-CE.pdf.aspx>

Tabela 16 – Empresas na sub-região do Alto Alentejo (n.º)

ano	Pequenas e médias empresas (PME)	Micro	Pequenas	Médias	Grandes	Total
	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	
2012	10764	10488	252	24	5	10769
2013	10927	10665	236	26	6	10933
2014	11580	11302	254	24	7	11587
2015	11814	11528	261	25	6	11820
2016	12137	11846	258	33	6	12143
2017	12499	12183	281	35	8	12507
2018	12706	12392	276	38	9	12715
2019	12539	12206	296	37	10	12549
2020	12312	11967	309	36	8	12320
2021	12623	12263	327	33	8	12631
2022	13047	12691	322	34	9	13056
Total	132948	129531	3072	345	82	
%	99,9%	97,4%	2,3%	0,3%	0,1%	

Fonte: Elaboração própria INE (2024)

Realizando uma análise mais profunda da sub-região do Alto Alentejo segundo os da tabela n.º 16, no seu somatório do ano de 2012 a 2022 o tecido empresarial é constituído maioritariamente por PME, onde 97,4% são microempresas, 2,3% Pequenas Empresas, 0,3% Médias Empresas, e com 0,1% surge as Grandes Empresas. Como fator positivo destaca-se o aumento do número de empresas em todas as suas dimensões, exceto nos anos de 2019 e 2020 existiu uma ligeira diminuição da constituição de empresas.

2.3.10 Pessoal ao serviço nas empresas 2012-2022

Tabela 17 – Trabalhadores por atividades, Portugal, Alentejo e Alto Alentejo (n.º)

Atividade económica	Pessoal ao serviço (N.º) das Empresas por Localização geográfica								
	Ano - 2012			Ano - 2022			Variação % 2012-2022		
	Portugal	Alentejo	Alto Alentejo	Portugal	Alentejo	Alto Alentejo	Portugal	Alentejo	Alto Alentejo
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	106015	29347	3894	211847	52758	5905	50,0%	44,4%	34,1%
Indústrias extrativas	10297	2536	82	9983	2797	52	-3,1%	9,3%	-57,7%
Indústrias transformadoras	647947	31949	3441	741958	34462	*	12,7%	7,3%	*
Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	9264	92	15	15882	422	59	41,7%	78,2%	74,6%
Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	30483	1806	380	38475	2244	*	20,8%	19,5%	*
Construção	340913	14924	1987	398687	16724	2320	14,5%	10,8%	14,4%
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	747594	40048	6821	825653	40873	6935	9,5%	2,0%	1,6%
Transportes e armazenagem	150267	5882	721	200020	9089	772	24,9%	35,3%	6,6%
Alojamento, restauração e similares	272957	14814	2233	407255	18722	2428	33,0%	20,9%	8,0%
Atividades de informação e de comunicação	81346	1053	*	163328	2370	140	50,2%	55,6%	*
Atividades imobiliárias	46985	1860	237	94408	3632	441	50,2%	48,8%	46,3%
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	215111	8454	1425	322244	11962	2109	33,2%	29,3%	32,4%
Atividades administrativas e dos serviços de apoio	375555	11907	986	558023	19351	2214	32,7%	38,5%	55,5%
Educação	94941	4465	*	107148	4878	610	11,4%	8,5%	*
Atividades de saúde humana e apoio social	149303	6696	823	218763	9635	1141	31,8%	30,5%	27,9%
Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	43387	1870	262	73499	3047	372	41,0%	38,6%	29,6%
Outras atividades de serviços	82904	4889	693	100149	6491	769	17,2%	24,7%	9,9%
Total	3405269	182592	24697	4487322	239457	30687			

Fonte: Elaboração própria INE (2024)

Na análise da tabela de trabalhadores por atividades, existe um aumento de trabalhadores generalizado. A atividade com maior taxa de variação nos anos de 2012 a 2022 foram a Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio com 78,2% na região do Alentejo e 74,6% na sub-região do Alto Alentejo, com a menor taxa de variação surge a atividade Indústria extrativa com menos 57,7% na sub-região do Alto Alentejo e com menos 3,1%, Portugal.

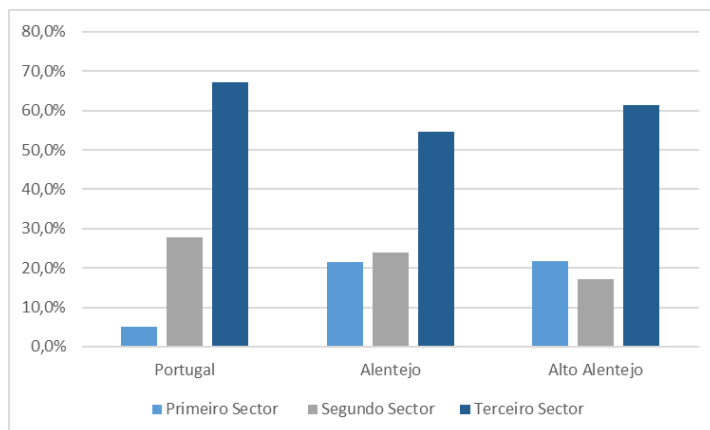
Tabela 18 – Trabalhadores das micro, pequenas, médias e grandes empresas (%)

Dimensão	Total 2012-2022				
	Menos de 10 pessoas	10 - 19 pessoas	20 - 49 pessoas	50 - 249 pessoas	250 e mais pessoas
Portugal	45,5%	8,7%	10,6%	15,0%	20,1%
Alentejo	61,3%	9,7%	11,1%	10,6%	7,3%
Alto Alentejo	63,3%	9,3%	8,1%	8,6%	10,7%

Fonte: Elaboração própria INE (2024)

A percentagem de trabalhadores nas várias dimensões das empresas, predomina em Portugal, Alentejo e Alto Alentejo, as que empregam menos de 10 pessoas, com 45,5%, 61,3% e 63,3%. As empresas que empregam menos trabalhadores em Portugal são as de 10 e 19 pessoas, com 8,7%, na região do Alentejo são as de 250 e mais pessoas, com 7,3% e da sub-região do Alto Alentejo são as 20-49 pessoas com 8,1%.

Figura 14 – Comparação pessoal por setor de atividade, Portugal, Alentejo e Alto Alentejo 2012-2022



Fonte: Elaboração própria INE (2024)

Nesta comparação de pessoal afeto nas empresas, o terceiro sector é o mais representado nas três regiões em estudo. O peso do primeiro sector é mais relevante na sub-região do Alto Alentejo, na região do Alentejo e em Portugal é o sector que emprega menos pessoas.

Tabela 19 – Trabalhadores nas principais atividades em (%)

Regiões	Atividades	%	total
Portugal	Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	19,9%	58,5%
	Indústrias transformadoras	18,0%	
	Atividades administrativas e dos serviços	12,0%	
	Construção	8,6%	
Alentejo	Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	20,2%	63,1%
	Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	19,2%	
	Indústrias transformadoras	15,8%	
	Alojamento, restauração e similares	7,9%	
Alto Alentejo	Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	26,3%	65,5%
	Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	21,4%	
	Indústrias transformadoras	9,0%	
	Alojamento, restauração e similares	8,8%	

Fonte: Elaboração própria INE (2024)

Na comparação das quatro principais atividades verificamos que o peso das mesmas não é igual na sua distribuição pelas restantes 17 atividades económicas. Em Portugal as principais atividades empregadoras têm um peso de 58,5%, na região do Alentejo é de 63,1% e na sub-região do Alto Alentejo é de 65,5%.

Como se pode verificar as atividades variam de âmbito nacional e regional, em Portugal a principal atividade empregadora é a atividade do Comércio por grosso e a retalho com 19,9%, na região do Alentejo é a Agricultura com 20,2%, e na sub-região do Alto Alentejo é a Comércio por grosso e a retalho com 26,3%.

Tabela 20 – Pessoal afeto por atividades económicas na sub-região do Alto Alentejo 2012-2022 (%)

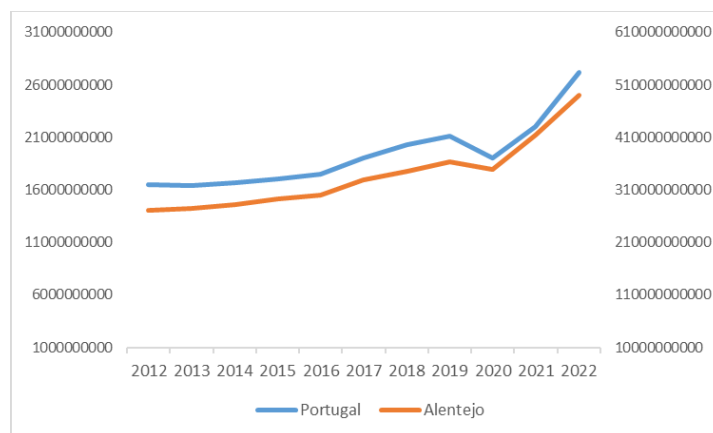
Atividades	%
Comércio por grosso e a retalho; reparação de	26,3%
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	21,4%
Indústrias transformadoras	9,0%
Alojamento, restauração e similares	8,8%
Construção	7,4%
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e	6,7%
Atividades administrativas e dos serviços de apoio	5,9%
Atividades de saúde humana e apoio social	3,6%
Transportes e armazenagem	2,9%
Outras atividades de serviços	2,8%
Educação	1,6%
Atividades imobiliárias	1,3%
Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e	1,2%
Captação, tratamento e distribuição de água;	0,5%
Atividades de informação e de comunicação	0,4%
Indústrias extrativas	0,2%
Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	0,1%

Fonte: Elaboração própria INE (2024)

Nesta análise destaca-se que das 15 atividades económicas só duas atividades têm duas casas decimais que representam 47,7% do tecido empresarial da sub-região do Alto Alentejo.

2.3.11 Volume de negócios das empresas Portugal, região do Alentejo e sub-região do Alto Alentejo

Figura 15 – Volume de negócios das empresas Portugal e Alentejo de 2012-2022 (milhares euros)

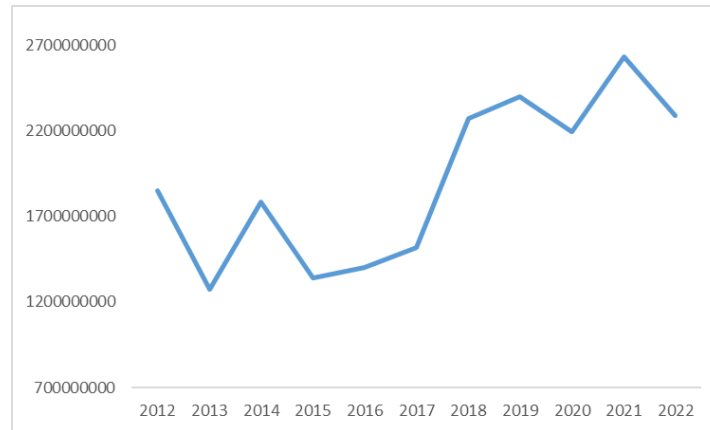


Fonte: Elaboração própria INE (2024)

Na comparação do volume de negócios verifica-se uma homogeneidade dos valores em relação ao seu crescimento tanto em Portugal como da região do Alentejo. No ano de

2019 para 2020 existe um decréscimo dos valores devido ao surgimento da Pandemia COVID-19, mas nos anos de 2021 e 2022 existiu um crescimento acentuado.

Figura 16 - Volume de negócios das empresas, Alto Alentejo de 2012-2022 (milhares de euros)



Fonte: Elaboração própria INE (2024)

O volume de negócios na sub-região do Alto Alentejo, ao contrário da figura n.º 15, é bastante diversificada, mas na sua globalidade é crescente. A partir de 2017 o crescimento foi assinalável, atingiu o seu valor mais alto no ano de 2021 de 2.632.494.607 € mil milhões.

Tabela 21 - Taxa de variação do volume de negócios

Anos	2012	2022	Variação % 2012-2022
Portugal	320136230028	533462568609	40,0%
Alentejo	14040817923	25040797945	43,9%
Alto Alentejo	1850360774	2286812088	19,1%

Fonte: Elaboração própria INE (2024)

A tabela n.º 21 indica a variação que existiu no período em análise, ao nível nacional e regional houve um crescimento do volume de negócios, destacando-se a região do Alentejo com a maior taxa de variação de 43,9%, a sub-região do Alto Alentejo teve um crescimento mais modesto de apenas 19,1%.

Tabela 22 – Volume de negócios por atividade Portugal e na região do Alentejo 2012-2022 (%)

Portugal	%	Alentejo	%
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	36,7%	Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	34,3%
Indústrias transformadoras	24,2%	Indústrias transformadoras	29,7%
Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	6,0%	Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	12,4%
Construção	5,8%	Transportes e armazenagem	4,0%
Transportes e armazenagem	5,4%	Construção	3,5%
Atividades de informação e de comunicação	3,6%	Indústrias extrativas	3,3%
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	3,4%	Alojamento, restauração e similares	3,0%
Alojamento, restauração e similares	3,2%	Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	1,9%
Atividades administrativas e dos serviços de apoio	3,1%	Atividades administrativas e dos serviços de apoio	1,8%
Atividades de saúde humana e apoio social	2,0%	Atividades de saúde humana e apoio social	1,2%
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	1,9%	Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	1,2%

Fonte: Elaboração própria INE (2024)

Na comparação de percentagens das atividades no volume de negócios, constata-se que variam do território nacional para a região do Alentejo, a principal atividade no volume de negócio em Portugal é a atividade de Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos com 36,7%, seguido da atividade Indústrias transformadoras com 24,2% e em contraste com o menor volume de negócios surge a Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca com 1.9%. Em primeiro lugar na região do Alentejo surge a atividade de Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos com 34,3%, em segundo lugar a atividade de Indústrias transformadoras com 29,7% e em terceiro lugar a atividade de Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca com 12,4%.

Tabela 23 – Volume de negócios por atividade sub-região do Alto Alentejo 2012-2022 (%)

Alto Alentejo	%
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	50,7%
Indústrias transformadoras	17,2%
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	10,8%
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	5,3%
Construção	3,7%
Alojamento, restauração e similares	3,6%
Transportes e armazenagem	2,8%
Atividades administrativas e dos serviços de apoio	1,3%
Atividades de saúde humana e apoio social	1,1%
Atividades imobiliárias	0,8%
Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	0,6%
Outras atividades de serviços	0,6%
Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	0,6%
Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	0,4%
Educação	0,2%
Indústrias extrativas	0,2%
Atividades de informação e de comunicação	0,1%

Fonte: Elaboração própria INE (2024)

As três primeiras atividades com maior percentagem de volume de negócios na sub-região do Alto Alentejo são idênticas à região do Alentejo a diferença está no peso do volume de negócio que têm nas regiões. Na sub-região do Alto Alentejo as três principais atividades representam 78,7% do volume de negócio.

Tabela 24 – Nascimento e mortes de empresas 2012-2022 (n.º)

Ano	Nascimentos de Empresas			Mortes de Empresas			Diferença de Nascimentos e Mortes		
	Empresa individual + Sociedade			Empresa individual + Sociedade			Empresa individual + Sociedade		
	Portugal	Alentejo	Alto Alentejo	Portugal	Alentejo	Alto Alentejo	Portugal	Alentejo	Alto Alentejo
2012	132960	9063	1165	164694	11417	1645	-31734	-2354	-480
2013	199050	12173	1772	145894	9882	1266	53156	2291	506
2014	176560	11633	1969	144665	9855	1387	31895	1778	582
2015	180169	11522	1675	144423	9422	1331	35746	2100	344
2016	178432	11476	1646	142435	9396	1292	35997	2080	354
2017	187244	11692	1655	148814	9786	1344	38430	1906	311
2018	194990	12099	1633	158182	10646	1535	36808	1453	98
2019	194951	10620	1352	161630	10058	1349	33321	562	3
2020	153290	9101	1206	144007	8880	1157	9283	221	49
2021	184168	10617	1445	141790	9050	1307	42378	1567	138
2022	231065	12270	1594	149459	9086	1288	81606	3184	306

Fonte: Elaboração própria INE (2024)

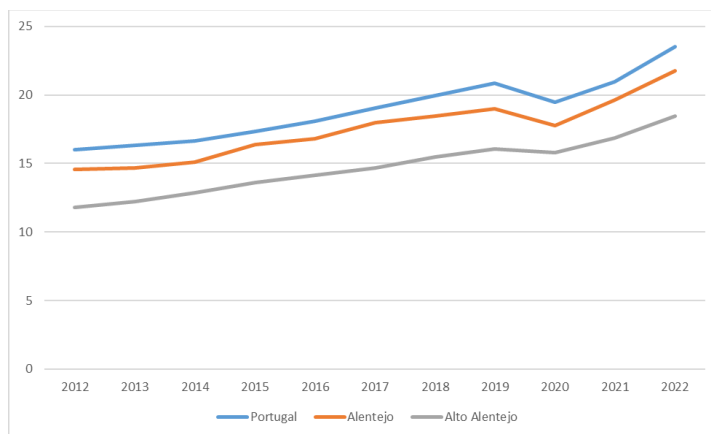
No somatório de nascimentos verifica-se um crescimento nas três regiões do ano 2012 para o ano de 2022, em Portugal teve um crescimento de 98.105 empresas, na região do Alentejo foi de 3.207 empresas e na sub-região do Alto Alentejo foi de 429 empresas.

Relativamente à morte das empresas existiu um decréscimo, no período em análise. Em Portugal essa diferença de 2012-2022 foi de menos 15.235, na região do Alentejo foi de menos 2.331, e na sub-região do Alto Alentejo foi de menos 357.

A diferença de empresas nascidas e mortas no início do período o saldo é negativo nas três regiões, essa situação inverte-se para saldo positivo nos restantes anos, de referir que nos restantes anos existiu um aumento do saldo positivo na criação de empresas, nos anos de 2019 e 2020 houve uma aproximação do número de empresas nascidas e mortas.

2.3.12 P.I.B. Portugal, Alentejo e do Alto Alentejo 2012-2022

Figura 17 – Comparação do P.I.B. por habitante a preços correntes, Portugal, região do Alentejo e sub-região do Alto Alentejo (€)



Fonte: Elaboração própria INE (2024)

Ao comparar-se o Produto Interno Bruto (P.I.B.)⁷ entre as várias regiões verifica-se um crescimento constante de referir que entre 2019 e 2020 existiu um decréscimo nas três regiões, sendo mais acentuada em Portugal e na região do Alentejo, na sub-região do Alto Alentejo esse decréscimo não foi muito acentuado.

Tabela 25 – Variação P.I.B. por habitante a preços correntes 2012-2022

Anos	2012	2022	Variação % 2012-2022
Portugal	16,0	23,5	32,0%
Alentejo	14,6	21,7	33,0%
Alto Alentejo	11,8	18,4	36,2%

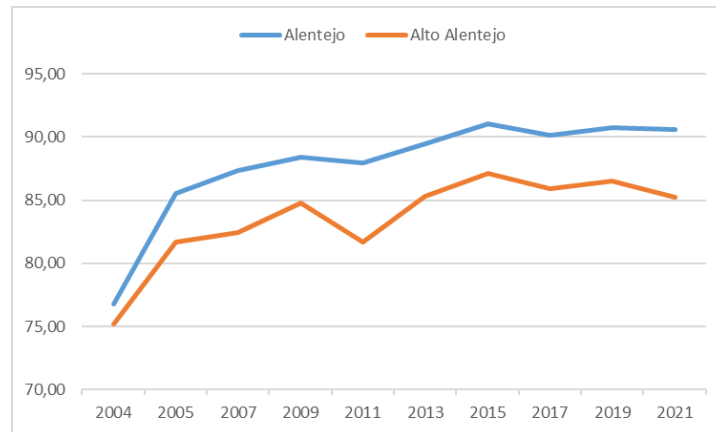
Fonte: Elaboração própria INE (2024)

Na variação percentual o crescimento situa-se acima das duas casas decimais nacional, regional e sub-regional, seguindo a leitura da tabela, destaca-se a sub-região do Alto Alentejo com o maior crescimento entre 2012 e 2022.

⁷ [https://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php?title=Beginners:GDP - What is gross domestic product \(GDP\)%3F/pt](https://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php?title=Beginners:GDP_-_What_is_gross_domestic_product_(GDP)%3F/pt)

2.3.13 Poder de compra do Alentejo e Alto Alentejo

Figura 18 – Comparação do poder de compra do Alentejo e do Alto Alentejo 2004-2021 (%)

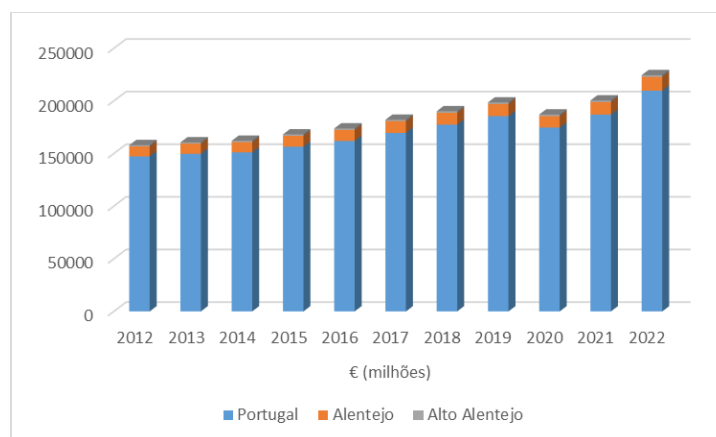


Fonte: Elaboração própria INE (2024)

Na análise ao poder de compra per capita, desde 2004 até ao ano de 2021, o resultado é largamente positivo. Na região do Alentejo a linha é progressivamente crescente exceto no ano de 2011 e 2017. Na sub-região do Alto Alentejo existiu uma diminuição do ano de 2011 de 3,14 pontos percentuais (p.p.), no ano de 2021 conseguiu atingir 85,2%, o melhor ano foi o de 2015 com 87,2%.

2.3.14 Valor acrescentado bruto (VAB) a preços correntes

Figura 19 – Valor acrescentado bruto a preços correntes (€ milhões)



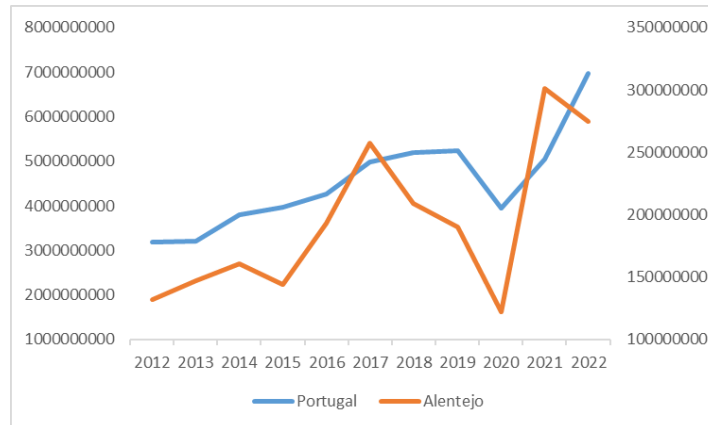
Fonte: Elaboração própria INE (2024)

Como é demonstrado na figura n.º 19, o VAB a preços correntes, de 2012 a 2022 teve uma evolução positiva, conforme indicado no ano de 2020 registou-se uma diminuição dos valores, mas nos anos seguintes 2021 e 2022 recuperou-se a curva de crescimento,

nas três regiões em comparação, destaca-se a região do Alentejo com o crescimento mais acentuado nos anos de 2021 e 2022 em comparação com as restantes regiões.

2.3.15 Informação Empresarial Simplificada (IES) Portugal, Alentejo e Alto Alentejo 2012-2022

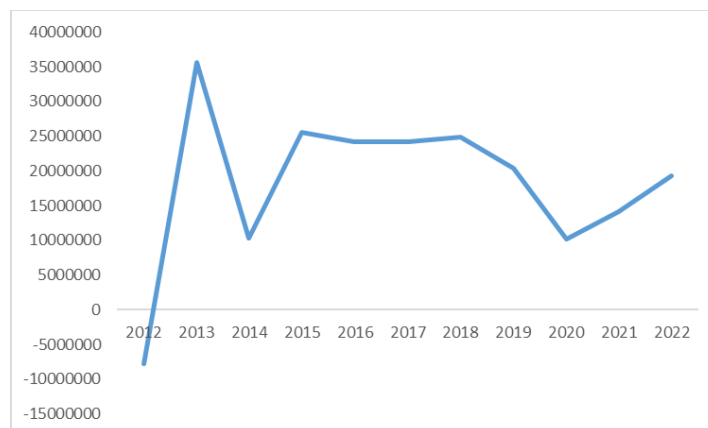
Figura 20 – Comparação da I.E.S. Portugal e Alentejo (€ milhões)



Fonte: Elaboração própria INE (2024)

Relativamente aos resultados obtidos na I.E.S., os mesmos são muito dispares, Portugal tem uma tendência de crescimento, exceto no ano de 2019 para 2020 em que existe uma diminuição, após o ano de 2020 a linha tem um crescimento acentuado. Na região do Alentejo existe um pico no ano de 2017, mas até ao ano de 2020 decresce registando nesse ano o pior resultado do período temporal do estudo, no ano de 2021 tem um crescimento exponencial, mas no ano de 2022 regista uma descida.

Figura 21 – I.E.S. Alto Alentejo (€ milhões)



Fonte: Elaboração própria INE (2024)

Na sub-região do Alto Alentejo os resultados da I.E.S. são dispares em linha com os da região do Alentejo e de Portugal. No ano de 2012 teve resultados negativos, no ano seguinte 2013 passou a positivos atingindo o melhor resultado no período em análise, no ano de 2014 teve de decrescimento assinalável, do ano de 2015 até 2018 os resultados foram constantes, em 2020 voltou a decrescer, subindo os valores nos anos de 2021 e 2022.

Tabela 26 - Variação I.E.S. Portugal, Alentejo e Alto Alentejo anos 2012 e 2022 (€ milhões)

Portugal			
Atividade Económica	2012	2022	Variação 2012-2022
	€	€	
Alojamento, restauração e similares	33485771	306913337	89,1%
Atividades imobiliárias	81626971	604235126	86,5%
Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	14397237	53344087	73,0%
Atividades administrativas e dos serviços de apoio	71838383	255098441	71,8%
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	127151628	333061656	61,8%
Alentejo			
Atividade Económica	2012	2022	Variação 2012-2022
	€	€	
Atividades imobiliárias	1832677	52646622	96,5%
Indústrias transformadoras	6058788	44983703	86,5%
Construção	2016780	13750035	85,3%
Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	499009	1917495	74,0%
Atividades administrativas e dos serviços de apoio	2518735	8763708	71,3%
Alto Alentejo			
Atividade Económica	2012	2022	Variação 2012-2022
	€	€	
Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	16335	697483	97,7%
Atividades administrativas e dos serviços de apoio	65880	749173	91,2%
Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	86194	336828	74,4%
Transportes e armazenagem	188390	639669	70,5%
Atividades imobiliárias	140012	473426	70,4%

Fonte: Elaboração própria INE (2024)

As atividades que tiveram mais percentagem de variação dos valores da I.E.S., diferem do nível nacional, regional e sub-regional. Em Portugal a atividade que mais cresceu de 2012 a 2022 foi o Alojamento, restauração e similares, com 89,1%. Na região do Alentejo foi a Atividades imobiliárias com 96,5%, na sub-região do Alto Alentejo foi a Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio com 97,7%.

2.3.16 Imposto sobre o rendimento de pessoas singulares (I.R.S.) 2015-2021

Tabela 27 – I.R.S. Portugal, região do Alentejo e sub-região do Alto Alentejo

Localização geográfica (NUTS - 2013)	Período de referência dos dados	Imposto sobre o rendimento de pessoas singulares liquidado por habitante (€) por Localização geográfica (NUTS - 2013); Anual (3)	Imposto sobre o rendimento de pessoas singulares liquidado por agregado fiscal (€) por Localização geográfica (NUTS - 2013); Anual (3)	Imposto sobre o rendimento de pessoas singulares liquidado no total de rendimento bruto declarado (%) por Localização geográfica (NUTS - 2013); Anual (3)	Imposto sobre o rendimento de pessoas singulares liquidado (€) por Localização geográfica (NUTS - 2013); Anual (3)	Imposto sobre o rendimento de pessoas singulares liquidado por sujeito passivo (€) por Localização geográfica (NUTS - 2013); Anual
		€	€	%	€ (milhares)	€
Portugal	2021	1328	2569	12,9	13826175	1857
	2020	1212	2377	12,5	12588157	1709
	2019	1197	2364	12,5	12393459	1692
	2018	1111	2233	12,2	11479310	1588
	2017	1090	2206	12,5	11266635	1560
	2016	1019	2110	12,2	10554597	1480
	2015	952	2001	12	9881475	1399
Alentejo	2021	1040	1994	11	739988	1445
	2020	940	1821	10	665965	1311
	2019	908	1781	10	642655	1276
	2018	846	1694	10	601315	1203
	2017	815	1663	10	583561	1174
	2016	773	1605	10	558430	1124
	2015	718	1498	10	523754	1046
Alto Alentejo	2021	939	1773	10,2	98919	1281
	2020	839	1608	9,6	88859	1152
	2019	805	1559	9,5	85910	1110
	2018	751	1473	9,2	81032	1042
	2017	738	1460	9,5	80640	1026
	2016	711	1422	9,5	78735	992
	2015	661	1314	9,1	74273	916

Fonte: Elaboração própria INE (2024)

Em comparação dos diferentes resultados do imposto do I.R.S. no período de 2015 a 2021 ao nível nacional e nas restantes regiões, existiu uma evolução positiva dos resultados em todos os segmentos do imposto. No ano de 2019 devido à Pandemia COVID-19 essa evolução foi mais contida em comparação com anos transatos.

Tabela 28 – Variação I.R.S. liquidado 2015-2021

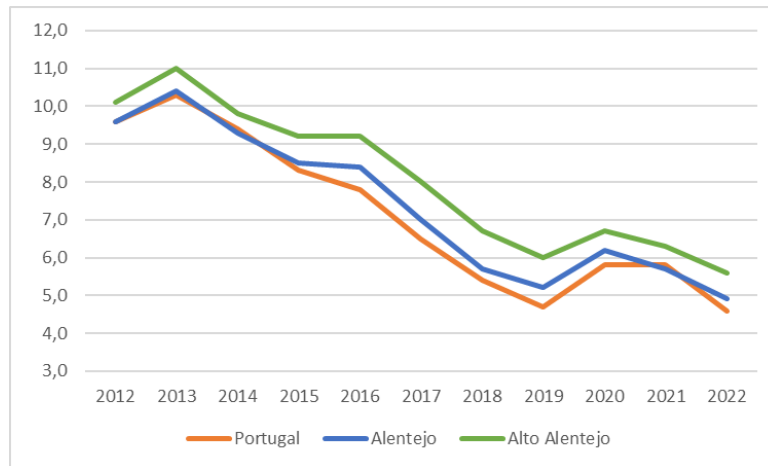
Anos	2015	2021	Variação % 2015-2021
Portugal	9881475	13826175	28,5%
Alentejo	523754	739988	29,2%
Alto Alentejo	74273	98919	24,9%

Fonte: Elaboração própria INE (2024)

No apuramento dos valores de I.R.S. liquidado, a região do Alentejo obteve o maior crescimento com 29,2%, na sub-região do Alentejo e ao nível nacional a evolução também foi dentro dos dígitos decimais.

2.3.17 Desemprego Portugal, região do Alentejo e sub-região do Alto Alentejo 2012-2022

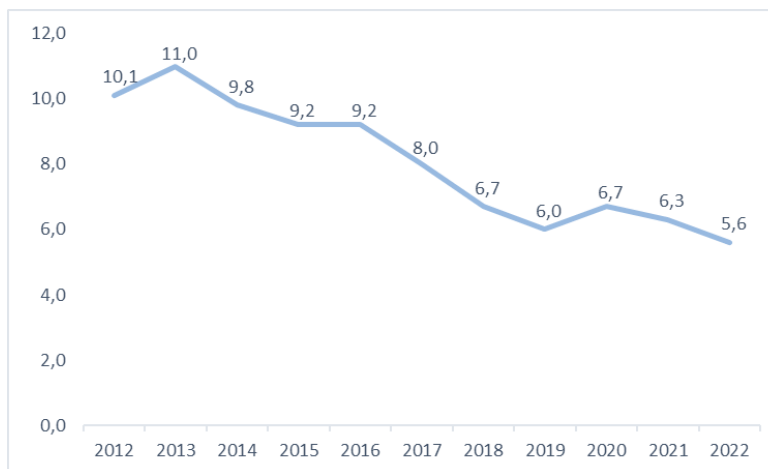
Figura 22 – Comparação da taxa de desemprego de Portugal, Alentejo e Alto Alentejo (%)



Fonte: Elaboração própria PORDATA (2024)

A taxa de desemprego como se constata na figura n.º 22 durante o período de análise no ano de 2013 obteve o ponto mais alto de desemprego quer a nível nacional como a nível regional. Após o ano de 2013 o desemprego tem vindo sempre em decréscimo até ao ano de 2019, que se inverteu essa tendência devido à Pandemia COVID-19 que originou um crescimento do desemprego generalizado no ano de 2020. Nos restantes anos 2021 e 2022, o desemprego voltou a diminuir e a obter valores semelhantes ao período homólogo antes da Pandemia COVID-19.

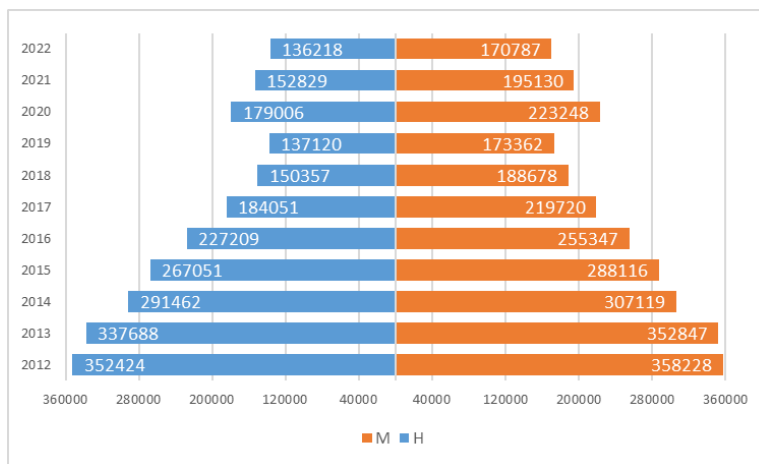
Figura 23 – Desemprego do Alto Alentejo (%)



Fonte: Elaboração própria PORDATA (2024)

De uma forma mais personalizada verifica-se que a taxa de desemprego na sub-região do Alto Alentejo, apresenta relativamente taxas baixas, no ano de 2013 obteve a sua taxa máxima de 11%, no ano de 2022 atingiu a menor taxa de desemprego de 5,6%, percentagem mais baixo inclusive em comparação com percentagens antes da Pandemia COVID-19, no ano de 2019 a taxa de desemprego era de 6.0%.

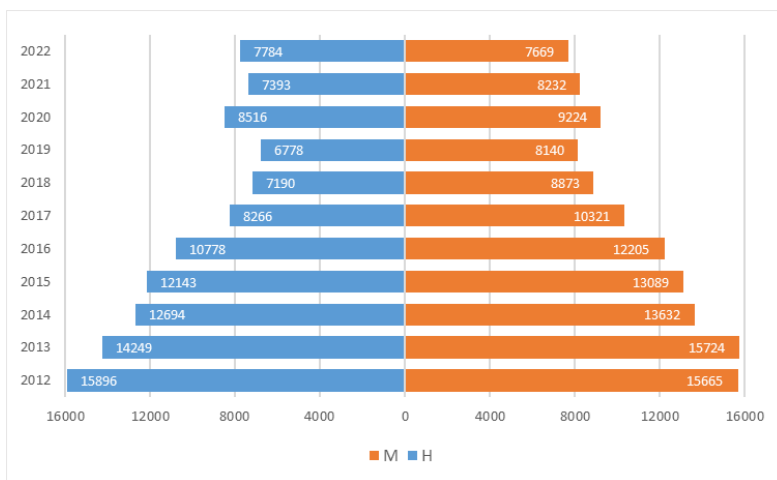
Figura 24 – Portugal desemprego Homens–Mulheres mês de dezembro 2012-2020 (n.º)



Fonte: Elaboração própria PORDATA (2024)

Analisando mais aprofundamento constata-se que o desemprego a nível nacional é mais evidente entre as mulheres e que seguiu uma tendência de decréscimo em ambos os sexos até ao ano de 2019. No ano de 2020 houve um crescimento de desempregados, mas no ano de 2022 no mês de dezembro os números de desemprego já eram inferiores ao ano do surgimento da pandemia COVID-19.

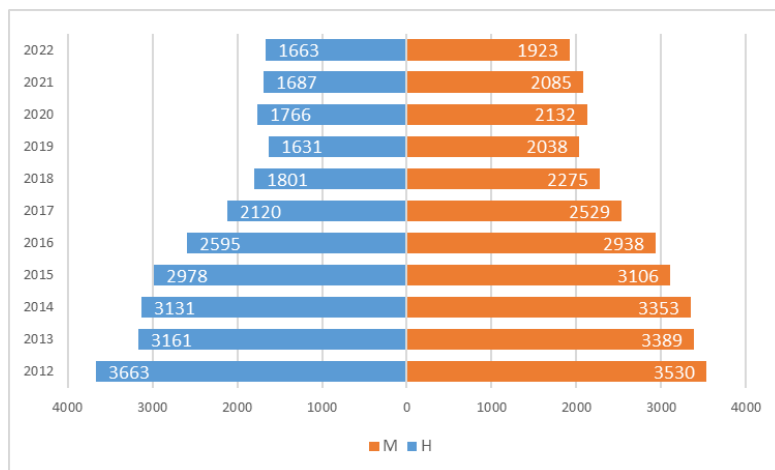
Figura 25 – Região do Alentejo desemprego Homens-mulheres mês dezembro 2012-2022 (n.º)



Fonte: Elaboração própria PORDATA (2024)

Na região do Alentejo segundo os resultados, as mulheres são o género mais representado relativamente ao número de desempregas de igual forma com os resultados a nível nacional. Também segue uma leitura de decréscimo nos anos em análise, de mencionar que no mês de dezembro o ano de 2019 é representado como o ano com o menor número de desempregados. A diferença para o aspeto nacional é que no ano de 2022 as mulheres tinham um número de desempregados inferior relativamente ao do ano de 2019, já os homens no ano de 2022 o número de desempregados era superior ao ano de 2019.

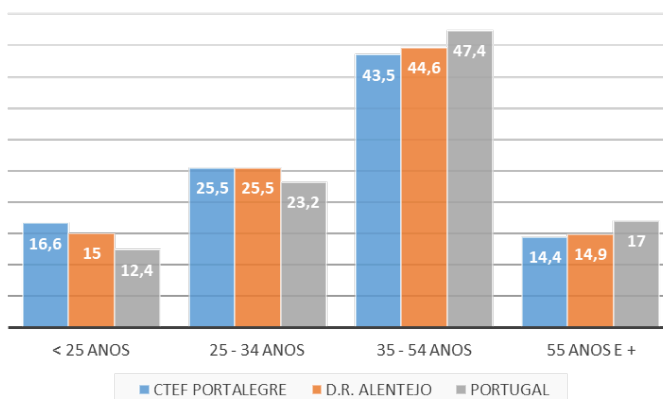
Figura 26 – Sub-Região do Alto Alentejo desemprego Homens-Mulheres mês dezembro 2012-2020 (n.º)



Fonte: Elaboração própria PORDATA (2024)

A sub-região do Alto Alentejo tem resultados muito idênticos com a região do Alentejo, ou seja, existe uma diminuição de número de desempregados de ambos os géneros, no período de análise, referente ao mês de dezembro de 2019 foi o período com o menor número de desempregados. No ano de 2022 as mulheres tinham um número inferior de desemprego em comparação com o ano de 2019, mas os homens em 2022 ainda tinham valores superiores aos resultados do ano de 2019.

Figura 27 – Comparação da média da faixa etária de desemprego de 2012-2022 (%)

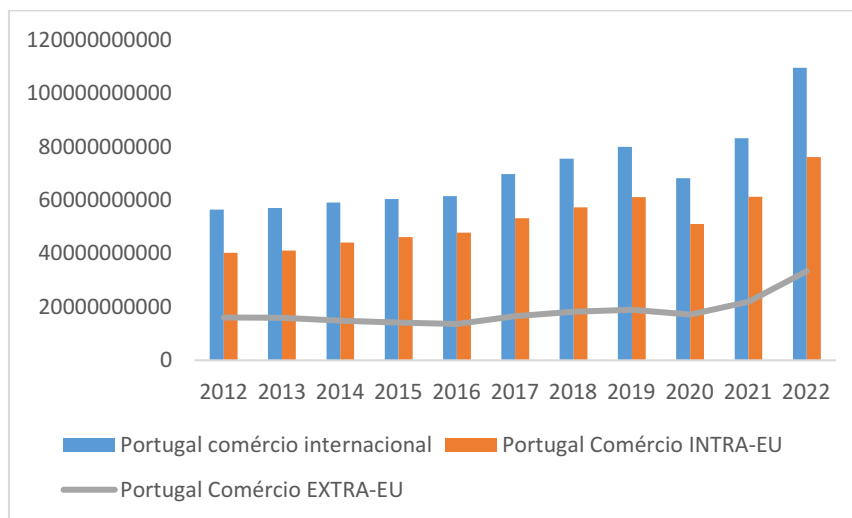


Fonte: Elaboração própria PORDATA (2024)

Na comparação das faixas etárias nas três regiões verifica-se com < 25 anos a sub-região do Alto Alentejo tem a maior taxa de desemprego, na faixa etária de 25-34 anos a média em Portugal é inferior à região do Alentejo e sub-região do Alto Alentejo. Dos 35-54 anos e dos 55 anos e +, a sub-região do Alto Alentejo apresenta a menor média de taxa de desemprego no período em análise.

2.3.18 Importações Portugal, Alentejo e Alto Alentejo de 2012-2022

Figura 28 – Importações Portugal 2012-2022 (€ milhares de milhões)

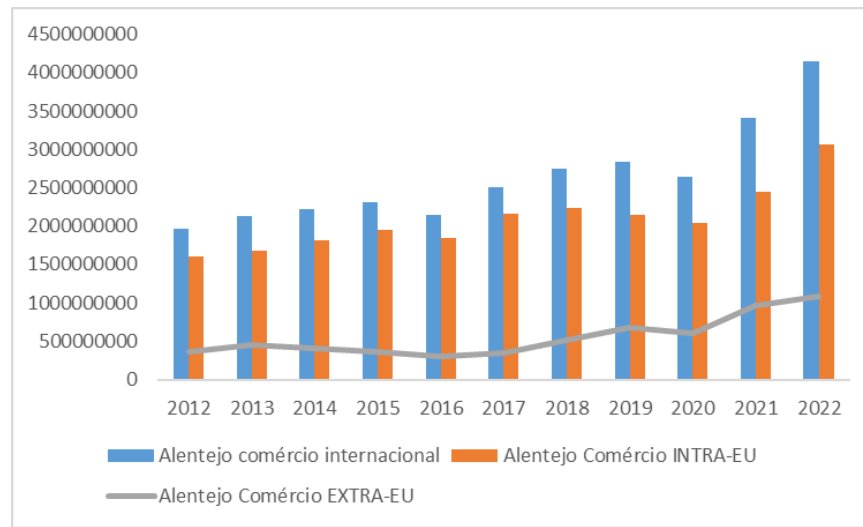


Fonte: Elaboração própria INE (2024)

As importações em Portugal de bens no período em análise, verifica-se que o comércio internacional tem um crescimento gradual até ao ano de 2019, interrompido pelo COVID-19, é retomado no ano de 2021 e 2022. Na linha do mercado europeu (INTRA-EU) existe uma diminuição de 2019 para 2020, mas nos anos seguintes 2021 e 2022

retomou-se o crescimento das importações. Nos países fora do círculo europeu (EXTRA-EU) existe uma ligeira diminuição do ano de 2012 até ao ano de 2015, após esse ano existiu um crescimento até ao ano de 2019, no ano de 2020, existiu uma diminuição em linha com as restantes comparações e nos anos de 2021 e 2022 houve um crescimento das importações.

Figura 29 – Importações Alentejo 2012-2022 (€ milhares de milhões)

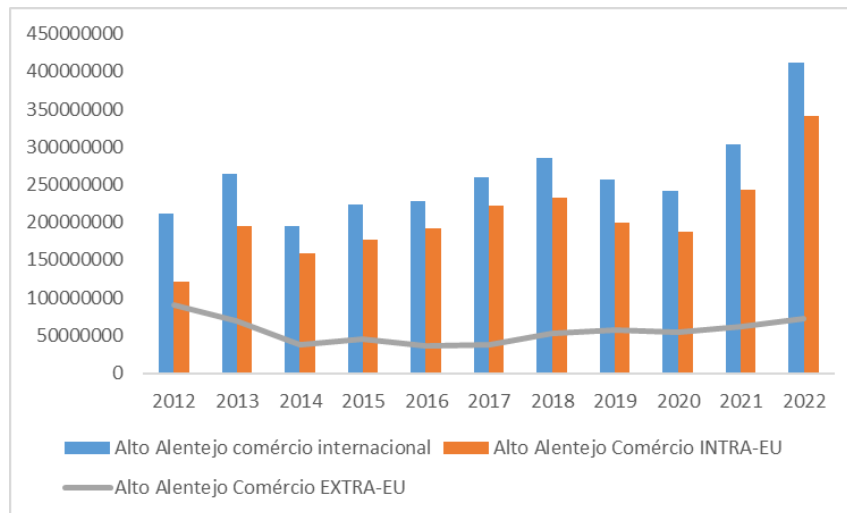


Fonte: Elaboração própria INE (2024)

Na comparação das importações de bens do Alentejo, verifica-se um crescimento das importações na sua globalidade. As importações na União Europeia (INTRA-EU) têm um crescimento, exceto nos anos de 2016, 2019 e 2020, em 2022 atingiu o seu maior valor com 3.058.065.386€ mil milhões.

Importação fora da União Europeia (EXTRA-EU), existe um crescimento a partir de 2017 até 2022, no ano de 2019 para 2020 existiu uma diminuição dos valores.

Figura 30 – Importações Alto Alentejo 2012-2022 (€ milhares de milhões)



Fonte: Elaboração própria INE (2024)

Relativamente sobre a importação de bens e serviços a sub-região do Alto Alentejo, têm uma leitura divergente neste período em análise. No ano de 2012 no comércio (INTRA-EU), tinha um valor de 121.527.572€ milhões de importação, onde se registou um aumento no ano de 2022 para 340.636.200€, ou seja, existiu um aumento de 36%. No comércio (EXTRA_EU) existiu um decréscimo, no ano de 2012, o valor total das importações ascendia a 89.880.274€ milhões, em 2022 o valor foi 71.677.602€ milhões, ou seja, existiu uma diminuição de 18.202.672€ milhões. De acordo com a figura n.º 30, o ano de 2022 no Comércio Internacional obteve o valor mais elevado do período em análise com 412.313.802€ milhões.

Tabela 29 – Tipos de bens importados do Comercio Internacional 2012-2022 (€ milhares de milhões)

Tipo de Bens		€	%
Portugal	Máquinas e aparelhos, material elétrico, e suas partes; aparelhos de gravação ou de reprodução de som, aparelhos de gravação ou de reprodução de imagens e de som em televisão, e suas partes e acessórios	132802928066	17,0%
	Produtos minerais	109394344335	14,0%
	Material de transporte	92566752214	11,9%
	Produtos das indústrias químicas ou das indústrias conexas	84497480934	10,8%
	Metais comuns e suas obras	62163349276	8,0%
Alentejo	Material de transporte	6070101637	20,9%
	Produtos das indústrias químicas ou das indústrias conexas	3862482077	13,3%
	Máquinas e aparelhos, material elétrico, e suas partes; aparelhos de gravação ou de reprodução de som, aparelhos de gravação ou de reprodução de imagens e de som em televisão, e suas partes e acessórios	3406314651	11,7%
	Produtos minerais	2610122149	9,0%
	Metais comuns e suas obras	2463123142	8,5%
Alto Alentejo	Plástico e suas obras; borracha e suas obras	691393422	24,0%
	Produtos das indústrias químicas ou das indústrias conexas	462841738	16,1%
	Máquinas e aparelhos, material elétrico, e suas partes; aparelhos de gravação ou de reprodução de som, aparelhos de gravação ou de reprodução de imagens e de som em televisão, e suas partes e acessórios	452301209	15,7%
	Madeira, carvão vegetal e obras de madeira; cortiça e suas obras; obras de espartaria ou de cestaria	423939648	14,7%
	Produtos do reino vegetal	278398123	9,7%

Fonte: Elaboração própria INE (2024)

Relativamente aos bens e produtos importados no comércio internacional em Portugal no período de 2012-2022, em primeiro lugar com 17% surge as Máquinas e aparelhos, material elétrico, e suas partes, em segundo lugar os Produtos minerais com 14% e em terceiro lugar com 11,9% temos Material de transporte. Na região do Alentejo surge o Material de transporte em primeiro lugar com 20,9%, em segundo lugar com 13,3% os Produtos das indústrias químicas e em terceiro lugar com 11,7% as Maquinas e aparelhos, material elétrico. A sub-região do Alto Alentejo os três principais bens importados representam cerca de 55,8%, destaca-se em primeiro lugar Plástico e suas obras com 24%, em segundo lugar Produtos das indústrias químicas com 16,1% e em terceiro lugar as Máquinas e aparelhos, material elétrico e suas partes com 15,7%.

Tabela 30 – Tipos de bens importados Comercio-Intro.UE 2012-2022 (€ milhares de milhões)

Tipo de Bens		€	%
Portugal	Máquinas e aparelhos, material elétrico, e suas partes; aparelhos de gravação ou de reprodução de som, aparelhos de gravação ou de reprodução de imagens e de som em televisão, e suas partes e acessórios	107217400739	18,5%
	Material de transporte	81421876801	14,1%
	Produtos das indústrias químicas ou das indústrias conexas	72362572546	12,5%
	Metais comuns e suas obras	50309955823	8,7%
	Plástico e suas obras; borracha e suas obras	38423372959	6,6%
Alentejo	Material de transporte	5859273121	25,5%
	Máquinas e aparelhos, material elétrico, e suas partes; aparelhos de gravação ou de reprodução de som, aparelhos de gravação ou de reprodução de imagens e de som em televisão, e suas partes e acessórios	2617878532	11,4%
	Produtos das indústrias químicas ou das indústrias conexas	2144902577	9,3%
	Metais comuns e suas obras	2048274103	8,9%
	Plástico e suas obras; borracha e suas obras	2016703328	8,8%
Alto Alentejo	Plástico e suas obras; borracha e suas obras	578242719	25,5%
	Madeira, carvão vegetal e obras de madeira; cortiça e suas obras; obras de espartaria ou de cestaria	379185217	16,7%
	Produtos das indústrias químicas ou das indústrias conexas	291994488	12,9%
	Máquinas e aparelhos, material elétrico, e suas partes; aparelhos de gravação ou de reprodução de som, aparelhos de gravação ou de reprodução de imagens e de som em televisão, e suas partes e acessórios	272933540	12,0%
	Produtos do reino vegetal	204741715	9,0%

Fonte: Elaboração própria INE (2024)

Na importação comércio-intro EU, os produtos mais importados em Portugal foram, Máquinas e aparelhos, material elétrico, seguido do Material de transporte e Produtos das indústrias química. Na região do Alentejo foram o Material de transporte, seguido da Máquina e aparelhos elétricos e Produtos das indústrias química. Os resultados da sub-região do Alto Alentejo diferem, em primeiro lugar surge a Plástico e suas obras, com 25,5%, em segundo lugar Madeira, carvão vegetal e obras de madeira com 16,7% e em último temos Produtos das indústrias química com 12,9% estes três produtos representa 57,1% dos produtos importados no referido período.

Tabela 31 – Tipos de bens importados Comercio-Extra.UE 2012-2022 (€ milhares de milhões)

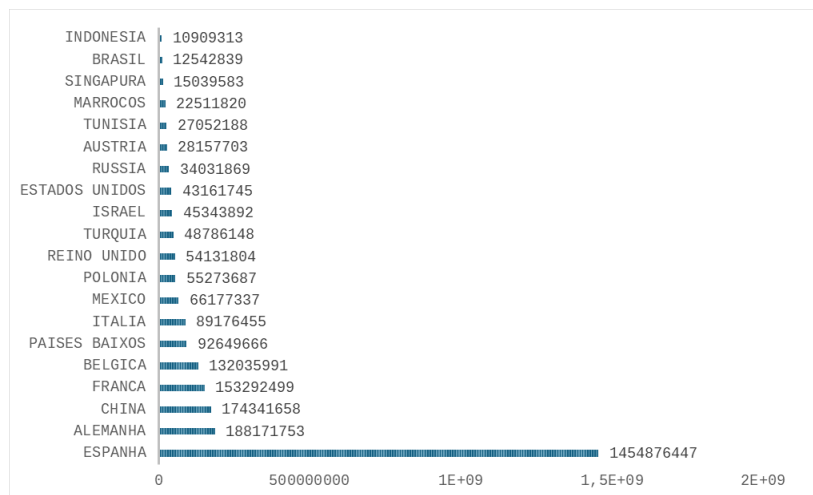
Tipo de Bens		€	%
Portugal	Produtos minerais	80618099305	40,2%
	Máquinas e aparelhos, material elétrico, e suas partes; aparelhos de gravação ou de reprodução de som, aparelhos de gravação ou de reprodução de imagens e de som em televisão, e suas partes e acessórios	25585527327	12,8%
	Produtos do reino vegetal	13765568834	6,9%
	Produtos das indústrias químicas ou das indústrias conexas	12134908388	6,0%
	Metais comuns e suas obras	11853393453	5,9%
Alentejo	Produtos das indústrias químicas ou das indústrias conexas	1717579500	28,2%
	Produtos minerais	1418747908	23,3%
	Máquinas e aparelhos, material elétrico, e suas partes; aparelhos de gravação ou de reprodução de som, aparelhos de gravação ou de reprodução de imagens e de som em televisão, e suas partes e acessórios	788436119	13,0%
	Metais comuns e suas obras	414849039	6,8%
	Produtos do reino vegetal	396800472	6,5%
Alto Alentejo	Produtos das indústrias químicas ou das indústrias conexas	147710278	40,2%
	Máquinas e aparelhos, material elétrico, e suas partes; aparelhos de gravação ou de reprodução de som, aparelhos de gravação ou de reprodução de imagens e de som em televisão, e suas partes e acessórios	85989943	23,4%
	Plástico e suas obras; borracha e suas obras	52915064	14,4%
	Produtos do reino vegetal	47933689	13,0%
	Madeira, carvão vegetal e obras de madeira; cortiça e suas obras; obras de espartaria ou de cestaria	24544687	6,7%

Fonte: Elaboração própria INE (2024)

Em Portugal os três principais produtos importados no comércio fora da Europa representam mais de 59.9% dos bens, na região do Alentejo representa esse valor sobre para os 64,5% e na sub-região do Alto Alentejo apresenta o valor mais alto de 78%.

Os três principais produtos importados a nível nacional são os Produtos minerais, Máquinas e aparelhos, material elétrico, e suas partes e Produtos do reino vegetal. Na região do Alentejo são os Produtos das indústrias químicas, Produtos minerais e Máquinas e aparelhos, material elétrico. Na sub-região do Alto Alentejo são os Produtos das indústrias químicas, Máquinas e aparelhos, material elétrico e o Plástico e suas obras.

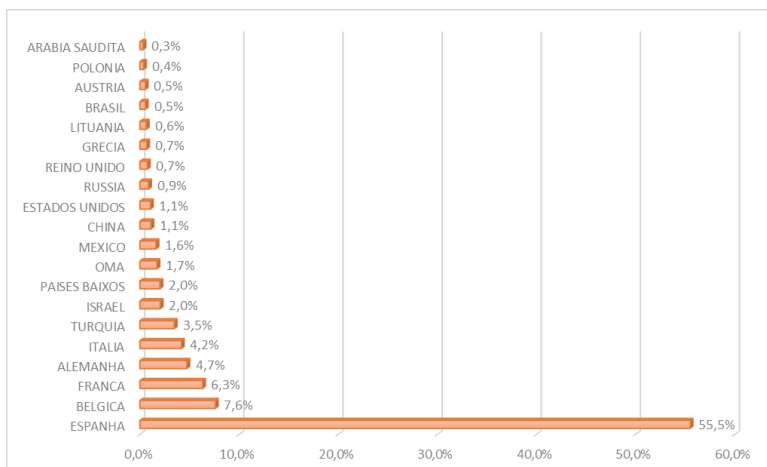
Figura 31 – Importações Alto Alentejo total 2012-2022 (€ milhares de milhões)



Fonte: Elaboração própria INE Comércio internacional (2024)

Nas importações relativamente ao somatório de valor (€) da sub-região do Alto Alentejo o principal país é Espanha com 1.454.876.447€ mil milhões, seguido da Alemanha com 188.171.753€ milhões e da China com 174.341.658€ milhões. O continente mais representado na figura é o Europeu com cerca de 80.9%.

Figura 32 – Importações Alto Alentejo total 2012-2022 (matéria/massa)

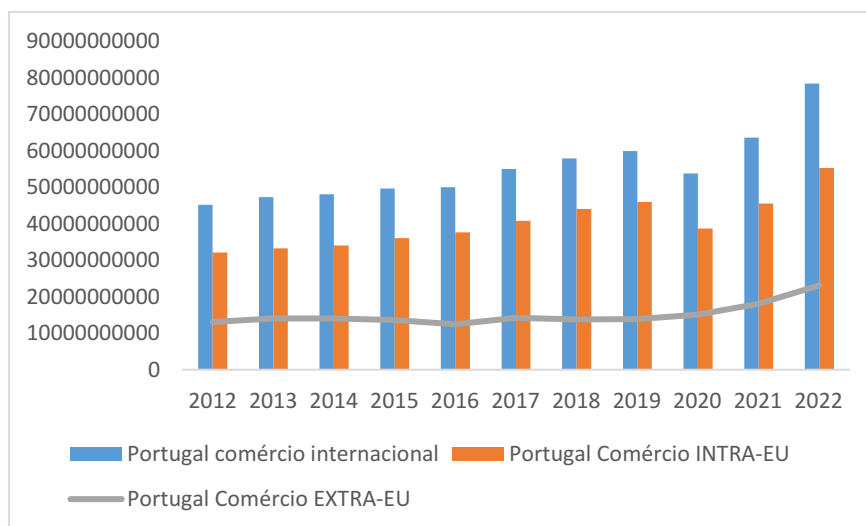


Fonte: Elaboração própria INE Comércio internacional (2024)

Na importação de quantidade, vemos que Espanha continua a ser o principal país com cerca de 55,5%, seguido da Bélgica e da Itália, a Alemanha surge em quarta posição e a China está em décimo primeiro lugar. O continente Europeu representa cerca de 87,7% das importações.

2.3.19 Exportações Portugal, Alentejo e Alto Alentejo

Figura 33 – Exportações Portugal 2012-2022 (€ milhões)

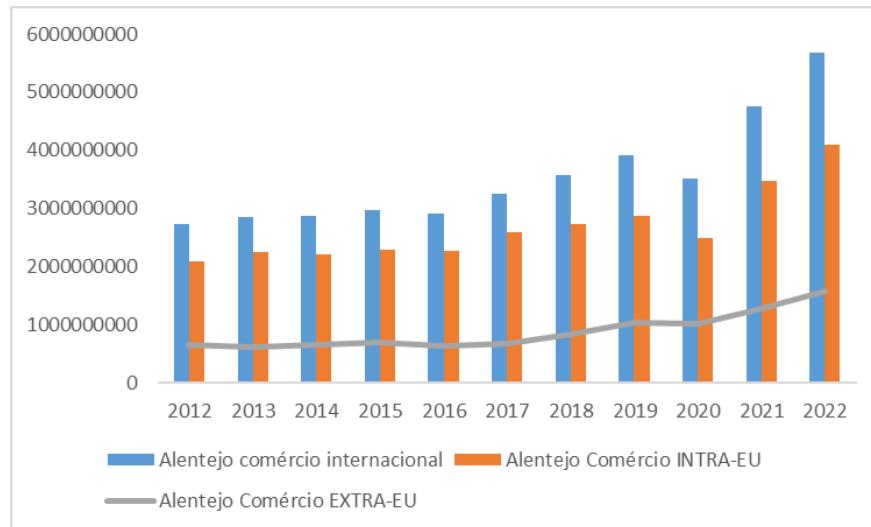


Fonte: Elaboração própria INE (2024)

As exportações em Portugal de bens no período de análise são crescentes em todos mercados, destaca-se os dois últimos anos com as melhores prestações. No comércio internacional no ano de 2012 tinha obtido um valor de 45.213.015.628€ mil milhões,

de transações de bens no ano 2022 teve um valor de 78.402.738.371€ mil milhões de transação de bens.

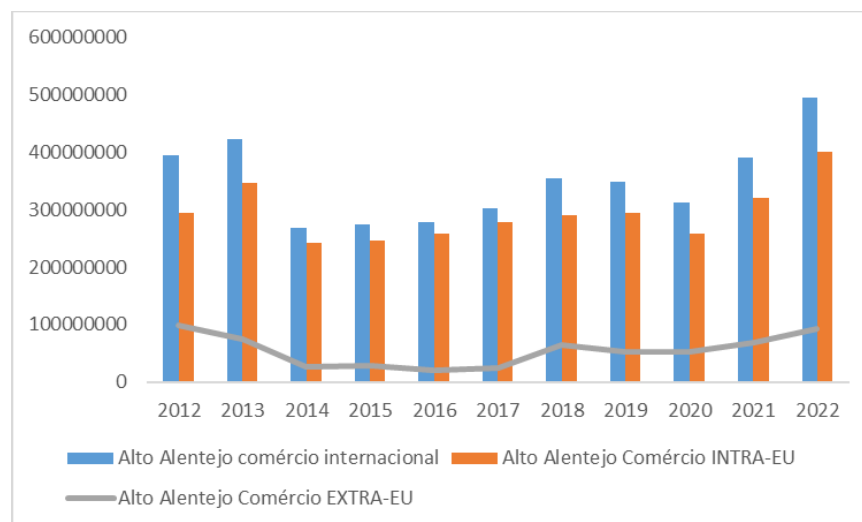
Figura 34 - Exportações Alentejo 2012-2022 (€ milhões)



Fonte: Elaboração própria INE (2024)

A região do Alentejo em linha com a tendência a nível nacional, tem resultados em crescimento, destaca-se também o período após a Pandemia COVID-19 no comércio internacional onde existiu um decréscimo das transações dos bens o que correspondeu a um valor de 3.506.438.471€ mil milhões de euros no ano de 2020, no ano de 2022 obteve o maior valor do período de análise de 5.674.584.122€ mil milhões de euros.

Figura 35 - Exportações Alto Alentejo 2012-2022 (€ milhões)



Fonte: Elaboração própria INE (2024)

Na sub-região do Alto Alentejo os valores têm uma dinâmica diferente dos resultados anteriores. Nos anos de 2012 e 2013 apresentam valores superiores aos restantes anos exceto no ano de 2022. No comércio internacional no ano de 2014 foi obtido o valor mais baixo 267.686.073€ milhões de euros, enquanto no ano de 2022 foi obtido o maior valor 494.809.149€ milhões de euros teve uma percentagem de crescimento de 54%.

Tabela 32 – Tipos de bens/produtos exportados Comercio Internacionalmente 2012-2022 (€ milhares de milhões)

	Tipo de Bens	€	%
Portugal	Máquinas e aparelhos, material elétrico, e suas partes; aparelhos de gravação ou de reprodução de som, aparelhos de gravação ou de reprodução de imagens e de som em televisão, e suas partes e acessórios	89036199067	14,6%
	Material de transporte	77504207782	12,7%
	Matérias têxteis e suas obras	54788492272	9,0%
	Produtos minerais	52704245199	8,7%
	Metais comuns e suas obras	48650831052	8,0%
Alentejo	Produtos minerais	6436192462	16,5%
	Produtos das indústrias químicas ou das indústrias conexas	6226015583	15,9%
	Plástico e suas obras; borracha e suas obras	4995045380	12,8%
	Produtos das indústrias alimentares; bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres; tabaco e seus sucedâneos manufacturados; produtos, mesmo contendo nicotina, destinados à inalação sem combustão; outros produtos que contenham nicotina destinados à absorção da nicotina pelo corpo humano	4345241324	11,1%
	Produtos do reino vegetal	3895267653	10,0%
Alto Alentejo	Produtos das indústrias químicas ou das indústrias conexas	147710278	40,2%
	Máquinas e aparelhos, material elétrico, e suas partes; aparelhos de gravação ou de reprodução de som, aparelhos de gravação ou de reprodução de imagens e de som em televisão, e suas partes e acessórios	85989943	23,4%
	Plástico e suas obras; borracha e suas obras	52915064	14,4%
	Produtos do reino vegetal	47933689	13,0%
	Madeira, carvão vegetal e obras de madeira; cortiça e suas obras; obras de espartaria ou de cestaria	24544687	6,7%

Fonte: Elaboração própria INE (2024)

Analisando a tabela verifica-se que a diferença percentual dos cinco principais produtos exportados em Portugal e na região do Alentejo tem a diferença de 6,6 p.p. e 6,5 p.p., ao invés da sub-região do Alto Alentejo essa diferença é superior de 34,5 p.p..

Tabela 33 – Tipos de bens exportados Comercio-Intro.UE 2012-2022 (€ milhares de milhões)

Tipo de Bens		€	%
Portugal	Material de transporte	64927850925	14,6%
	Máquinas e aparelhos, material elétrico, e suas partes; aparelhos de gravação ou de reprodução de som, aparelhos de gravação ou de reprodução de imagens e de som em televisão, e suas partes e acessórios	63341911285	14,3%
	Matérias têxteis e suas obras	43782507204	9,9%
	Metais comuns e suas obras	35332965311	8,0%
	Plástico e suas obras; borracha e suas obras	35111281272	7,9%
Alentejo	Produtos minerais	5026084774	17,1%
	Plástico e suas obras; borracha e suas obras	4693204399	16,0%
	Produtos das indústrias químicas ou das indústrias conexas	4095738270	14,0%
	Produtos do reino vegetal	3688687593	12,6%
	Produtos das indústrias alimentares; bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres; tabaco e seus sucedâneos manufacturados; produtos, mesmo contendo nicotina, destinados à inalação sem combustão; outros produtos que contenham nicotina destinados à absorção da nicotina pelo corpo humano	3042862813	10,4%
Alto Alentejo	Plástico e suas obras; borracha e suas obras	1902139479	58,8%
	Produtos do reino vegetal	450805577	13,9%
	Produtos das indústrias químicas ou das indústrias conexas	363602736	11,2%
	Animais vivos e produtos do reino animal	110504009	3,4%
	Máquinas e aparelhos, material elétrico, e suas partes; aparelhos de gravação ou de reprodução de som, aparelhos de gravação ou de reprodução de imagens e de som em televisão, e suas partes e acessórios	86740559	2,7%

Fonte: Elaboração própria INE (2024)

No comércio Intro-EU a diferença de p.p., dos cinco principais produtos de Portugal e da região do Alentejo é de 6,7 p.p., destaca-se o Material de transporte os bens mais exportados de Portugal e da região do Alentejo são os Produtos minerais. Na sub-região do Alto Alentejo a diferenças em p.p. dos cinco principais produtos é de 56.1p.p., uma diferença avassaladora para os restantes bens, sendo o Plástico e suas obras, borracha e suas obras o bem mais exportado dentro da União Europeia no período em análise.

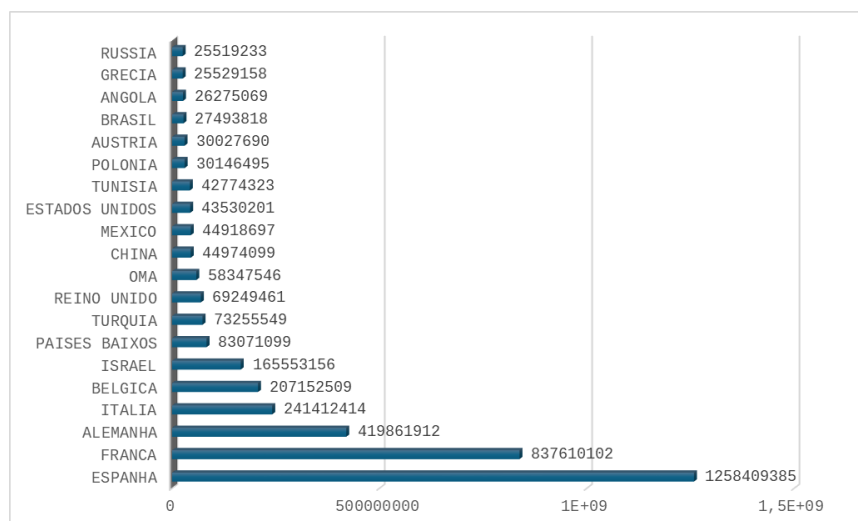
Tabela 34 – Tipos de bens exportados Comercio-Extra.UE 2012-2022 (€ milhares de milhões)

Tipo de Bens		€	%
Portugal	Máquinas e aparelhos, material elétrico, e suas partes; aparelhos de gravação ou de reprodução de som, aparelhos de gravação ou de reprodução de imagens e de som em televisão, e suas partes e acessórios	25694287782	15,5%
	Produtos minerais	25536116416	15,4%
	Metais comuns e suas obras	13317865741	8,1%
	Material de transporte	12576356857	7,6%
	Produtos das indústrias alimentares; bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres; tabaco e seus sucedâneos manufacturados; produtos, mesmo contendo nicotina, destinados à inalação sem combustão; outros produtos que contenham nicotina destinados à absorção da nicotina pelo corpo humano	11738657168	7,1%
Alentejo	Produtos das indústrias químicas ou das indústrias conexas	2130277313	22,0%
	Produtos minerais	1410107688	14,5%
	Máquinas e aparelhos, material elétrico, e suas partes; aparelhos de gravação ou de reprodução de som, aparelhos de gravação ou de reprodução de imagens e de som em televisão, e suas partes e acessórios	1308462430	13,5%
	Produtos das indústrias alimentares; bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres; tabaco e seus sucedâneos manufacturados; produtos, mesmo contendo nicotina, destinados à inalação sem combustão; outros produtos que contenham nicotina destinados à absorção da nicotina pelo corpo humano	1302378511	13,4%
	Material de transporte	937142508	9,7%
Alto Alentejo	Produtos das indústrias químicas ou das indústrias conexas	183325067	46,9%
	Animais vivos e produtos do reino animal	89266586	22,8%
	Plástico e suas obras; borracha e suas obras	36909006	9,4%
	Produtos das indústrias alimentares; bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres; tabaco e seus sucedâneos manufacturados; produtos, mesmo contendo nicotina, destinados à inalação sem combustão; outros produtos que contenham nicotina destinados à absorção da nicotina pelo corpo humano	33719626	8,6%
	Produtos do reino vegetal	13058942	3,3%

Fonte: Elaboração própria INE (2024)

Nos principais produtos exportados fora da União Europeia, constata-se que as diferenças dos pontos percentuais são maiores em comparação com as tabelas n.º 33 e 32. Em Portugal essa diferença é de 8,4 p.p., na região do Alentejo é de 12,3 p.p., e na sub-região do Alto Alentejo é de 43,6 p.p.. Os principais bens exportados em Portugal são Máquinas e aparelhos, material elétrico, na região do Alentejo e sub-região do Alto Alentejo foram os Produtos das indústrias químicas.

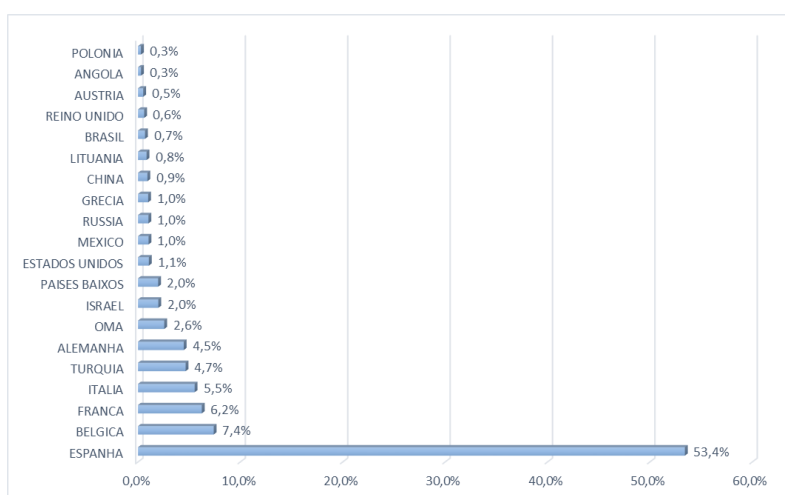
Figura 36 – Exportações Alto Alentejo total 2012-2022 (€ milhões)



Fonte: Elaboração própria INE Comércio internacional (2024)

O principal país de exportação dos produtos e bens da sub-região do Alto Alentejo como se comprova na figura é Espanha com 1.258.409.385€ mil milhões, seguida da França e da Alemanha com 837.610.102€ milhões e 419.861.912€ milhões. De referir que dentro dos vinte países que a sub-região do Alto Alentejo exporta estão representados vários continentes tais como o Europeu, com 83,2%, seguido do Médio Oriente com 5,6%, América do Norte com 2,2%, o continente Africano com 1,7%, Ásia com 1,1% e por último o continente da América Latina com 0,7%.

Figura 37 – Exportações Alto Alentejo total 2012-2022 (matéria/massa)

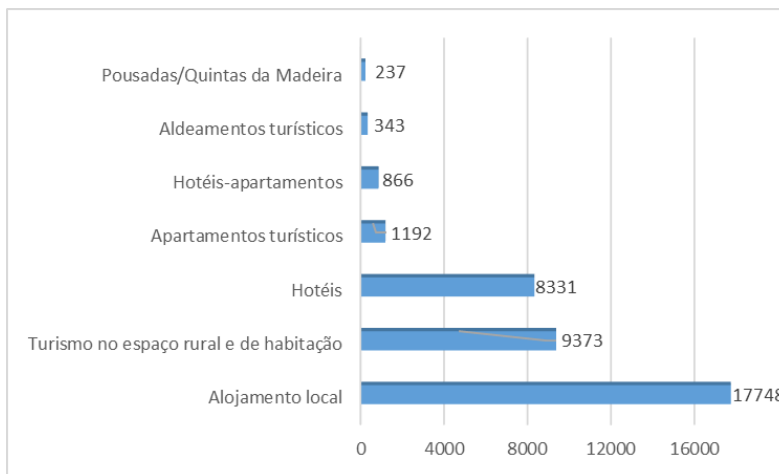


Fonte: Elaboração própria INE Comércio internacional (2024)

Na análise das exportações de quantidade o principal país continua a ser Espanha com 53.4%, do valor total do peso das exportações, tem uma diferença avassaladora em comparação com os restantes países representados na figura. Os restantes países representam 43.1% das exportações de matéria/massa da sub-região do Alto Alentejo.

2.3.20 Estabelecimentos de alojamento turístico 2017-2022

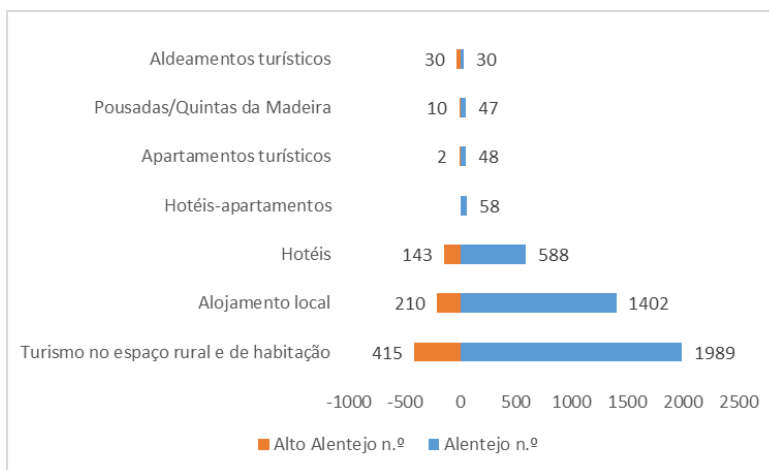
Figura 38 – Estabelecimentos de alojamento turístico de Portugal (n.º)



Fonte: Elaboração própria INE (2024)

O número de Estabelecimentos de alojamento turístico, em Portugal é caracterizado por sete categorias, onde o Alojamento local é a mais representada com 17.748 unidades, em segundo lugar está o Turismo no espaço rural e de habitação com 9.373 unidades e em terceiro lugar surge os Hotéis com 8.331 unidades. Com o menor número de unidades temos os Aldeamentos Turísticos com 343 unidades e a Pousada/Quintas de Madeira com 237.

Figura 39 – Estabelecimentos de alojamento turístico, Alentejo e Alto Alentejo 2017-2022 (n.º)

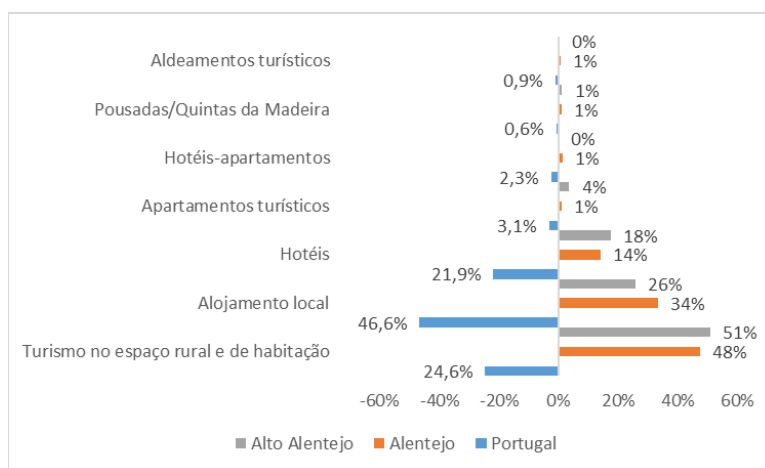


Fonte: Elaboração própria INE (2024)

Na comparação do número de estabelecimentos de alojamento turísticos da região do Alentejo e da sub-região do Alto de Alentejo, constata-se que a tipologia de alojamento com maior representatividade em ambas as regiões é a de Turismo no espaço rural e

de habitação. De realçar na tipologia de Alojamento turístico, as 30 unidades existentes na sub-região do Alto Alentejo, representam a totalidade das unidades de toda a região do Alentejo.

Figura 40 – Estabelecimentos de alojamento turístico de Portugal, Alentejo e do Alto Alentejo 2017-2022 (%)

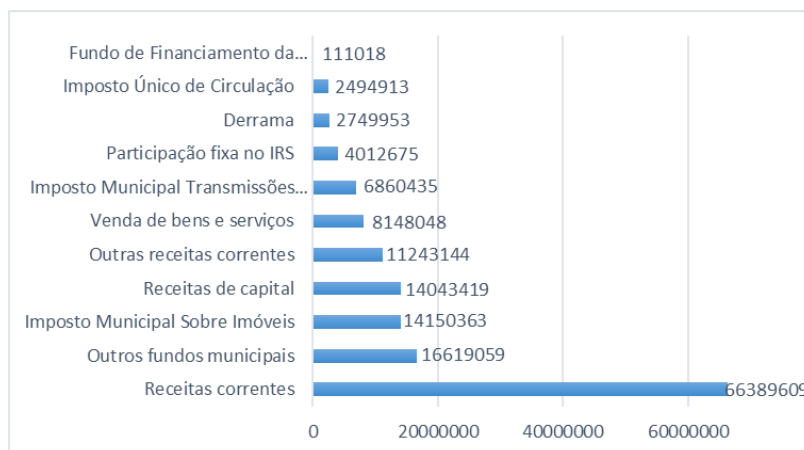


Fonte: Elaboração própria INE (2024)

A tipologia mais representada em Portugal é a de Alojamento local, sendo a segunda mais representada na região do Alentejo e sub-região do Alto Alentejo. Com menos representação em Portugal é a tipologia de Pousadas/Quintas da Madeira, na região do Alentejo é a de Aldeamentos Turísticos, e na sub-região do Alto Alentejo é a Apartamentos Turísticos.

2.3.21 Impostos municipais 2011-2020

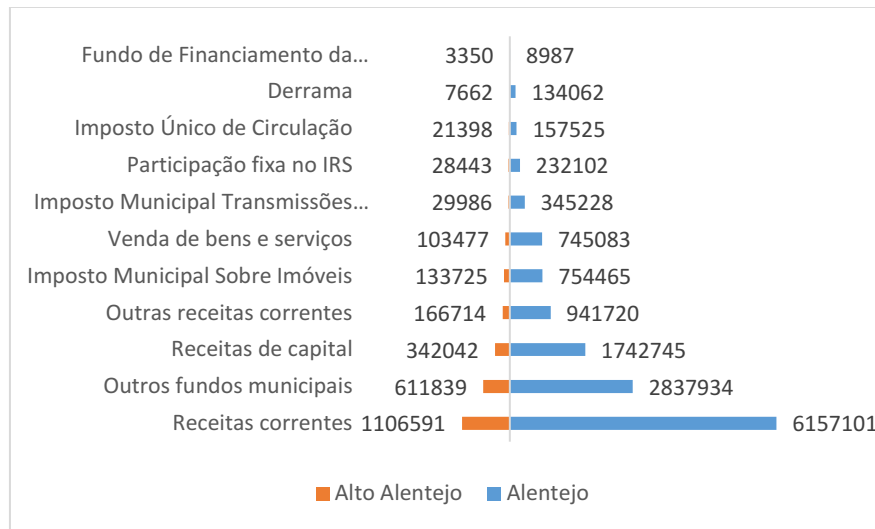
Figura 41 – Impostos municipais Portugal 2011-2020 (€ milhares)



Fonte: Elaboração própria INE (2024)

Na figura n.º 41, apresenta os valores das receitas dos impostos nacionais do período de 2011 a 2020. As Receitas correntes apresentam o maior valor de imposto, arrecadado em Portugal seguido dos Outros fundos municipais e Imposto municipal sobre Imóveis.

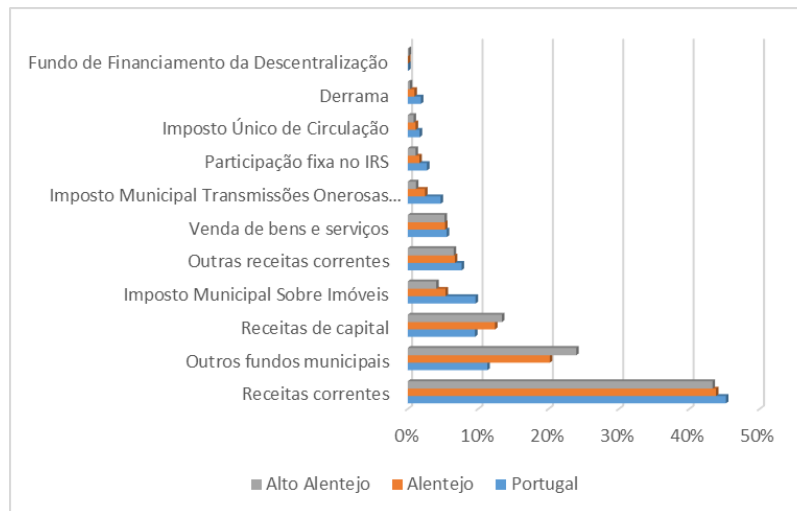
Figura 42 – Impostos municipais Alentejo e Alto Alentejo 2011-2020 (€ milhares)



Fonte: Elaboração própria INE (2024)

Na comparação dos impostos municipais da região do Alentejo e da sub-região do Alto Alentejo verificamos que os mesmos são idênticos na mesma escala, ou seja, a ordem de grandeza dos vários itens é a mesma, sendo assim com a maior receita temos as Receitas correntes, seguido dos Outros fundos municipais e em terceiro lugar as Receitas de Capital. Com menos peso do lado da receita surge o imposto da Derrama e o Fundo de Financiamento da Descentralização.

Figura 43 – Impostos municipais comparação Portugal, Alentejo e Alto Alentejo 2011-2020 (%)



Fonte: Elaboração própria INE (2024)

Em termos de comparação de percentagem as Receitas correntes são as que mais peso tem nos impostos municipais, a nível nacional e regional. Na sub-região do Alto Alentejo com um peso relevante em comparação com outras zonas regionais surge os impostos, Outros fundos municipais, e Receitas de capital, evidenciando a importância que tem na captação de capital.

2.4 Certificados PME

Esta iniciativa está regulamentada pelo Decreto-Lei n.º 372/2007 de 6 de novembro, conforme indica que a entidade responsável pela execução dos certificados é o Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação, (IAPMEI, I.P.) que visa promover o desenvolvimento empresarial, reforçando a competitividade das PME, inculcando uma maior responsabilidade na gestão das empresas.

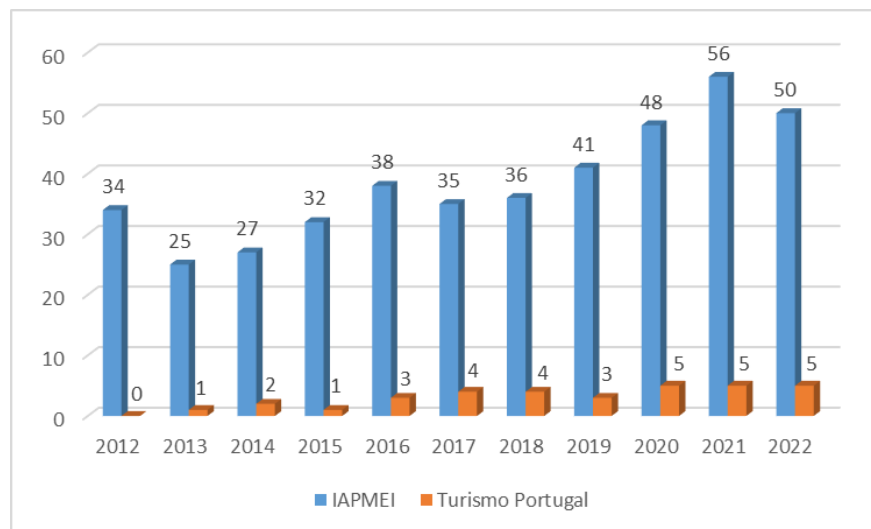
A atribuição do certificado visa simplificar e acelerar o tratamento administrativo, numa maior transparência na aplicação da definição PME no âmbito dos diferentes apoios concedidos pelas entidades públicas, possibilitando que também sejam elegíveis aos diferentes programas comunitários e garantir uma informação adequada às entidades interessadas.

A certificação tem dois estatutos, o Estatuto PME Líder e a PME Excelência, ambos são atribuídos pelo IAPMEI, I.P. e pelo Turismo de Portugal, I.P. (no caso das empresas do Turismo), em parceria com 11 Bancos a operar em Portugal. Para a obtenção dos certificados as empresas têm que cumprir pressupostos de autonomia financeira, de

rendibilidade líquida e dívida financeira, positivos a diferença da obtenção dos certificados centra-se no critério da exigência financeira.⁸

2.4.1 Certificados PME Líder 2012-2022

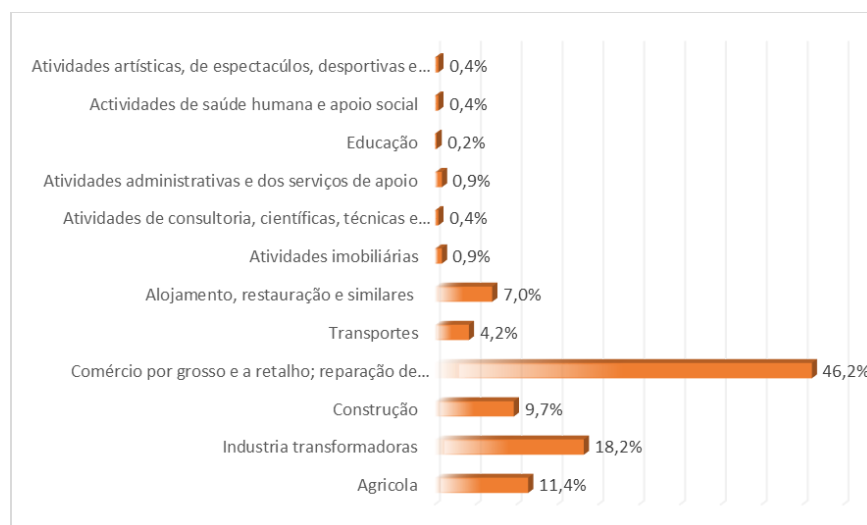
Figura 44 – Certificados PME líder do Alto Alentejo 2012-2022 (n.º)



Fonte: Elaboração própria IAPMEI (2024)

Com base nos dados do IAPMEI, na sub-região Alto Alentejo existe uma clara evolução do número de empresas aderentes ao certificado PME Líder atribuído pelo IAPMEI e Turismo de Portugal.

Figura 45 – Certificados PME líder por atividades do Alto Alentejo 2012-2022 (%)



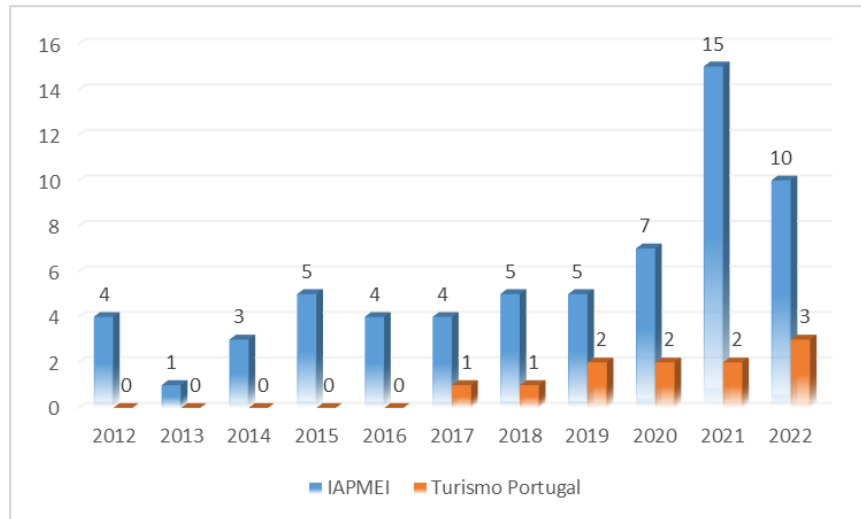
Fonte: Elaboração própria IAPMEI (2024)

⁸ https://www.iapmei.pt/PRODUTOS-E-SERVICOS/Qualificacao-Certificacao/PME-Lider/Documentos-PME-Lider-e-PME-Excelencia/Regulamento-PME-Lider-e-Excelencia-2023_31julho_VF.aspx

A atividade que se destaca na obtenção do certificado PME líder na sub-região do Alto Alentejo é a de Comércio por grosso e a retalho, com 46,2%, seguida da Indústria transformadora com 18,2%, com menos percentagem surge a Educação com 0,2%.

2.4.2 Certificados PME Excelência

Figura 46 – Certificados PME Excelência do Alto Alentejo 2012-2022 (n.º)



Fonte: Elaboração própria IAPMEI (2024)

Em relação ao certificado PME Excelência na leitura da figura observamos que no ano de 2021 foi o melhor ano num total de 17 empresas conseguiram obter o certificado.

Figura 47 – Certificados Excelência Alto Alentejo 2012-2022 (%)



Fonte: Elaboração própria IAPMEI (2024)

Relativamente às atividades aderentes dos certificados, excelência estes contam com menos atividades aderentes, no entanto, as atividades mais representadas são as mesmas das certificadas pelo PME Líder.

2.5 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

“Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável são a nossa visão comum para a Humanidade e um contrato social entre os líderes mundiais e os povos. São uma lista das coisas a fazer em nome dos povos e do planeta e um plano para o sucesso”

Ban Ki-moon (antigo Secretário-Geral das Nações Unidas) – (Silva, 2020)

2.5.1 Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, implementação dos ODS em Portugal

A 25 fevereiro de 2016 foram aprovadas, em sede de Conselho de Ministros, as primeiras linhas de orientação intragovernamental para a Agenda 2030. Considerada a necessidade de estreito alinhamento entre os dois eixos da Agenda, o plano interno e o plano externo, o Ministério dos Negócios Estrangeiros assumiu um papel de coordenação geral, em articulação com o Ministério do Planeamento e das Infraestruturas, como prioridades estratégicas na sua implementação são destacados os ODS 4, 5, 9, 10, 13 e 14 (Silva, 2020).

A implementação da Agenda 2030 a nível nacional, como se pode ler no relatório nacional sobre a implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, segundo Silva (2020),

é conduzida de uma forma i) abrangente e completa, considerando o esforço nacional para o cumprimento de todos os ODS; ii) integrada, respeitando uma visão global de promoção do desenvolvimento sustentável e evitando a compartimentação de políticas por silos; e simultaneamente, iii) focada, com uma clara identificação dos ODS prioritários à luz da visão estratégica de desenvolvimento do País, consubstanciada, em particular, no Programa Nacional de Reformas.

Autarquias nacionais

Pretende-se que as autarquias assegurem o cumprimento dos objetivos propostos numa resposta assertiva, inovadora e eficiente na transformação social, económica e ambiental, para um mundo mais justo, inclusivo e digno, estes desígnios só são

possíveis se todos os intervenientes estiverem alinhados no seu desenvolvimento e crescimento. Segundo as últimas projeções internacionais preveem que, até 2030, 60% da população mundial irá viver em áreas urbanas (Silva, 2020).

Essa realidade irá exigir uma mudança nas respostas sociais, económicas, culturais e ambientais. Como atores incontornáveis do processo de desenvolvimento, as Autoridades Locais têm fortes responsabilidades na promoção do bem-estar das suas comunidades e na salvaguarda do bem-estar das gerações futuras (Silva, 2020).

Acrescentado valor aos processos de desenvolvimento são essenciais as parcerias entre a sociedade civil e as autoridades locais na convergência de esforços para a erradicação da pobreza e no desenvolvimento sustentável na criação de melhores condições na educação, na igualdade de género, na saúde, sustentabilidade económica e ambiental. (Silva, 2020).

Cada município deverá ser um espaço de partilha, aprendizagem, reflexão, debate e ação onde todos possam, de facto, contribuir para garantir que a estratégia de desenvolvimento das Autarquias Locais é inclusiva, participativa e eficaz (Silva, 2020).

As cidades, vilas e aldeias são atores chave do desenvolvimento e na concretização dos ODS, muitos dos desafios identificados dependem do conhecimento e das necessidades da comunidade, das suas explicações, motivações em torno da designação ODS. Nesse sentido os ODS são uma excelente oportunidade de envolver os vários atores locais nos objetivos comuns para guiarem políticas mais integradas e coerentes, que promovam soluções e respostas locais em prol de um desenvolvimento mais inclusivo e sustentável (Silva, 2020, p. 36).

Figura 48 – Localização



Fonte: ABC dos objetivos de desenvolvimento sustentável (Silva, 2020)

Localização refere-se tanto à forma como os governos locais e regionais podem apoiar a realização dos ODS através de baixo para cima, quanto a forma como os ODS podem fornecer uma alavanca para uma política de desenvolvimento local. (Silva, 2020).

Segundo Ferreira (2020), não existe um modelo único ou uma fórmula aplicável a todos os países para incorporação e implementação da Agenda 2030, devendo esse modelo ser criado, aplicado e adaptado consoante a realidade de cada país, tendo em consideração as capacidades e estruturas institucionais, as dinâmicas políticas, económicas e sociais, bem como as lições aprendidas de outros processos.

CAPÍTULO III – ANÁLISE DAS ENTREVISTAS

3.1 Fontes de Informação

A informação recolhida foi de âmbito qualitativa e quantitativa, reuniu-se várias perspetivas de informação de diferentes fontes para tornar a análise mais fiável, recolhendo dados primários e secundários. Como fontes primárias de dados foram efetuadas entrevistas semiestruturadas realizadas por plataforma eletrónica, a indivíduos com um profundo conhecimento e experiência no desenvolvimento do território do Alto Alentejo, mais concretamente, associações de desenvolvimento

empresarial, uma entidade de ensino superior, duas agências governamentais, uma de qualificação, emprego e formação profissional, e outra na área do turismo.

As sete entrevistas foram realizadas por via de plataforma eletrónica, sendo que dois entrevistados lhes foi enviado o guião com as perguntas por via de endereço eletrónico. O período temporal para a realização das entrevistas foi do dia 7 de junho até ao dia 8 de julho. Como fator de credibilidade no apuramento dos resultados da importância da fluidez, da sensibilidade de alguma informação, bem como a necessidade de compreender as afirmações, as entrevistas foram interativas expeto uma entrevista que as respostas foram facultadas por email.

3.1 Entrevista e preparação das entrevistas

Tabela 35 – Entidades, cargo/chefia dos entrevistados

ENTIDADE	CARGO/CHEFIA
E1 - ADER-AL	Coordenadora Técnica
E2 – ESTGD	Diretor
E3 - ESTGD-GEE	Pró-Presidente
E4 - ESTGD-GII	Pró-Presidente
E5 – IEFP	Coordenadora do Núcleo de Gestão do Mercado de Emprego - Centro de Emprego e Formação Profissional de Portalegre
E6 - NERPOR-AE	Presidente
E7 - TURISMO DE PORTUGAL	Quadro Superior do Turismo de Portugal área do Investimento no Turismo de Portugal

Fonte: Elaboração própria (Machado, 2023)

3.1.1 Associação para o Desenvolvimento em Espaço Rural do Norte Alentejo (ADER-AL)⁹

A ADER-AL, é uma entidade sob tutela do IFAP (Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas), sem fins lucrativos, mas com figura jurídica privada, tem o intuito de intervir nos territórios rurais, e foi constituída em 1996 foi a data da sua fundação, a sua sede localiza-se na cidade de Portalegre.

É uma entidade promotora e gestora dos concelhos de Arronches, Campo Maior, Castelo de Vide, Crato, Elvas, Marvão, Monforte; Nisa, Portalegre e Sousel.

De referir que na região do alto Alentejo existe a associação LEADERSOR – Associação para o Desenvolvimento Rural Integrado do Sor, que abrange os concelhos de Alter do Chão, Avis, Gavião, Fronteira, Mora e Ponte de Sor.¹⁰

A associação, a ADER-AL, na sua estrutura associativa tem um conjunto diversificado de pessoas singulares e coletivas que partilham os mesmos objetivos. Tem pautado por uma atuação em parceria, na implementação e acompanhamento da estratégia de desenvolvimento local (EDL), na elaboração de planos, projetos e iniciativas que promovam o território. Conta com várias edições da iniciativa LEADER no âmbito do II, III e IV Quadros Comunitários de Apoio, também tem o objetivo de promover e financiar as iniciativas locais.

Têm ainda os seguintes objetivos; conceção, execução e apoio a programas e projetos de cariz social, cultural, ambiental, cívico e económico que vise o desenvolvimento de ações de cooperação para o desenvolvimento; sensibilização da opinião pública para o despertar da necessidade das relações entre os países em vias de desenvolvimento e das suas realidades; promoção da educação como fator essencial para o desenvolvimento das sociedades e para o reforço da paz.

Ao nível supramunicipal, a ADER-AL, integra o concelho estratégico para o desenvolvimento intermunicipal das comunidades intermunicipal do Alto Alentejo, sendo a entidade coordenadora de duas linhas de intervenção: D.1.1. Qualificação e

⁹ <https://www.ader-al.pt/>

¹⁰ https://www.leadersor.pt/entrada/index.php?option=com_content&view=article&id=46&Itemid=54

Animação económica do Património rural e D.1.2. Valorização das artes, ofícios e produtos da região do Alto Alentejo.

3.1.2 Escola Superior de Tecnologia, Gestão e Design (ESTGD)

A ESTG foi criada pelo Decreto – Lei n.º 46/85 de 22 de novembro. Após aprovados, homologados e publicados os Estatutos da Escola Superior de Tecnologia e Gestão (DR II Série N.º 179 de 3-8-1996), o processo eleitoral teve o ato de designação e tomada de posse, que se realizou no dia 29 de janeiro de 1997, pelo primeiro Conselho Diretivo, após o Despacho n.º 18/96 do Presidente do IPP, de 20 de dezembro.

A ESTG, é um estabelecimento público de ensino superior politécnico, é uma unidade orgânica de ensino e investigação do Instituto Politécnico de Portalegre, que tem como missão criar, transmitir e difundir o conhecimento, nas áreas das ciências económicas das organizações, tecnologias, engenharia, design, artes e animação.

No seu ano de abertura, a oferta formativa restringia-se a dois bacharelatos. Atualmente, a escola ministra 6 licenciaturas, 5 mestrados e ainda 9 cursos Técnico Superior Profissional (CTeSP).

A estrutura orgânica da ESTG é composta por Diretor; Conselho Técnico-Científico; Conselho Pedagógico; Estruturas de apoio à coordenação científica e pedagógica; Departamentos; Conselho Interdepartamental.

Mais recentemente no mês fevereiro do ano de 2024, entrou uma nova designação nas duas escolas do Politécnico de Portalegre. A Escola Superior Agrária de Elvas passa a chamar-se Escola Superior de Biociências de Elvas e a Escola Superior de Tecnologia e Gestão adota a denominação de Escola Superior de Tecnologia, Gestão e Design.

Esta medida reflete assim a importância que o Design tem tido no desenvolvimento e consolidação do nome da ESTG no meio académico e empresarial.

Na escola de Elvas, o objetivo foi criar as condições necessárias para diversificar as propostas de ofertas formativas, rentabilizando os recursos já existentes, ao nível das Ciências Agrárias e Veterinárias.¹¹

¹¹ <https://estgd.ipportalegre.pt/pt/escola-de-tecnologia-e-gestao/>

3.1.3 Gabinete de Empreendedorismo e Emprego (GEE)¹²

O GEE é a unidade transversal do Politécnico de Portalegre que coordena as estruturas e atividades relacionadas com os domínios do Empreendedorismo e Emprego, apoiando as áreas da Formação e da Qualificação Profissional.

É uma estrutura que tem por missão fomentar e apoiar o espírito empreendedor da comunidade do Politécnico de Portalegre, contribuindo para a empregabilidade dos seus alunos e diplomados. Visa criar e desenvolver uma cultura empreendedora que contribua para facilitar a transformação do conhecimento em ideias de negócio, bem como a divulgação de ideias e projetos inovadores com potencial para criar riqueza e desenvolvimento regional, tornando os estudantes dinâmicos na procura de novas saídas profissionais e na criação do próprio emprego, para além de ajudar a proporcionar contactos, ofertas de emprego/estágio e apoio em candidaturas, entre outras ferramentas necessárias e na consequente inserção no mercado de trabalho.

Também tem como objetivos de estabelecer ligações ao tecido empresarial, na realização de diversos eventos tais como o Enove+, estabelecer acordos de cooperação com empresas de base regional pelo desenvolvimento de parcerias, realização do concurso Poliemprende, promover projetos de aconselhamento de carreiras, orientação de percurso profissional e na elaboração do curriculum vitae, dinamização do portal Bolsa de Emprego (do IPPortalegre), integrado no projeto Universia, com abrangência em todo o espaço ibero-americano.

O GEE assegura a Direção de duas incubadoras de empresas:

A BioBIP – Bioenergy and Business Incubator of Portalegre, uma estrutura vocacionada para a incubação de empresas, preferencialmente de base tecnológica, relacionadas com as áreas formativas do IPP ou com o aproveitamento dos recursos da região, e a C.BIP – Incubadora de Empresas Culturais e Criativas, para a incubação de empresas de base não tecnológica, preferencialmente relacionadas com as áreas das artes e indústrias criativas.

¹² <https://www.ipportalegre.pt/pt/empreendedorismo/gabinete-empreendedorismo-emprego/>

3.1.4 Gabinete de Investigação e Inovação (GII) ¹³

A investigação no Politécnico de Portalegre é coordenada pelo GII e orientada pelo documento "Política de Investigação do IPPortalegre - Linhas programáticas", no qual estão consagrados um conjunto de objetivos estratégicos, materializados em quatro linhas de ação:

- i. Institucionalização e Gestão de Investigação & Desenvolvimento;
- ii. Valorização do conhecimento;
- iii. Investigação enquanto processo nuclear do Sistema Integrado de Gestão do Politécnico de Portalegre;
- iv. Articulação entre o ensino e a investigação.

A monitorização das atividades de I&D é assegurada anualmente no âmbito do Sistema de Gestão da Qualidade do Politécnico, da responsabilidade de um Grupo de Melhoria Contínua (GMC), com vários indicadores associados e alinhados com o Plano Estratégico de Desenvolvimento.

O gabinete tem como missão o desenvolvimento de atividades de investigação científica e inovação, de prestação de serviços, de transferência de conhecimento e tecnologia, bem como a divulgação pública dos seus resultados e na aplicação às atividades da comunidade envolvente, com vista à promoção do desenvolvimento local, regional e nacional, bem como a expansão do conhecimento científico.

Também incentiva a formação avançada de recursos humanos em Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (I&DT), através da participação de investigadores em projetos nas diferentes linhas de investigação desenvolvidas, e acolhimento a investigadores que cumpram o estatuto de bolseiros.

Tem como missão o desenvolvimento de atividades de investigação científica e inovação, de prestação de serviços e de transferência de conhecimento e tecnologia, dando assim continuidade ao C3i (Coordenação Interdisciplinar para a investigação e Inovação), estrutura criada em 2010, com a designação de Centro Interdisciplinar para a Investigação e Inovação, com o intuito de enquadrar a atividade de produção e

¹³ <https://gii.ipportalegre.pt/>

divulgação científica do Politécnico de Portalegre, transversalmente a várias áreas de conhecimento.

3.1.5 Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP)¹⁴

O IEFP, foi criado nos anos 30 do século passado, mais concretamente no ano de 1932 com a designação de Comissariado e o Fundo de Desemprego.

Inicialmente foi criada com o objetivo de ser temporária porque a medida de transição para combater o crescente número de desempregados no momento.

No ano de 1962 surgem os primeiros passos da criação do instituto, numa altura que se realizava uma reorganização industrial. Surgiu então o Fundo de Desenvolvimento da Mão de Obra – FMDO com o decreto-lei n.º44 506, de 10 de agosto de 1962.

Como as necessidades de mão de obra eram cada vez mais específicas tendo em conta a revolução industrial em Portugal, existiu a necessidade da criação do Instituto de Formação Profissional Acelerada – IFPA com o Decreto-Lei n.º 44 508, de 23 de agosto de 1962.

No ano de 1964 entra em funcionamento o primeiro Centro de Formação Profissional Acelerada para responder à crescente necessidade de mão de obra qualificada. Em janeiro de 1965 é criado o Centro Nacional de Formação de Monitores diretamente dependentes da FDMO e em estreita colaboração com o IFPA, que se destina à formação de pessoal para os centros de formação profissional.

Em 1967, começou a desenvolver a rede de centros de emprego e formação profissional que iria abranger todo o território nacional, permitindo assim que a população tivesse acesso a todos os serviços do IEFP.

Após a revolução do 25 de abril de 1974, o Ministério das Corporações e Previdência Social passou a designar como Ministério do Trabalho passando para a sua tutela o Fundo de Desemprego. Nesse sentido o Fundo de Desemprego passa a integrar num único organismo a execução das políticas de emprego e formação profissional.

¹⁴ <https://www.iefp.pt/historia>

Em 2012 o IEPF tem a última reestruturação de acordo com o Decreto-Lei n.º 143/2012, de 11 de julho que determinava o novo Plano de Redução e Melhoria da Administração Central (PREMAC), mas prevalecendo a gestão tripartida e a estrutura de serviços desconcentrada já existente.

Os objetivos do Instituto sempre foram a promoção da qualificação e a reabilitação profissional, com vista à colocação e desenvolvimento profissional dos trabalhadores no mercado de trabalho; a qualificação da formação profissional dos jovens e adultos, através, da oferta de formação de dupla certificação e formação profissional certificada, ajustada a cada indivíduo; a realização, de ações com outras entidades, de formação profissional adequadas às necessidades das pessoas e de modernização e desenvolvimento do tecido económico.

Também incentiva a criação e a manutenção de postos de trabalho, através de medidas adaptadas ao contexto económico e às características das entidades empregadoras; a inserção profissional dos diferentes públicos através de medidas específicas, em particular para um público com mais risco de exclusão do mercado de emprego. Assegurar o desenvolvimento das políticas relativas ao mercado social de emprego, criando e promovendo iniciativas destinadas à integração e à reintegração socioprofissional de pessoas desempregadas com dificuldades em entrar no mercado de trabalho.

3.1.6 Núcleo Empresarial da Região de Portalegre Associação Empresarial (NERPOR-AE)¹⁵

O Núcleo Empresarial da Região de Portalegre nasceu em 18 de outubro de 1985 como Delegação da Associação Industrial Portuguesa, com a constituição de 9 associados.

Tem como objetivo a promoção e desenvolvimento de atividades económicas da região do Alto Alentejo nas áreas da economia do comércio e do associativismo, facultando acessória nos vários programas de desenvolvimento económico aos seus associados.

No ano de 1989 constitui-se como Associação Empresarial em parceria com a Associação Industrial Portuguesa, (AIP) passando a denominar-se NERPOR-AE.

¹⁵ <https://www.nerpor.pt/nerpor/historial>

Atualmente a NERPOR-AE tem 197 associados, abrangendo todos os setores de atividade económica, e que faculta a todas as empresas da região independentemente de estas serem ou não associadas, as suas ações e eventos.

Desde a sua criação a associação tem como estratégia bem definida promover o crescimento económico, social, empresarial da região, incidindo nas várias áreas de atuação tais como:

- Incentivar parcerias entre as várias entidades direcionadas para o desenvolvimento económico e empresarial;
- Desenvolver ações de sensibilização, seminários e encontros no âmbito do associativismo empresarial e outros organismos;
- Divulgar as potencialidades culturais, regionais e económicas da região para captação de investimento;
- Organização de feiras, certames nacionais e internacionais, realizar missões empresariais ao estrangeiro;
- Realizar estudos de indicadores económicos;
- Apoiar a digitalização do tecido empresarial da região do Alto Alentejo.

De modo a reforçar o envolvimento com o tecido empresarial o NERPOR-AE, conta com a colaboração de consultores nas áreas da informática, marketing, finanças, contabilidade e gestão de produção.

Com a crescente complexidade de sistemas, inter-relações e o próprio território tem vindo a realizar protocolos de colaboração entre o setor público nomeadamente poder autárquico e agências de desenvolvimento do governo e escolas de ensino superior e ensino profissional.

3.1.7 TURISMO DE PORTUGAL¹⁶

A entidade de Turismo de Portugal está integrada no Ministério da Economia, é a entidade responsável pela promoção, valorização e sustentabilidade da atividade

¹⁶ https://www.turismodeportugal.pt/pt/quem_somos/Organizacao/information-hub-mne/Paginas/turismo-de-portugal-quem-somos-e-o-que-fazemos.aspx

turística, agrega numa única entidade todas as competências institucionais relativas à dinamização do turismo, desde a oferta à procura.

O Turismo de Portugal tem como premissa reforçar o turismo como um dos principais motores de crescimento da economia portuguesa, na promoção de Portugal como destino turístico; apoiar o desenvolvimento das infraestruturas turísticas e o investimento no setor; desenvolver a formação de recursos humanos e regular e fiscalizar os jogos de fortuna ou azar.

É uma organização cujo intuito é de desenvolver o turismo nacional aumentando a notoriedade do destino turístico nos mercados internacionais, em colaboração contínua com as Agências Regionais de Promoção Turística (ARPT) e recorrendo às Equipas no Estrangeiro que atuam em 25 mercados estratégicos.

3.2 Análise da informação (análise e discussão dos resultados das entrevistas)

A informação recolhida, quer proveniente de entrevistas (transcritas integralmente), quer de documentação secundária, foi codificada manualmente, com base nos conceitos provenientes da revisão de literatura, numa combinação de procedimentos referentes a diferentes níveis de aprendizagem, tais como, governo, redes e paradigma social (Borrás, 2011).

As entidades referidas neste trabalho têm uma atuação direta no desenvolvimento do território do Alto Alentejo, seja na vertente da formação, de ensino superior, associativismo empresarial, e agências governamentais.

As entidades serão representadas por códigos segundo a tabela n.º 35.

3.2.1 Setores de atividade economia

Sobre os setores de atividade económica que atuam o E1 indica que

“... estamos um pouco restringidos à origem dos fundos que temos ao nosso dispor, tendo a origem do Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER) que visa apoiar projetos na área agrícola ... (...) transformação de produtos agrícolas, conseguimos apoiar queijarias, adegas, lagares, ... (...)”

explorações agrícolas ... (...) agroturismos ... (...) recuperação do património e de requalificação às vezes de espaços físicos (obra).”

O entrevistado E2 indica que o Politécnico de Portalegre, tem dois gabinetes que atuam diretamente com o sector privado, numa proximidade que potencie a missão com que o Politécnico foi idealizado na vertente de ensino,

“... o gabinete de investigação e inovação tem uma estrutura centralizada, todas as candidaturas que o politécnico realiza e projetos quer sejam financiados por fundos nacionais, quer por fundos internacionais. Normalmente são fundos da união europeia que tem neste momento um peso muito significativo em termos do financiamento da atividade do próprio politécnico de Portalegre. O gabinete GII que tem uma estrutura apropriada que centraliza todas as candidaturas todos os projetos também como as prestações de serviços que o politécnico realiza nas diferentes áreas”.

Destaca também que esta interatividade é realizada de várias formas,

“... prestação de serviços é centralizada nesse gabinete de investigação e inovação, e estabelece a ligação com as empresas e com as instituições nesta área da prestação de serviços naquelas que são as esferas da competência do politécnico Portalegre. Também refere a preocupação nos últimos anos do Politécnico de Portalegre na criação de estruturas de suporte que sejam transversais ao politécnico não sejam específicos de cada escola e que dão um apoio geral dentro de cada uma das suas áreas é assim que acontece nas relações externas internacionais que acontece na área do empreendedorismo na área da investigação e inovação”.

Como forma de abranger novos setores económicos o E2, informa que o Politécnico irá ter novas unidades curriculares,

“... uma nova licenciatura engenharia civil, temos neste momento em avaliação duas candidaturas para duas novas licenciaturas uma em engenharia química e biológica, outra em gestão de recursos humanos, são duas propostas de licenciaturas que apresentamos no início deste ano se elas foram aprovadas vamos poder oferecer mais essas duas novas licenciaturas no ano letivo 25/26.”

Na documentação enviada o E3, indica que o Politécnico de Portalegre passou a dispor desde novembro de 2022 um Portal de Emprego, que possibilita às empresas a divulgação de ofertas de trabalho através desta plataforma online. No decurso da atividade do GEE são realizadas várias iniciativas de concursos, de formação e de projetos, que visam promover e divulgar os cursos e capacidades dos formados e diplomados junto do tecido empresarial correspondendo onde se pretende criar uma ligação de proximidade condizendo com a área de formação do estudante.

Devido ao objetivo do gabinete o E4 indica que,

“... temos várias empresas incubadas na BIOBIP a trabalhar diretamente connosco outras não e depois temos várias empresas com as quais colaboramos no âmbito dos projetos na página do GII temos uma subpágina de projetos em curso e projetos concluídos, em cada um dos projetos tem uma listagem dos diferentes parceiros muitos deles com empresas de maior e menor dimensão incluindo associações empresariais.”

Segundo o E5 destaca que o seu universo de atuação é alargado correspondendo a todos os sectores de economia nacional, “... o nosso público alvo são ““todos”” como costume dizer ... (...) entidades privadas como públicas”

A associação empresarial E6 indica que os seus associados representam os vários segmentos de atividades, “... pequenas microempresas ou de comerciantes estamos a falar empresas já com alguma dimensão proporcional aquilo que é aqui a realidade nacional”

Menciona ainda que na região é a associação que mais empresas tem filiadas,

“... quanto ao tipo de atividade nós não somos uma associação setorial, somos uma associação multisectoriais, portanto, a única condição que se exige para a filiação é o exercício de uma atividade empresarial, qualquer empresário qualquer empresa independentemente do setor onde esta a operar pode filiar-se no NERPOR.”

3.2.2 Avaliação do desempenho da entidade

Relativamente na avaliação do desempenho da atividade o E1 indica que

“...fazemos análises, a monitorização do impacto que vai ter no território a nossa estratégia do quadro comunitário do Programa de Desenvolvimento Rural (PDR), que aprovamos em despesa pública referente aos apoios foi cerca de 7.000.000 € milhões de euros para o território, portanto, corresponde a uma taxa média de execução de 50%, que dá cerca de 15.000.000 milhões de euros de investimento nestes 10 concelhos”.¹⁷

Indica que a taxa de execução das medidas é alta segundo a mesma “...em termos de execução das medidas que nos fazemos a gestão, que divulgamos, as medidas de investimento que as pessoas se candidatam ... (...) a nossa taxa de execução é de 85%.”

Por sua vez o E2 refere que por norma não faz esse trabalho de monitorização dos alunos,

¹⁷ <https://www.ader-al.pt/territorio-de-intervencao/>

“...como diretor da escola ... (...) ao nível da direção se nos fazemos algum trabalho de acompanhamento ou de monitorização em termos de ações dos alunos eu diria que não normalmente só acontece quando há alguma situação algum problema é que se tem esse feedback.”

O entrevistado E3, neste ponto enviou informação complementar por via de endereço eletrónico indicado que

“...considerando as ações previstas no Plano Estratégico de Desenvolvimento do IPPortalegre para o quadriénio 2022-2025, da responsabilidade ou com intervenção do GEE, registou-se a realização da maioria das ações planeadas para 2023, tendo sido atingidas todas as metas resultantes de ações com o envolvimento do Gabinete, contribuindo-se assim para a concretização do objetivo estratégico: “Estimular o empreendedorismo e o reforço da ligação ao tecido empresarial”.

Ainda refere que no ano de 2024,

“registaram-se, ações com especial saliência, a inauguração da segunda fase da BioBIP, a 8 de março, correspondendo à concretização do projeto BioBIP2TechTransfer; e a inauguração, a 28 de abril, da C.BIP – Incubadora de Empresas Culturais e Criativas, para além de um vasto conjunto de atividades realizadas no âmbito de vários projetos financiados, entretanto concluídos, designadamente: TransCoTec, PPIN, Linkmeup 1000 Ideias, e contratação de RHAQ.”

O entrevistado E4 indica que realiza métricas de avaliação de qualidade “... no âmbito do nosso sistema de avaliação de qualidade nos temos métricas indicadores de parcerias com as empresas, ...(..) até temos indicadores ligados à investigação número médio de projetos e prestações de serviço por investigador integrado na unidade de investigação”.

Também indica que essas métricas estão diretamente ligadas à produção de conteúdos,

“... um indicador ligado à produção científica número de artigos publicados em revistas científicas por investigador, número de seminário ... (...) número de projetos de investigação com parceiros internacionais, projetos em parceria com entidades da região (inclui os municípios, CIMAA) com empresas e outras entidades.”

Por sua vez a entidade E5, referente que não é prática corrente avaliação das suas atividades “Não de uma forma muito estruturada, efetuamos um contacto diário, mas não de uma forma oficial.”

Já o entrevistado E7 lamenta informar, que não tem indicadores sugere que seja consultado as várias plataformas com essa informação “... dados que não possuo pela complexidade do universo em análise.”

3.2.3 Lideranças dos empresários

Na questão sobre que tipos de lideranças empresariais existem no território do Alto Alentejo o entrevistado E1 comenta que,

“A maior parte dos empresários ainda vai pela via do tradicional, no entanto, nós assistimos a uma pequenina percentagem de empresários que desde 2008, com a crise financeira começaram a vir para o interior e trouxeram umas ideias um bocadinho fora da caixa. Com o surgimento da COVID-19, trouxemos uma nova forma de trabalhar que foi o trabalhar à distância, a partir de casa, portanto, também permitiu que se instale na região um outro tipo de pessoas com outro tipo de mentalidades e experiências, que não têm tanto medo de arriscar.”

lamentava por seu lado da falta de capacidade e de visão das medidas governamentais no apoio a projetos diferenciadores,

“... quando são projetos muito inovadores nós não temos maneira de os apoiar para os enquadrar numa medida de apoio ao investimento... (...) se alguém quiser fazer uma coisa fora da caixa é difícil às vezes enquadrá-la numa medida de investimento porque a legislação os regulamentos não permitem, se quiser fazer um investimento numa exploração agrícola de 300 mil euros, ninguém consegue apoiar ao nível de apoios comunitários, não existe uma medida no país de norte ao sul que apoia o investimento grande dentro de uma exploração agrícola.”

Já o E2 refere que estas questões de lideranças são questões geracionais,

“... tal como acontece noutras áreas à medida que novas gerações vão chegando à liderança das empresas e que surgem novas empresas a partir de pessoas com outra formação com outro nível de conhecimento e com outra perspetiva sobre o que é uma empresa sobre a responsabilidade de ter uma empresa e a responsabilidade de lidar com a envolvente eu acho que tem havido um crescimento, uma evolução muito positiva fase à realidade que existia há uns anos. Nessa altura as empresas eram comandadas por pessoas que trabalhavam já há muitos anos nessa mesma empresa, normalmente sem formação superior com uma visão muito prática e muito pragmática do negócio, mas também com uma visão muito corrente de gestão diária dos negócios com pouca perspetiva estratégica sobre o desenvolvimento das empresas e acima de tudo também com uma perspetiva muito limitada fase ao potencial de colaboração existente com outras empresas e com outras instituições. Era algo muito focado dentro da sua esfera limitada de ação dentro do seu negócio e não explorando muito o potencial de colaboração... (...) à medida que nós vamos tendo à frente das empresas pessoas com um outro nível de formação e que não se cinge exclusivamente à questão da competência técnica e específica naquela área de negócio, mas que tem a preocupação da importância de comparar com outras entidades, tendo conhecimentos e a terem eu diria que não é mais conhecimento é terem uma sensibilidade diferente para a importância de cooperar”

O entrevistado E3 no seu discurso da entrevista indica que a questão das lideranças empresariais é um tema que lhe apraz, na elaboração do seu pensamento crítico como indica,

“... a minha tese de mestrado debruçava justamente sobre as motivações empresariais dos industriais do Alto Alentejo, desde logo havia muito poucos empresários capacitados neste domínio e que havia aqui carências grandes. Muitas vezes havia essa evidência de desconfiança e receio que alguns empresários ou funcionários das empresas tinham fase à presença de jovens mais qualificados, que pusessem em risco os seus próprios postos de trabalho e confrontar os empresários das suas decisões. Eu diria que nestes últimos 20, 30 anos tem se registado claramente um incremento da qualidade dos níveis de qualificação dos empresários, agora existem estudos que demonstram que ainda a um longo caminho a percorrer. Não obstante, dessa qualificação existe um esforço na qualificação dos próprios técnicos que tem evoluído mais rapidamente do que a qualificação dos próprios empresários, portanto também o Politécnico de Portalegre procura realizar o seu trabalho. No gabinete de empreendedorismo e emprego, sinalizamos necessidades de formação às quais depois as várias escolas procuram responder com oferta formativa como, pós-graduações, através de formação contínua do Politécnico. O instituto coordena e disponibiliza programas que ajudam a melhoria das competências dos responsáveis das empresas seja em termos técnicos, seja em termos das chamadas *soft skills*, tem existido uma evolução que eu consigo documentar nos últimos anos. Pensado numa lógica de mercado, enquanto responsável por esta área do Politécnico de Portalegre é importante satisfazer as várias oportunidades de mercado, identificando as várias carências e necessidades dos líderes aliando com uma oferta formativo contínua, tendo em conta a dimensão do meio empresarial do Alto Alentejo, para possibilitar uma resposta mais capaz na angariação de novos projetos de novas empresas, de novos serviços.”

Segundo o entrevistado E4 indica que os empresários são,

“... tendencialmente resistentes à mudança, porque a maioria das empresas são pequenas empresas muitas delas de cariz familiar onde as suas gerências têm níveis de escolaridade baixa. Enquanto esse nível de escolaridade das lideranças empresariais não mudar, dificilmente essas empresas conseguirão alavancar e mudar a sua forma de trabalhar.”

Por sua vez o E5 menciona que os líderes empresariais estão,

“... maioritariamente focados na realização do trabalho tradicional, trabalham como aprenderam. Por exemplo, na altura que começou a guerra na Ucrânia, ou nesta vaga de emigrantes da Ásia nós fazemos a divulgação de que temos cinco pessoas que são engenheiros mecânicos nos seus países de origem, mas que não têm certificados ou comprovativos em Portugal, nestas situações nós facilitamos os contactos com os empresários. Mas existe uma grande resistência de poderem aceitar estas pessoas com formação diferenciada. Dentro das possibilidades do IEFP, nós perguntamos aos empresários se

querem ao menos experimentar estas pessoas e a resposta que obtemos é um não um nem pensar por parte dos empresários. Os empresários são avessos à mudança na minha perspetiva.”

3.2.4 Planeamento da atividade empresarial

Relativamente ao planeamento e gestão da atividade o E1 refere que tendo em conta o tipo de trabalho que realiza, sendo uma associação que promove e divulga apoios comunitários, na realização e elaboração de candidaturas junto dos empresários não o fazem, “na associação não podemos fazer isso porque nós somos uma entidade analista, existe um conflito de interesses.”

Indica que têm facultado aos empresários e aos seus gestores de projetos, vários tipos de formação,

“Neste acompanhamento que fazemos na execução das candidaturas muitas vezes, fazer essa análise da execução do apoio. Existe dois tipos de promotores que recorrem a consultoras, temos alguns consultores que se preocupam com a elaboração da candidatura, mas o acompanhamento da mesma não o fazem da mesma forma. Fazemos ações de formação não formal dirigidas para as pessoas que querem apresentar as candidaturas, aconselham como devem estruturar um plano de negócio, mas sempre de uma forma geral. E também fazemos algumas ações de formação dirigidas especificamente aos consultores, aos pedidos de pagamento, mas por incrível que parece normalmente essas pessoas depois não aparecem. Mas depois nós como associação cá estamos para resolver os problemas e dificuldade que tiveram ao fazer os pedidos de pagamentos.”

Embora de um ponto de vista académico segundo o E3, indica que o gabinete realiza ao longo do ano vários eventos com o intuito de capacitar os novos formados e diplomados a desenvolver planeamento empresarial, refere que,

“... para estimular a participação no concurso regional Poliempreeende – 19.^a edição – foram realizadas 12 sessões de apresentação, em todas as Escolas do Politécnico, com a participação de 210 alunos. Após as fases de candidatura e de acompanhamento do desenvolvimento das ideias de negócio, realizou-se o concurso regional, na BioBIP, onde se apresentaram 8 projetos.”

Estas sessões têm como objetivo de incrementar na comunidade académica a necessidade de desenvolver, conceber novas ideias novos conceitos de planeamento e de gestão.

Numa perspetiva da atividade do gabinete de investigação o E4 refere que realiza avaliações dos indicadores de desempenho,

“... temos no âmbito do nosso sistema de avaliação de qualidade, métricas de indicadores de parcerias com as empresas, ... (...) até temos indicadores ligados à investigação número médio de projetos e prestações de serviço por investigador integrado na unidade de investigação. Temos 2,6 (número médio de projetos por investigador) em 2023, a nossa meta era 1.5 por tanto superamos, temos um indicador ligado à produção científica número de artigos publicados em revistas científicas por investigador 6.8, número de seminário no âmbito do VALORIZA tivemos 17 em 2023.

Já a entrevistada E5, no ponto em questão menciona que a sensibilidade para a criação ou implementação de um planeamento de gestão é de difícil execução,

“Temos uma medida da criação do próprio emprego e as empresas já constituídas que vem ter connosco para aderir às nossas medidas terem um acompanhamento técnico de uma pessoa especializada na área da gestão, que faça esse acompanhamento. Mas por incrível que pareça é uma medida que não tem tido uma execução, muito porque os empresários não querem ou não pretendem que seja alguém de fora a mandar nas suas empresas como nos costumam dizer. Nós temos essa possibilidade temos essa media, financiamos essa medida, ou seja, somos nós que pagamos ao técnico que as vai ajudar, mas as pessoas não querem essa ajuda, nós queremos e podemos ajudar, mas não tem execução esta medida”.

Afirma ainda que a entidade faculta aos interessados, apoio na elaboração de um plano de negócio,

“Em relação ao plano de negócio, na área da candidatura as pessoas aceitam e recorrem à medida, porque é uma medida gratuita, somos nós que também pagamos às entidades prestadoras desse apoio. O apoio é na elaboração da candidatura mais o acompanhamento técnico é feito durante 1 a 2 anos.”

3.2.5 Competitividade empresarial

O entrevistado E1 destaca a necessidade da vertente social e realização profissional na captação e satisfação das pessoas,

“... para atrair pessoas, elas têm que ter alguma coisa para ficar para fazer, tem que existir meios quer de subsistência, quer depois de qualidade de vida, para fixar as pessoas, se por um lado nós temos uma grande qualidade ambiental e tempo, mas em termos de infraestruturas básicas existe uma grande carência e isso afeta a retenção de talento”

Enquanto associação de desenvolvimento do território destaca que

“em termos de apoio às empresas, e as microempresas acho que a ADER-AL e associações com a mesma finalidade fazem muita diferença, porque nos estamos no terreno e temos um contacto direto com os empresários, fazemos um acompanhamento muito próximo junto das empresas para que o seu desenvolvimento seja progressivo”

Refere que o governo já esboçou um pouco à sua maneira a regionalização responsabilizando as agências governamentais no desenvolvimento do território

“deu para a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo (CCDR) um monte de competências, mas depois as competências das CCDR não tomam o mesmo exemplo e não subdelegam nas entidades que estão mais próximas das pessoas isso é muito importante para que as micro e pequenas empresas consigam ir mais além, as pessoas sentem –se um bocadinho desacompanhadas.”

O E2 relativamente na competitividade empresarial destaca a nova geração de empresários referindo que “

“à medida que as novas gerações vão chegando às lideranças das empresas e que surgem novas empresas a partir de pessoas com outro nível de formação e com outra perspetiva sobre o que é uma empresa sobre a responsabilidade que é ter uma empresa e a responsabilidade do que é lidar com a envolvente eu acho que em termos de crescimento uma evolução muito positiva fase à realidade existente”.

Já o E3, refere que recentemente o Politécnico de Portalegre tem vindo a apostar em criar condições para potenciar o desenvolvimento empresarial na região, sobretudo na construção de infraestruturas como a BioBIP – Bioenergy and Business Incubator of Portalegre, que abrange várias modalidades de áreas de desenvolvimento como o BioBIP Fab Lab e o Laboratório de Audiovisuais, Animação e Multimédia (BioBIP LAAM) e o BioBIP IN e BioBIP Energia. Mais foi recentemente inaugurada a C.BIP – Incubadora de Indústrias Culturais e Criativas, uma incubadora destinada às empresas não tecnológicas, para acolhimento de empresas, na área das indústrias culturais e criativas, em articulação com o Município de Portalegre.

Por sua vez o E4 realça que o nível de parcerias entre os intervenientes empresariais que deveria ser mais dinâmico “maior envolvimento dos atores, sociais em prol do desenvolvimento do território”, mencionando que “temos que pensar como um todo, e de forma integrada, e institucionalmente também, olhar para estas questões, que eu acho que falta um maior relacionamento, e rede efetiva de parcerias, entre os diferentes atores do território”.

Relativamente ao instituído o E5 refere que o reforço da competitividade empresarial passa muito pelo reforço de competências na formação do colaborador,

“aquilo que o IEFEP tem no seu âmbito para além das medidas de apoio financeiro à criação de emprego também tem a vertente da formação que é a parte diferenciadora, as vezes não são muito fácil de

executar, porque nós podemos fazer formação à medida, com as empresas ... (...) podemos fazer formação e temos várias medidas ... (...) desde que o sector empresarial nos solicite, nós organizamos, montamos a formação para podermos executar, ajudando a empresa a aumentar as suas competências logo também a sua competitividade”

No desenvolvimento empresarial o E6 destaca que existe,

“uma grande fragilidade do nosso tecido empresarial, nos temos 99% de microempresas, portanto, vivem assoberbadas com vários tipos de problemas. Os proprietários os gerentes são simultaneamente os diretores financeiros, diretores de produção, diretores comerciais, portanto acabam por fazer um pouco de tudo e não sobra tempo para nada, e muitas vezes acabam por não ter tempo para essa vertente digital, que nos tempos que correm é absolutamente fundamental. No NERPOR nos últimos anos desenvolvemos muitíssimas ações de apoio às empresas, nomeadamente na conceção e melhoria da sua presença digital, com a introdução de maior grau de sofisticação na internet, na criação da loja online, nestes últimos anos foram ainda umas centenas, de empresas da região que apoiamos na criação ou na melhoria e atualização dessa presença digital.”

3.2.6 Mão de obra qualificada

Relativamente à mão de obra mais qualificada o E1 refere que “como não temos umas condições muito apetecíveis para morar aqui, os mais qualificados vão se embora, quer dizer, a questão da qualificação, não tem a ver, na minha opinião, portanto, do título que a pessoa depois granjeia”.

Neste sentido a entrevistada faz uma comparação entre um título académico e uma profissão altamente especializada pode ser tão ou mais relevante na realização de uma determinada tarefa, ou função.

Ao nível institucional o E2 indica que o aspeto demográfico é um fator decisivo na retenção de talento,

“continuamos a ser poucos, mas isso tem a ver com a realidade demográfica que é uma condicionante tremenda para o desenvolvimento da região. Só aqui um parêntesis mais de 70% dos alunos do politécnico de Portalegre vêm de fora do distrito de Portalegre, portanto se nós ficássemos cingidos aos alunos do distrito de Portalegre eu diria que praticamente não existia Politécnico Portalegre”

Neste ponto o entrevistado E2, faz uma pergunta na qual dá a resposta

“como é que o politécnico pode convencer jovens a vir para a região? Tem que convencer os jovens a vir para a região pela sua oferta formativa, mas a região no seu todo tem que criar condições para que as pessoas se sintam aqui bem ... (...) tem que ter condições de lazer, tem que ter espaços que os

estudantes possam fazer outras coisas, que não seja só estudar, tem que ter espaços para se divertirem, tem que ter cinema tem que ter teatro tem que ter oferta cultural mais vasta tem que ter acesso a melhores condições de saúde, sem este conjunto de fatores é extremamente difícil uma instituição localizada numa região como a de Portalegre, consiga crescer só por si.”

O entrevistado E3 refere que ao longo do tempo o gabinete realiza inúmeras iniciativas para promover e incrementar a mão de obra qualificada na região, através de realização da Feira de Emprego e Empreendedorismo ENOVE+, ENOVE+Saúde, ampliar a utilização da Bolsa de Emprego, reforçar o relacionamento com as empresas e outras entidades, alargar a oferta do Núcleo de Formação Contínua, desenvolver a rede de mentores que apoiam os projetos em incubação.

O E4 do seu ponto de vista destaca que

“é difícil de responder a essa questão porque 70% a 80% dos estudantes do politécnico, são de fora do distrito. Se à entidade que tem feito alguma coisa para segurar população qualificada é o IPP. Agora nós sofremos de um dos problemas que são conhecidos, que é a questão da demográfica, o problema demográfico também em termos empresariais. A esmagadora maioria das nossas empresas são micro e pequenas empresas, muitas delas de cariz familiar, para quem empregar um recurso humano qualificado é externamente difícil, ou seja, são empresas que não têm uma estrutura bem delineada, que não está vocacionada para essa questão. Nós fazemos e temos um conjunto de iniciativas e promovemos a qualificação ou o emprego qualificado, posso dar aqui um exemplo, que nós evitamos abrir concursos que não seja para técnicos superiores, ou similares, o que pretendemos é abrir concursos para técnicos superiores, licenciados, mestres ou doutorados. Nós no IPP sofremos o mesmo que as empresas sofrem temos muita oferta de emprego qualificado, temos bolsas de investigação que por vezes eles próprios ficam desertos.”

Entrevistado E5 refere que a missão do instituto dar qualificações a pessoas desempregadas e que procuram emprego, e que o próprio instituto vai se moldando às novas necessidades do mercado como explica,

“Estamos a tentar implementar novas formações, mas estamos a ter muita dificuldade de obter formadores disponíveis para dar este tipo de formação, grande parte destas formações de avanço tecnológico que possa ser dada online é dada online porque nós não temos pessoas suficientes até diria ao nível do país com disponibilidade para dar as formações. Por exemplo, o IIEFP tem tentado fazer uma formação em drones que nos foi pedida inclusiva pelo sector agrícola por causa das grandes herdades que estão a começar a fazer a monitorização do gado e das culturas com drones e nós não temos tido a capacidade de obter formadores porque é necessário terem um brevet para darem as formações. Nós até temos os aparelhos para a formação temos todas as condições de material para a formação só não

temos formadores. As formações que até temos em plano de formação são pedidas e fazemos tudo para que avance, mas depois temos alguma dificuldade em áreas mais tecnológicas de ter os formadores.”

Menciona um outro fator que se evidenciou mais na região que é a mão de obra emigrante,

“Em relação aos emigrantes porque é quem nos tem procurado mais primeiro podemos fazer uma ação de formação de português de acolhimento e depois fazer uma formação em contexto de trabalho na empresa e podem fazer outro tipo de formação o que nem sempre é fácil tendo em conta a constituição do tecido empresarial na região ser maioritariamente de pequena dimensão onde existe alguma resistência na introdução de mão de obra imigrante ... (...) as empresas multinacionais têm uma política e uma gestão, diferente com uma preocupação e abertura para estas necessidades de integração.”

Em termos de associativismo o E6 refere,

“não temos grandes instrumentos ou grande forma de exercer esse tipo de apoio temos tido embrionária mente uma bolsa de emprego, de técnicos de pessoas que nos solicitem a indicação de possível emprego ou a oferecer, os seus préstimos e nós nessa pequena bolsa quando sabemos da existência de necessidades de algumas pessoas mais qualificadas por parte das empresas, procuramos fazer essa ligação e por em contacto diretamente essas empresas,

Reforça a necessidade de utilização de mão de obra emigrante nas empresas da região salientado,

“portanto não há dúvida que a solução possível e imediata é da utilização de mão de obra emigrante ... (...) aliás se não fosse essa circunstância, 3 ou 4 empresas de maior porte que existem aqui não teriam condições de laboração de encontrar mão de obra necessária, esta necessidade estende-se ao sector agrícola.”

Ao nível nacional o E7 indica que “o Turismo de Portugal incentiva a manutenção e criação de posto de trabalho nos seus mecanismos de apoio financeiro, o mais recente incorporou a possibilidade de apoio à habitação para empregados das respetivas empresas”.

3.2.7 Empreendedorismo

No tema do empreendedorismo o E1 destaca que a nível pessoal gostaria de realizar um estudo de análise de apoios realizados pela ADER-AL na iniciativa LEADER

“o conhecimento empírico que nós temos e que os projetos que foram apoiados pela ADER-AL por esta iniciativa LEADER por esta metodologia que é aplicada hoje, a EDLC (Estratégia Desenvolvimento Local

Comunitária), tem uma maior longevidade do que outros apoios, por várias razões, em princípio, na minha opinião, por um lado são projetos mais pequenos, portanto, são projetos que não tem tanta complexidade na sua execução. Por exemplo, quando o empresário faz esse investimento e que é financiado pelas suas poupanças existe um cuidado maior no acompanhamento do projeto e no ultrapassar das dificuldades que vão surgindo, noutras situações, por ser uma atividade pequena não se consegue solucionar alguns problemas mais complexos. Nós temos aqui promotores que já vieram à, três quadros comunitários atrás e tem conseguido materializar esses investimentos.”

O E2 indica que o empreendedorismo faz parte das unidades curriculares do IPP,

“a maior parte dos planos de estudo dos cursos tem uma unidade curricular de empreendedorismo não apenas o curso de Gestão e por tanto a preocupação com o ensino visa uma atitude empreendedora por parte dos nossos estudantes, o sinal começa desde logo com o facto de existir um gabinete de empreendedorismo e emprego no instituto ... (...) que tem como missão fundamental incentivar a atitude empreendedora na comunidade académica do politécnico”

Refere também que o Politécnico de Portalegre, realiza intercâmbios com entidades externas,

“desenvolvimento de projetos empresariais desde prestações de serviços às empresas, colaboração com as empresas, com as instituições da região, nós temos tido sempre a preocupação de responder positivamente a alguns pedidos que recebemos de empresas, instituições no sentido de implementar trabalhos práticos nas unidades curriculares, ou seja, incentivar os professores que esses trabalhos possam dar resposta a pedidos ou a necessidades identificadas pelas empresas e pelas instituições”

De um ponto vista académico na realização de concursos e sessões de esclarecimento o E3 informa que o gabinete tem vindo a realizar várias iniciativas tais como “realização de concursos de ideias de negócio – Poliemprende ao nível regional, quem apresentar a melhor ideia do Instituto Politécnico de Portalegre, representará o instituto no concurso a nível nacional”.

Por sua vez o responsável pelo gabinete de candidaturas o E4 refere que “nos não promovemos o empreendedorismo, o empreendedorismo é via GEE, eventualmente podemos promover indiretamente com algum tipo, de projetos, mas enquanto entidade ou enquanto atividades sustentáveis é o GEE que tem essa função.”

Numa perspetiva regional o E5 indica que,

“não sendo saudosistas para quem esta há mais tempo no serviço, tínhamos uma medida que incluía uma formação de técnica em gestão. O empresário queria criar um negócio e a primeira coisa que tinha que fazer era uma formação em gestão era condição obrigatória para poder apresentar a candidatura. Nessa formação adquiria conhecimentos de tesouraria, financiamentos, encargos sociais, era uma

formação de 125 horas, e era uma formação que o instituto dava. A maioria dos interessados, eram pessoas que estavam em situação de desemprego e que tinham essa disponibilidade, o que é que acontecia, metade das pessoas da formação já não apresentava a candidatura percebia claramente por muito que percebesse da área de negócio não tinha condições para ter um negócio se não tivessem alguém ao lado ajuda-lo.”

De um ponto de vista associativo o E6 menciona que,

“ao longo destas décadas de atividade do NERPOR, houve eventos vários, iniciativas de todo o tipo ações de capacitação, ateliês de empreendedorismo, seminários, conferências, fizemos dezenas deste tipo de iniciativas de sensibilização para o empreendedorismo. Além de uma prática permanente constante de apoio aos empreendedores que se dirigiam a pedir qualquer tipo de auxílio de informação inclusivamente de *coaching*,

Também destaca a fomentação na criação de novos espaços empresariais,

“além de termos de fomentado o aparecimento de ninhos de empresas, que estão hoje sobre a gestão do IEPF, ... (...) apoiamos e incentivamos várias autarquias a seguirem este tipo de orientação a terem espaços com níveis para receberem apoiarem os empreendedores no desenvolvimento dos seus projetos. Fizemos até vários concursos de empreendedorismo com prémios atribuídos aos vencedores, foram inúmeras ações para incentivar o empreendedorismo da região”

Já o E7 informa que

“para além de apoiar através de medidas de apoio financeiro, há que considerar O NEST – Centro de Inovação do Turismo, fomentado pelo Turismo de Portugal e variadíssimos apoios dados a aceleradoras e programas para *start-ups* por parte de diferentes entidades que contam com o Turismo de Portugal como parceiro ativo nesse apoio.”

3.2.8 Fiscalidade empresarial

No enquadramento fiscal o E1 constata que

“a carga burocrática é uma loucura, em pequenos investimentos de 5 000.00€ mil euros da área agrícola, se os empresários investirem dentro de uma área protegida, e se tiverem que ter um parecer da RAN ou da REN, essa resposta vai demorar muito tempo. Todos os projetos têm que cumprir uma legislação que é cega até para investimentos de pequena dimensão os empresários queijam-se da burocracia, queijam-se da falta de acompanhamento e às vezes queijam-se da falta de incentivos financeiros, a taxa de apoio devia ser mais elevada e os impostos como o I.R.C. deveriam ser mais baixos e também uma redução do I.R.S. para quem vive no interior.”

Destaca que esta situação também acontece a nível associativismo “a carga burocrática não é só para os beneficiários é para nós também, somos entidades sujeitas a contratação pública, temos que cumprir uma enorme série de pressupostos”

Do ponto de vista pessoal o E3 relata que,

“penso que o nosso regime fiscal é claramente um contraditório de um atrativo, é um fator que repele atração de investimento português e estrangeiro. Nós temos um quadro de sistema fiscal que é demasiado complexo, que procura que avoluma a importância e o peso do estado, isso não é benéfico para atração do investimento e é um quadro complexo e muito volátil e com muitas alternâncias. Portanto, os empresários o que necessitam são de quadros reguladores simples e estáveis, o nosso sistema fiscal é tudo menos simples e é tudo menos estável, isto independentemente do volume de impostos que as empresas efetivamente pagam. A preocupação do empresário por norma é de criar valor é de gerar riqueza não pode ou não deve ficar limitado ao seu raio de ação em função de quadros fiscais complexos, nós temos uma elevada carga fiscal e depois este sistema de compensações de candidaturas, tudo isto cria burocracia excessiva induz aqui situações em que os mercados funcionam menos bem isto é tudo aquilo que os empresários não querem. Aquilo que seria necessário seria uma significativa simplificação do sistema fiscal, uma estabilização desse mesmo sistema fiscal e menos impostos e menos incentivos deixar o mercado funcionar. Esta é a minha perspetiva também em função do trabalho que realizo em contanto permanente com os empresários ... (...) dos incentivos fiscais de base regional o teórico benefício para os territórios de baixa densidade populacional, mas essa diferenciação fiscal quando existe é irrisório não tem penso nenhum no que respeita à escolha da localização”

Segundo a opinião do E3 deveria existir uma maior discriminação positiva em termos fiscais para quem vive no interior

“seria mais vantajoso que qualquer concretização de uma efetiva política de coesão territorial que essa discriminação fiscal fosse clara fosse sentida, fosse notória coisa que não acontece... (...) deveria existir uma discriminação fiscal efetiva e com impacto coisa que não sucede isso seria importante”.

O E4 indica que, “não tenho conhecimento específico sobre o estado atual dessa questão. O problema é transversal não há claramente uma aposta na questão de tentar reverter o problema da interioridade.”

Por sua vez o E6 indica que,

“desde há muito tempo que as consideramos como insuficiente, ou seja, os incentivos para a fixação de empresas nas zonas de baixa densidade, nas zonas do interior do país, não são suficientemente atrativas para chamar as empresas, uma vez que a redução de I.R.C., tem um plafond um teto que acaba por tornar muito pouco significativo o desconto o incentivo que a empresa pode ter pela sua localização

nesta região ... (...) temos defendido aos sucessivos governos que deveria haver realmente nesse domínio um incentivo maior para a fixação de pessoas e empresas na região.”

Na perspetiva do E7 refere que os apoios relativos à fiscalidade são “adequados, o mesmo se verificou na solução encontrada na urgência que se tornou em apoiar às empresas no decurso da Pandemia COVID-19.”

3.2.9 Literacia financeira

O E1 destaca como entidade analista a formação ou aconselhamento que realiza junto dos empresários é realizado para aprovação das candidaturas aos seus apoios, nesse sentido indica, “... fazemos ações de formação não formal dirigidas para as pessoas que querem apresentar as candidaturas ... (...) e também fazemos algumas ações de formação dirigidas especificamente aos consultores, à realização de pedidos de pagamento”.

De um ponto de vista académico o E2 indica que não é uma atividade com grande preponderância no ambiente académico

“temos feito alguns episódios de colaboração curiosamente com as escolas primárias, recordo de uma ação de uma escola em Nisa, e neste momento a um projeto a ser trabalhado no nosso departamento, ciências económico e das organizações da nossa escola de literacia financeira, mas direcionado aos miúdos que frequentam o 1.º ciclo. Propriamente com os empresários, não temos recentemente nenhuma ação realizada nesse âmbito.”

Por sua vez o E4 refere,

“o gabinete em si não o faz, até porque essa não é uma função do gabinete, nos temos iniciativas, de alguns investigadores, em particular docentes do instituto, e eu próprio também, e damos apoio se houver uma demonstração de interesses, nesse fim, porque nós damos apoio aos projetos dos investigadores.”

Ao nível institucional o E5 refere a dificuldade de passar a mensagem da necessidade de formar os colaboradores das empresas,

“contactamos as empresas, dispomos de formação, o que posso dizer que este ano enviei uns 100 email responderam dois, e a inscrição era feita online no formulário e gratuita, ou seja, eles escolhiam as várias formações na área da gestão e da área da informática. O que acontece é que não houve resposta por parte dos empresários. Ao longo destes anos nós nos serviços apercebemos que os empresários têm várias dificuldades, desde as tarefas mais básicas que nos pedem para ensinar como, por exemplo na criação de uma folha de cálculo no Excel.”

Na opinião da entrevistada E5 indica

“aquilo que me parece é que as nossas ações de formação são gratuitas e como tal não são credibilizadas. Porque temos conhecimento que as empresas estão a fazer formação com os trabalhadores em entidades privadas e nessas tem que pagar. No meu entendimento a gestão da própria formação dada pelo IEFP, não é atrativa para as empresas. A nossa atividade é cofinanciada, têm um mínimo de formandos onde é difícil de preencher, tem que estar todos na mesma hora de formação, não podemos fazer formação em que num dia estão duas pessoas e noutro dia estão outras duas pessoas, isto seria ter várias ações de formação e nós não conseguimos fazer várias ações de formação somente com duas pessoas.”

Salienta a dificuldade de solucionar a problemática da literacia financeira,

” poderia encontrar aqui uma solução se calhar também poderá ser alguma falha a nossa, aqui a questão de não ser falha nossa é que a nossa atividade é cofinanciada e sendo cofinanciada temos que respeitar as regras e respeitando as regras nós não podemos fazer esse tipo de formações. Para já existe este tipo de descredibilização e isto porque há muitas empresas, que só recorrem a nós na procura de trabalho se nós tivermos um apoio financeiro ... (...) as nossas ações de formação são gratuitas, e as pessoas que frequentam a formação mesmo sendo empregadas se for pós-laboral tem direito ao subsídio de jantar e se for laboral têm direito ao subsídio de almoço”.

Na área do turismo o E7 indica que a entidade realiza formação contínua e gratuita em contexto de trabalho que é lecionada “pela Academia virtual do Turismo de Portugal destinada a esse público e sobre esse tema, para além de outros temas e destinatários. Tais formações têm sido muito procuradas por serem ministradas virtualmente, também existem formações presenciais.”

3.2.10 Parcerias ou redes colaborativas

A criação da associação ADER-AL, teve por base o conceito de parceria com outras entidades nomeadamente a associação de agricultores de Portalegre nos anos 90. Como refere o E1 “a associação de Agricultores de Portalegre está na génese da criação da ADER-AL, é uma das associações fundadoras”. Explica que “durante muitos anos eram os presidentes da direção da associação de agricultores de Portalegre, o presidente da direção da ADER-AL”, neste momento, “são presidentes do nosso conselho fiscal”. Também refere que “os associados da ADER-AL, são nossos parceiros logo são elegíveis para poderem concorrer às nossas medidas de apoio.”

Relativamente ao E2 que menciona a necessidade dos “alunos em mobilidade em nas instituições de ensino superiores em países europeus com os quais temos acordos de mobilidade, tendo vindo a aumentar nos últimos anos, número de acordos de mobilidade com outras instituições de ensino superior temos aqui um potencial de crescimento muito significativo ... (...) temos uma pro-presidente para a área de relações internacionais que faz coordenação entre os gabinetes de apoio de relações internacionais,”

Na perspetiva do E3 informa que,

“a BioBIP esta integrada em várias redes de incubadoras desde logo fazemos parte da rede nacional de incubadoras, e fazemos parte desde a origem da rede de incubadoras de base tecnológica do Alentejo. Na altura seríamos a única incubadoras de base tecnológica do Alentejo, as outras incubadoras seriam de base não tecnológica ou centros de acolhimento de empresas, têm um perfil diferente. Nos anos de 2015 e 2016, foi recentemente submetido uma candidatura pelo NERPOR para a criação de uma incubadora de base tecnológica, em teoria será a segunda incubadora de base tecnológica, existente no Alto Alentejo”.

Faz referência que o IPP,

“tivemos na origem da criação de alguns dos centros de acolhimento de empresas do IEFP. O exemplo mais pragmático de apoio tem a ver com o surgimento da C.BIP uma incubadora de base não tecnológica, sendo a segunda incubadora do Politécnico de Portalegre, e que resulta de uma parceria com o município de Portalegre. A câmara de Portalegre submeteu uma candidatura para a recuperação de um edifício do centro histórico a cidade em que ficou protocolado desde o início que seria o Politécnico de Portalegre, a gerir o espaço beneficiando da experiência da BioBIP.”

Em relação ao GII o E4 elucida sobre as tarefas que o gabinete tem realizado,

“nós temos vários tipos de projetos temos projetos mais institucionais e que esses são nossos não envolvem ninguém. Depois temos projetos de investigação, que na maior parte deles é de investigação aplicada, alguns só com outras instituições de ensino superior outros em coprodução com outras entidades incluindo empresas. Nós temos uma série de projetos ligados na área da produção de energia de bioenergia nos quais são parceiras de outras empresas com o objetivo de se fazer a transferência de tecnologia para essas empresas. No fundo, o que pretendemos que alguns desses projetos sejam feitos em coprodução diretamente com as empresas até para responder as suas próprias atividades e próprias necessidades”.

Reforçando esta questão o entrevistado indica que,

“posso dar aqui outro exemplo, nos estamos atualmente a trabalhar numa candidatura aos recursos humanos onde se pretende contratar licenciados, mestres e doutorados, exatamente para se fazer esta

ligação direta às empresas via BioBIP, e C.BIP incubadora de empresas de base não tecnológica que está sediada na cidade.”

De um ponto de vista mais institucional a nível regional o E5 indica

“algumas parcerias são quase obrigatórias, nos participamos em tudo o que é coisa, nos temos parcerias que são mais significativas no núcleo de atribuição do rendimento social e inserção que é obrigatório. Temos as questões das comissões locais dos Concelhos Locais de Ação Social (CLAS), que é de carácter obrigatório dos municípios, parcerias com as Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ), sendo obrigatório. Depois temos parcerias com o Politécnico de Portalegre, ... (...) os CTeSP formações pós-secundário, eram executados por nós, integradas as pessoas por nós, mas eram lecionadas por professores do politécnico de Portalegre e as aulas eram ministradas no politécnico ... (...) parcerias com associações ... (...) as necessidades variam de zona geográfica para zona geográfica, e incluindo as entidades que não são do tecido empresarial, como as IPSS’s”.

Já o E6 relativamente às parcerias mais especificamente na área das incubadoras de empresas,

“está incurso essa natural aproximação para um trabalho um serviço de complementaridade não só em termos de otimizar a gestão de espaços até alguma especialização na parte de algumas incubadoras com mais condições ou mais facilidades em trabalhar em determinados setores.”

No seguimento do descrito menciona que essa envolvente pode advir de novos espaços empresariais,

“na região existem condições mais favoráveis em termos de pessoas, empresas, escolas, enfim profissionais que são mais aptos mais qualificados para apoiar e ajudarem as empresas a incubar ou a acelerar atividade nesse setor. Por tanto eu acho que é perfeitamente natural, lógico e conveniente que exista essa colaboração e conhecimento recíproco e que acho um mínimo de coordenação entre todos para melhorar e otimizar aquilo que podem dar a região em termo de apoio às novas empresas.”

O entrevistado E7 indica que “estão delegadas competências e é seguida a estratégia que existe para cada região por parte das entidades regionais, que com essa competência, executam, o acompanhamento com o Turismo de Portugal realiza é constante.”.

3.2.11 Infraestruturas físicas

Sobre o tema menciona o E1 constata que existe qualidade de vida na região, mas não corresponde com o nível de estruturas físicas disponíveis ao cidadão nomeadamente, infraestruturas na área da saúde do ensino.

Numa perspetiva pessoal o E2 refere

“o politécnico de Portalegre, está neste momento a criar condições para ter um campus politécnico mais habilitado a receber novos alunos ... (...) está em curso obras para a construção de um novo edifício, que vai permitir ter mais salas de aulas ter mais auditórios mais equipamentos para ter mais funcionários.”

O E4 exemplifica que em

“Portalegre e Beja são as únicas capitais de distrito que não são servidas por autoestradas, passam duas autoestradas no distrito de Portalegre, uma passa a nordeste do território outra passa a sudeste, naturalmente esta situação tem influência, nas comunicações terrestres, já nem se fala da ferrovia que foi um desinvestimento brutal nos últimos 100 anos do nosso país, que agora se pretende reverter ... (...) a questão das acessibilidades, é importante, aquilo que eu acho que se deve fazer é, mais do que queixarmos dessa questão é trabalharmos com aquilo que temos, independentemente de ser relevante, agora também não somos servidos por caminhos de cabra, nós rapidamente nos metemos numa autoestrada ... (...) determinado tipo de atividades pode ser menos competitivo, nomeadamente se implicar o transporte de mercadorias pesadas, ai pode ser uma questão ... (...) por isso eu acho que se trabalhar bem a questão das acessibilidades, a questão da logística, como um todo podemos de certa forma desmitificar, também o nosso isolamento, nalgumas áreas é mais nítido do que noutras.”

De forma mais critica o E6 menciona que “desde há muito tempo têm denunciado” a falta de infraestruturas físicas,

“procurado exigir que fossemos contemplados com vias ferroviárias e rodoviárias condignas porque estamos muito isolados entre estes corredores de desenvolvimento que constitui em termos rodoviários a A6 e a A23 que não tem nenhuma ligação que atravesse o distrito nomeadamente ponha Portalegre e os concelhos limites em ligação com esses eixos rodoviários e ao nível ferroviário ... (...) há imenso tempo que vimos defendendo a necessidade de a linha do Leste ser ativada condignamente e ser inclusivamente uma ligação alternativa a Lisboa Madrid, no caso de existir uma falha técnica ou acidente entre a nova ligação ferroviária de Évora, Elvas e Badajoz ... (...) Lisboa e Madrid ficarão interrompidas na sua comunicabilidade por ferrovia tanto por mercadorias como para passageiros, até haver alguma reparação, na linha ferroviária que pode acontecer durante um dia ou semanas, por exemplo, existir a conviência óbvia de se realizar um plano B para estas situações. Esta situação seria uma solução à existência continua das ligações entre as duas capitais dos países, e no caso particular desta zona que teve tradição nas ligações ferroviárias de Lisboa Madrid, Marvão, Castelo de Vide, são concelhos que seriam beneficiados com a ativação deste tipo de ligação.”

Questiona o fecho da linha por

“uma visão muito economicista nesta ligação onde só se pensa se só for rentável se derem lucro é que são viáveis e não há a ponderação do fator de desenvolvimento regional e da importância que têm

também para as populações locais ... (...) a parte infraestrutural, que e das ligações rodoviárias e ferroviárias, que são a meu ver, e o nosso ver fundamentais para favorecer a fixação de empresas e a circulação de mercadorias de vendas de exportação dos produtos que aqui se desenvolvam.”

O entrevistado E7 afirma

“é uma verdade aceite por todos, turismo exige mobilidade e infraestruturas ... (...) é prioritário o desenvolvimento e o trabalho na estruturação da oferta nesses territórios. A dinamização de Produtos Turísticos que se adequem bem às realidades regionais são uma necessidade”.

3.2.12 Desenvolvimento da região do Alto Alentejo

Segundo a E1 indica “...estamos focados na implementação do programa LEADER, que agora é o EDLC, portanto, somos uma associação que as autoridades conferem a gestão de alguns fundos comunitários em particular no desenvolvimento rural.”. Como associação indica que,

“...no nosso plano de atividades prevemos todas as atividades que nós vamos implementar na gestão destes fundos, sendo colocados à nossa disposição. Nós temos projetos de cooperação ... (...) em todos os municípios do nosso raio de atuação ... (...) financiado pelo Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) dentro de uma rede plural nacional.”

segundo a entrevistada este é um dos caminhos para o desenvolvimento económico.

O interveniente E2 menciona,

“... a preocupação nos últimos anos do Politécnico de Portalegre é a criação de estruturas de suporte que sejam transversais ao politécnico não sejam específicos de cada escola e que dão um apoio geral dentro de cada uma das suas áreas é assim que acontece nas relações externas internacionais que acontece na área do empreendedorismo na área da investigação e inovação”

O E4 destaca a importância no desenvolvimento de projetos em rede

“... acho que o maior envolvimento dos atores, sociais em prol do desenvolvimento do território. Esta própria visão de coitadinhos nós estamos aqui num cantinho aqui isolados, é uma constatação, mas que não deve ser vista com um problema, só por si e tem que ser contextualizado todas as apostas nesta questão, podemos verificar esta questão que é a mesma autoestrada que muitas das vezes serve para trazer as pessoas para cá é a mesma autoestrada que leva as pessoas para fora. Obviamente não queremos estar aqui no isolacionismo, e estarmos orgulhosamente sós, mas a verdade é que temos que pensar como um todo, de forma integrada institucionalmente, olhar para estas questões, que eu acho que falta um maior relacionamento, e rede efetiva de parcerias, entre os diferentes atores do território.”

Numa perspetiva mais empresarial o E6 salienta, que são vários fatores que permitem o desenvolvimento da região,

“... (...) na área da infraestrutura, que são as ligações viárias e ferroviárias, que são a nosso ver fundamentais para favorecer a fixação de empresas e a circulação de mercadorias de vendas de exportação dos produtos que aqui se desenvolvam depois também a questão fiscal que já referimos que é importante para incentivar a fixação das empresas e a vinda de empresas para a região, a questão da mão que já referimos a importância da integração dos emigrantes.”

Segundo E7 “... (...) As Entidades Regionais de Turismo são fundamentais ...(...) muitas das estratégias passam pela promoção do turismo nesses territórios, nomeadamente pela via de mecanismos financeiros específicos de apoio e valorização turística do território através de produtos turísticos.”

CONCLUSÃO

Na realização deste trabalho que se propõem a elaboração de um levantamento dos “*Fatores que influenciam o desenvolvimento empresarial no Alto Alentejo*”, pretendeu-se compilar um conjunto de indicadores e de informação nas várias dinâmicas que existem no território.

A informação recolhida tem como pressuposto clarificar e evidenciar a realidade económica da região numa perspetiva empresarial, social, académica e das várias agencias governamentais que atuam no território.

Partiu-se para a realização das entrevistas, aos vários intervenientes ativos na região, com o intuito de poder analisar e comparar a realidade do dia a dia dessas instituições com as referências bibliográficas nas áreas do desenvolvimento do território.

Analisa-se aplicação dos ODS, a nível nacional e da sua implementação regional, cujo objetivo é igualar a nível mundial o desenvolvimento social, humano, ambiental e empresarial com boas práticas. A sua implementação no território do Alto Alentejo ainda é um pouco tímida onde a estratégia utilizada é a da pirâmide invertida, ou seja, o objetivo é influenciar as massas para chegar às elites.

Numa análise mais detalhada dos indicadores obtidos, constata-se que o declínio demográfico é acentuado na região do Alto Alentejo segundo a opinião dos entrevistados, e da leitura dos dados é a principal causa e condicionador do

desenvolvimento social e económico do território. A população é muito envelhecida, onde predomina o sexo feminino aliada a uma mão de obra de baixa taxa de escolaridade, repercutindo-se nas atividades das empresas e consequência no desenvolvimento do território. O tecido empresarial da região é constituído por 99.9% de microempresas, muitas delas são de cariz familiar segundo o entrevistado E4, onde o ato da gestão esta alicerçada no proprietário da empresa como indica o entrevistado E6, que por sua vez traz dificuldades de desempenho das empresas.

A taxa de desemprego regista uma diminuição estrutural, inclusive nos últimos anos tem apresentado taxas de desemprego muito baixas, criando na região, uma dificuldade de procura de mão de obra, que vem sendo colmatada com mão de obra emigrante, segundo os entrevistados E5 e E6.

No apuramento das principais atividades económicas destaca-se o setor primário como o setor que têm o maior número de empresas da região do Alto Alentejo, nomeadamente a atividade agrícola, seguido das atividades de serviços. Comparativamente a atividade que mais emprega e regista o maior VAB é a atividade de Comércio por grosso e a retalho.

Registou-se um crescimento da rentabilidade das famílias da região do Alto Alentejo, durante o período em análise, em termos fiscais os valores têm uma tendência também de crescimento sobre o agregado familiar e empresarial.

Devido à pouca diferenciação do tecido empresarial da região onde certas indústrias têm um peso muito significativo na balança comercial, nas importações e exportações de bens e serviços destacam-se os países do continente Europeu nomeadamente, Espanha, França e Alemanha, abrangendo outros continentes tais como o Médio Oriente, Asiático, América do Sul e do Norte e África. O tipo de bens e serviços transacionados na importação numa perspetiva global, são máquinas, produtos para o setor agrícola, e setor da transformação onde se destaca o plástico e as suas obras. Na exportação de bens e serviços para a União Europeia o plástico e as suas obras têm uma percentagem bastante elevada, para fora da União Europeia, são os produtos químicos e venda de animais vivos que obtêm a melhor penetração nos mercados externos.

No sector do Turismo que nos últimos anos têm uma preponderância a nível nacional, mas a nível da região do Alto Alentejo esse crescimento tem sido mais tímido, como foi

demonstrado pela informação recolhida, existindo assim uma margem de crescimento na consolidação da marca do Alto Alentejo.

De referir que a carga fiscal em Portugal é uma das mais altas de acordo com a OCDE, sendo um dado consumado e referida inúmeras vezes por autores, artigos científicos que é uma grande condicionante para o desenvolvimento de um país, de uma região, afetando diretamente o nível de vidas das famílias.

O IAPMEI e o Turismo de Portugal nos últimos anos trabalham em conjunto para credibilizar e promover boas práticas no ato da gestão empresarial, realizando anualmente um concurso de PME Líder e PME Excelência, que visa às empresas reunirem condições que garantem a sustentabilidade e autonomia financeira possibilitando a realização e expansão de investimentos. É uma medida ainda com pouca representatividade na região do Alto Alentejo, denotando-se um ligeiro crescimento nos últimos anos, contudo, requer pelas entidades envolvidas no projeto mais informação e envolvimento com os empresários.

Na análise das entrevistas realizadas de uma forma unânime os entrevistados referem que a distância das entidades públicas com responsabilidade na gestão e desenvolvimento do território continua a ser um fator preponderante na implementação e sucesso das políticas públicas, aliado a uma grande burocracia onde impera uma legislação cega e transversal a todo o território nacional.

Segundo a documentação biográfica e da opinião dos entrevistados, o sucesso do território passará muito pela concretização de parcerias públicas e privadas, no aprofundamento das redes colaborativas como refere o entrevistado E2,

“a região não vai sair disto se as instituições não trabalharem de forma colaborativa, as instituições públicas com as empresas privadas, quando falo de instituições falo de um objetivo global, cada um tem que fazer o seu papel dentro da sua área de competências, mas temos de conseguir colaborar de forma permanente”.

SUGESTÕES

Na conclusão deste trabalho surgem algumas questões pertinentes na melhoria das estratégias do desenvolvimento da região do Alto Alentejo, entre elas sugere-se:

- Uma maior articulação entre as agências governamentais com as empresas e entidades que atuam diretamente na região em todos os sectores de atividade económica;
- Criar sinergias, parcerias entre as entidades públicas e privadas, ou seja, um maior envolvimento do sector privado e social no processo da tomada de decisão que evoluam o bem-estar, social e empresarial da região;
- Simplificação dos processos administrativos e fiscais nomeadamente a nível intermunicipal e do município.;
- Incentivar e promover a literacia financeira junto dos empresários, no ensino escolar obrigatório, bem como em todas as faixas etárias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- American Psychological Association (2020). *APA style blog*.
<https://apastyle.apa.org/blog>.
- Amador, J. Nogueira, G. Fernandes, A. (2021). Um Indicador de Condições de Competitividade para a Economia Portuguesa. Conselho Superior de Estatística. DOCT/5408/CSE/E
- Andrade, M. (1997). *Introdução à metodologia do trabalho científico: Elaboração de trabalhos de graduação* (2ª ed.) Atlas.
- Araújo, J. M. (2021). *Os benefícios fiscais ao investimento produtivo e a sua relação com o desempenho económico das empresas portuguesas* (Relatório de Estágio, Universidade do Minho - Escola de Economia e Gestão, Braga, Portugal).
<https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/74856/1/Relat%C3%B3rio%20est%C3%A1gio%20%20Juliana%20Marisa%20Martins%20Ara%C3%BAjo.pdf>
- Atkinson, R. D. (2013). *Competitiveness, Innovation and Productivity: Clearing up the Confusion*. The Information Technology & Innovation Foundation.
- Balasubramanian, N., & Sivadasan, J. (2011). "What Happens When Firms Patent? New Evidence from U.S. Economic Census Data.", *Review of Economics and Statistics*, 93(1): 126–46.
- Barbosa, P. R. (2018). *Benefícios Fiscais ao Investimento em sede de IRC* (Dissertação, Superior de Contabilidade e Administração do Porto, Porto, Portugal).
[https://recipp.ipp.pt/bitstream/10400.22/12589/1/Paula Barbosa MCF 2018.pdf](https://recipp.ipp.pt/bitstream/10400.22/12589/1/Paula%20Barbosa%20MCF%202018.pdf)
- Bennett, C. J., & Howlett, M. (1992). The lessons of learning: Reconciling theories of policy learning and policy change. *Policy Sciences*, 25(3), 275–294.
<https://doi.org/10.1007/BF00138786>
- Bernini, C., Pellegrini, G. (2011). How are growth and productivity in private firms affected by public subsidy? Evidence from a regional policy. *Regional Science and Urban Economics*, 41, 253-265.

- Borrás, S. (2011). Policy learning and organizational capacities in innovation policies. *Science and Public Policy*, 38(9), 725–734.
- Bucci, M. D. (2006). Políticas Públicas - Reflexões sobre o Conceito Jurídico. São Paulo: Editora Saraiva.
- CIMAA, (2022). Plano Intermunicipal de Adaptações às Alterações Climáticas do Alto Alentejo, Sociedade Portuguesa de Inovação – SPI e Universidade de Aveiro, setembro 2022, PR-04784
- Chobotová, M. & Rylková, Ž. (2014). Measurement of Innovation Performance, World Academy of Science, Engineering and Technology International. *Journal of Social, Management, Economics and Business Engineering*. Vol.8, 2032-3037
- Coelho, M. S. (2020). *Auditoria aos Benefícios Fiscais* (Dissertação, Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto, Porto, Portugal). [https://recipp.ipp.pt/bitstream/10400.22/15969/1/Marcio Coelho MA 2019.pdf](https://recipp.ipp.pt/bitstream/10400.22/15969/1/Marcio%20Coelho%20MA%202019.pdf).
- Creswell, J. W., & Poth, C. N. (2018). *Qualitative Inquiry & Research Design* (Fourth Edition). Califórnia: SAGE.
- Daniel, F. (2002) - Poder local em Portugal: heranças pesadas e desafios emergentes (pp. 245-270). *Cadernos do Noroeste*, 18:1/2 2002. Série Sociologia. Sociedade e Cultura N.º 4.
- Decreto do Governo n.º 46/85, de 22 de novembro - Diário da República n.º 269/1985, Série I de 1985-11-22, páginas 3890 – 3891 <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-governo/46-1985-172090>
- Decreto-Lei n.º 372/2007 de 6 de novembro - Diário da República n.º 213/2007, Série I de 2007-11-06, páginas 8080 – 8084 <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/372-2007-629439>
- Decreto-Lei n.º 398/98 - Diário da República n.º 290/1998, Série I-A de 1998-12-17 <https://diariodarepublica.pt/dr/legislacao-consolidada/decreto-lei/1998-34438775>

- Dias, N. (2011). Sentir o pulso ao Desenvolvimento Local em Portugal - Contributos para uma estratégia de futuro. São Brás de Alportel: Associação In Loco.
- Feio, D & Lobo, C (2020). Estudo Sobre a Carga Fiscal em Portugal – Confederação Empresarial de Portugal. Julho de 2020.
- Fernandes, M ; Camões, P; Jorge, S (2022) Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses Edição Ordem dos Contabilistas Certificados.
- Ferreira, A, Pereira, L (2018). *A Adequada aplicação dos benefícios fiscais ao investimento e á capitalização das empresas* (Trabalho Final, Escola Superior de Gestão – Instituto Politécnico do Cávado e do Ave, Barcelos, Portugal). https://www.occ.pt/dtrab/trabalhos/xvii_cica/finais_site/46.pdf.
- Ferreira, P. (2020). *Portugal e a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável* – Edição: Plataforma Portuguesa das ONGD.
- Gomes, F. (2021) Estratégias de desenvolvimento local para criar dinâmicas e oportunidades em territórios de baixa densidade no Algarve. - Mestrado em Gestão Sustentável dos Espaços Rurais
- Gomes, N. S. (1991). Teoria Geral dos Benefícios Fiscais, Cadernos de Ciência e Técnica Fiscal (165). Centro de Estudos Fiscais, DGCI.
- Guiomar, T. (2014). Gestão do Conhecimento: A importância da inovação e da Competitividade numa Organização do Século XXI. (Tese de Mestrado). Universidade de Coimbra. <https://estudogeral.uc.pt/handle/10316/27216>
- Harguindeguy, J.-B. (2015). Análisis De Políticas Públicas (J.-B. Harguindeguy, Ed.). Editorial Tecnos.
- IAPMEI (2024). Edições PME Líder <https://www.iapmei.pt/PRODUTOS-E-SERVICOS/Qualificacao-Certificacao/PME-Lider/PME-Lider/Como-funciona.aspx>
- INE (2024). Dormidas (N.º) nos estabelecimentos de alojamento turístico por Localização geográfica (NUTS - 2013) e Tipo (alojamento turístico); Anual (2) https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0009877&contexto=pi&selTab=tab0

INE (2024). Empresas (N.º) por Localização geográfica (NUTS - 2013), Atividade económica (Divisão - CAE Rev. 3) e Forma jurídica; Anual (3)

https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0008511&contexto=bd&selTab=tab2&xlang=pt

INE (2024). Empresas (N.º) por Localização geográfica (NUTS - 2013) e Atividade económica (Subclasse - CAE Rev. 3); Anual (1) - Volume de negócios (€) das empresas por Localização geográfica (NUTS - 2013) e Atividade económica (Subclasse - CAE Rev. 3); Anual (1) - Valor acrescentado bruto (€) das Empresas por Localização geográfica (NUTS - 2013) e Atividade económica (Subclasse - CAE Rev. 3); Anual (1) - Formação bruta de capital fixo (€) das Empresas por Localização geográfica (NUTS - 2013) e Atividade económica (Subclasse - CAE Rev. 3); Anual (1)

https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&userLoadSave=Load&userTableOrder=9964&tipoSelecao=0&contexto=pq&selTab=tab1&submitLoad=true&xlang=pt

INE (2024). Exportações (€) de bens por Localização geográfica (NUTS - 2013), Tipo de comércio internacional e Tipo de bens (Nomenclatura combinada - NC2); Anual - Importações (€) de bens por Localização geográfica (NUTS - 2013), Tipo de comércio internacional e Tipo de bens (Nomenclatura combinada - NC2); Anual

https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&userLoadSave=Load&userTableOrder=9967&tipoSelecao=1&contexto=pq&selTab=tab1&submitLoad=true&xlang=pt

INE (2024). Imposto sobre o rendimento (€) das Empresas por Localização geográfica (NUTS - 2013) e Atividade económica (Subclasse - CAE Rev. 3); Anual (3)

https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0008488&contexto=bd&selTab=tab2

INE (2024). Nascimentos (N.º) de Empresas por Localização geográfica (NUTS - 2013) e Atividade económica (Divisão - CAE Rev. 3); Anual (3)

https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0008642&contexto=bd&selTab=tab2&xlang=PT

INE (2024). Poder de compra per capita por Localização geográfica (NUTS - 2013); Bienal

https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0008614&contexto=bd&selTab=tab2

INE (2024). População residente (N.º) por Local de residência (NUTS - 2013), Sexo e Grupo etário; Anual

https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0008273&xlang=pt

INE (2024). Produto interno bruto (B.1*g) a preços correntes (Base 2016 - €) por Localização geográfica (NUTS - 2013); Anual

https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0009973&contexto=bd&selTab=tab2&xlang=pt

INE (2024). Receitas (€) das câmaras municipais por Localização geográfica (NUTS - 2013) e Classificador económico (Receitas); Anual (4)

https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0009480&selTab=tab0

INE (2024). Rendimento bruto declarado deduzido do IRS liquidado por habitante (€) por Localização geográfica (NUTS - 2024); Anual

https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0012672&contexto=bd&selTab=tab2

INE (2024). Reporte de 2024

https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_ped_informacao_list

INE (2024). Valor acrescentado bruto (B.1g) a preços correntes (Base 2016 - €) por Localização geográfica (NUTS - 2013) e Ramo de atividade (A10); Anual

https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0010090&contexto=bd&selTab=tab2

- Igea, D., Agustin, J., Beltrán, A. e Martin, A., (1995). Técnicas de Investigación en Ciencias Sociales. Madrid: Dykinson.
- Jorgenson, D. W., Ho, M. S. e Stiroh, K. J. (2008), “A Retrospective Look at the U.S. Productivity Growth Resurgence.” *Journal of Economic Perspectives*.
- Lei n.º 2/2014, de 16 de janeiro. Diário da República, Série I de 2014-01-16. <https://diariodarepublica.pt/dr/legislacao-consolidada/lei/2014-64205634>
- Maia, C. M. (2019). A pertinência dos benefícios fiscais contratuais na realidade portuguesa (Dissertação, Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa, Lisboa, Portugal). https://repositorio.ipl.pt/bitstream/10400.21/10823/1/Dissertacao_Beneficios_Fiscais_Carina%20Maia_VF.pdf.
- Martin, R., Moodysson, J., & Zukauskaitė, E. (2011). Regional Innovation Policy Beyond “Best Practice”: Lessons from Sweden. *Journal of the Knowledge Economy*, 2(4), 550–568
- Machado, A. (2023). Aprendizagem em políticas de inovação: o caso do relatório Porter e a política de “clusters” em Portugal. (Tese de Mestrado). Repositório da Faculdade de Economia da Universidade do Porto. <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/153572>
- McCann, P., & Shefer, D. (2013). Location, agglomeration and infrastructure. In *Fifty Years of Regional Science* (pp. 1–177).
- Miranda, R. (2009). Qual a relação entre o pensamento crítico e a aprendizagem de conteúdos de ciências por via experimental?: um estudo no 1º Ciclo. [Dissertação de mestrado em Educação, Universidade de Lisboa]. Repositório Institucional da Universidade de Lisboa. <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/5489>
- Monteiro, A. (2019). Territórios do interior, coesão territorial e modelos de governança: a propósito do programa nacional para a coesão territorial, junho 2019, DOI: 10.30553 / SOCIOLOGIAONLINE.2019.19.6.

- Monteiro, S & Romão, N (2018). Governança Multinível em Portugal: Descentralização Sub-Regional e Local e o Papel dos Fundos Europeus. In Coleção Políticas & Territórios, Working Paper n. 94; Unidade de Política Regional, Núcleo de Estudos e Políticas Territoriais, outubro de 2018
- Moreno, L. (2014). O Desenvolvimento Rural e Local face aos desafios da Governança em Portugal. In: Luís Moreno (ed.), O Rural - Leituras, Dinâmicas, Animação e Desenvolvimento. Vez e Voz, Edição Especial, outubro de 2014, (pp. 63-68).
- Moreno, L. (coord.), et al. (2003). Guia das Organizações e Iniciativas de Desenvolvimento Local. Vialonga: animar - Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local.
- Moyson, S., & Scholten, P. (2018). Theories on policy learning: Existing approaches and future challenges. Research to Practice, Cheltenham (UK): Edward Elgar Publishing.
- Mukherjee, I., Coban, M. K., & Bali, A. S. (2021). Policy capacities and effective policy design: a review. Policy Sciences, 54(2), 243–268. <https://doi.org/10.1007/s11077-021-09420-8>
- PORDATA (2024). População Desempregada <https://prod2.pordata.pt/subtema/municipios/populacao+desempregada-221>
- Porter, M. (1990). The Competitive Advantage of Nations. Free Press, NY.
- Porter, M. (1994). Relatório Porter - “Construir as vantagens competitivas de Portugal. Edição: Cedintec.
- Quaresma, S. J., & Boni, V. (2005). Aprendendo a Entrevistar: Como Fazer Entrevistas em Ciências Sociais, 2 (3). DOI: 10.2011.
- Quivy, R. e Campenheoudt, L. (2003). Manual de Investigação em Ciências Sociais. Lisboa. Gradiva. ISBN: 9789726622758.
- Rego, M. J. (2020). *Regime Fiscal de Apoio ao Investimento em Portugal: O Caso das Sociedades do Distrito de Viana do Castelo* (Dissertação, Instituto Politécnico do Cávado e do Ave, Barcelos, Portugal). http://ciencipca.ipca.pt/bitstream/11110/2012/1/9584_Manuel%20Jorge%20

[da%20Costa%20Rego MFISC Disserta%c3%a7%c3%a3o%20apresentada%20dep%c3%b3sito%20legal.pdf](#).

- Reis, E. E. (2015). *Gestão de Inventários numa Empresa de Produção de Linhas de Costura* (Dissertação de Mestrado, Universidade do Minho, Minho, Portugal).
[file:///C:/Users/goncalo.alexandre/Downloads/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Elisete%20Reis.pdf](#)
- Ritchie, J., Lewis, J., Nicholls, C. M., & Ormston, R. (2014). *Qualitative Research Practice: A Guide for Social Science Students & Researchers* (Second Edition). SAGE.
- Silva, M. (2020). *ABC dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis Plataforma – Unidade Cidadania Global Instituto Marquês de Valle Flôr*
- Silva, P. (2016). *Inovação Pedagógica e Práticas Pedagógicas: Um estudo de caso numa sala de educação pré-escolar* (Dissertação de Mestrado, Universidade da Madeira, Funchal, Portugal).
- Soares, S. (2017). *Plano de Marketing Digital para a Empresa Ideias Aparatosas: O Caso da COMPortugal* (Dissertação de Mestrado, Escola Superior do Porto, Porto, Portugal).
- Vilelas, J. (2020). *Investigação. O processo de Construção do Conhecimento*. (3a edição). Sílabo.

ANEXO 1 – “ENTREVISTA ADER-AL”

Guião da entrevista – ADER-AL

Instruções para o entrevistador

A entrevista sobre os fatores que influenciam o desenvolvimento empresarial no Alto Alentejo, à entidade ADER-AL com responsabilidade de Coordenadora, terá por via online. Ocorrerá no dia 12 de junho de 2024 pelas *13h00min*. Caso o entrevistado se recusar ou por algum motivo não tiver disponibilidade, então o entrevistador deve questionar se pode ser indicado outro responsável que desempenhe funções similares que se sinta preparado para poder responder com a mesma exatidão.

O entrevistador deverá perguntar ao entrevistado se a entrevista pode ser gravada, e indicar que o texto da transcrição da entrevista gravada será confidencial e utilizado unicamente para efeitos da investigação. O texto será facultado ao entrevistado para ler e corrigir algo que considerem apropriado.

Questões da entrevista estruturada:

1. Como caracteriza a ADER-AL?
2. Qual é a zona geográfica de intervenção da ADER-AL?
3. Quem são os fundadores da ADER-AL?
4. A ADER-AL surgiu por uma decisão governamental?
5. A associação responde alguma entidade hierárquica, ou seja, tem que prestar contas a alguma entidade sem ser aos seus associados?
6. Como é constituída a vossa equipa técnica?
7. Como associação tem um plano de atividades, e o respetivo orçamento, como é que é realizado esse plano de atividades? Tem algum critério específico, estão obrigados a cumprir algum parâmetro?
8. Na elaboração da estratégia de desenvolvimento local, como é que avalia neste período de tempo, o impacto no território do Alto Alentejo? Faz alguma análise métrica?
9. A taxa de não execução dos apoios é elevada?

10. Quais são os sectores ou atividades que pedem mais apoios na implantação destas medidas?
11. Sendo assim o vosso papel no PEPAC (plano estratégia de política agrícola comum) é preponderante na ligação com o tecido empresarial e as entidades gestoras dos fundos comunitários. Que tipos de parcerias a associação tem? E se tem alguma parceria com a Associação de Agricultores Portalegre?
12. Na sua perspetiva, o papel do Governo na criação do ambiente favorável ao aumento da competitividade empresarial. O que é que acha que poderia ser feito, mas ainda não se conseguiu materializar na região do Alto Alentejo?
13. Tendo em conta o que disse, qual é o feedback dos empresários com quem trabalham? Queixam-se da falta de apoio institucional da falta de apoios simplificados, onde é que os empresários procuram apoio?
14. Como é que caracteriza as lideranças dos nossos empresários do Alto Alentejo?
15. Porquê?
16. A falta de mão de obra qualificada, de que forma é que dificulta o desenvolvimento aqui da região?
17. A divulgação que têm realizado do empreendedorismo rural, social, como é que avalia do ponto de vista ADER-AL, a aplicação de incentivos, ou seja, são medidas inovadoras e iniciais depois conseguem ter ao longo da vida essa repercussão ou a taxa de não execução dessas medidas é elevada na região?
18. O que é que a ADER-AL, tem feito para aumentar o grau de literacia financeira dos empresários? Ajudam os empresários na realização do planeamento fiscal, do plano de negócios?
19. O que é que gostaria de fazer como associação ADER-AL que ainda não fez junto dos empresários? Ações, medidas o que é que acha que a ADER-AL, podia fazer e ainda não conseguiu fazer para aumentar o desenvolvimento da região?

ANEXO 2 – “ENTREVISTA ESTGD”

Instruções para o entrevistador

A entrevista sobre os fatores que influenciam o desenvolvimento empresarial no Alto Alentejo, ao seu Diretor da *Entidade* com responsabilidade no cargo/chefia, terá lugar nas por via online. Ocorrerá no dia 26 de junho de 2024 pelas 12h30min. Caso o entrevistado se recusar ou por algum motivo não tiver disponibilidade, então o entrevistador deve questionar se pode ser indicado outro responsável que desempenhe funções similares que se sinta preparado para poder responder com a mesma exatidão.

O entrevistador deverá perguntar ao entrevistado se a entrevista pode ser gravada, e indicar que o texto da transcrição da entrevista gravada será confidencial e utilizado unicamente para efeitos da investigação. O texto será facultado ao entrevistado para ler e corrigir algo que considerem apropriado.

Questões da entrevista estruturada:

1. Pode indicar qual é a história e a missão da Escola Superior de Gestão de Portalegre?
2. Quantos alunos tem atualmente?
3. Qual é a tendência/evolução do número de aluno?
4. O que diferencia a Escola Superior de Gestão de Portalegre de outras instituições de ensino superior na mesma área?
5. A ESTGD tem realizado intercâmbios internacionais de ofertas formativas nos últimos anos. Qual é taxa de retorno dessas ações?
6. Como é que os alunos internacionais avaliam a escola após terminarem a formação? E como vêm a região do Alto Alentejo?
7. A forma de aprendizagem tem mudado ao longo dos anos. O que é que a ESTGD tem feito para estar nos novos métodos de ensino?
8. Quais são as principais áreas de pesquisa de projetos que a ESTGD realiza? E qual o seu impacto na comunidade?
9. Como é que a escola promove o empreendedorismo, fora dos cursos de gestão?

10. Como é que a ESTGD prepara os alunos para o mercado de trabalho?
11. Quais são as taxas de empregabilidade dos recém-licenciados?
12. A região do Alto Alentejo consegue absorver a mão de obra qualificada da ESTGD?
13. Quais são as ações que a ESTGD promove com o tecido empresarial do Alto
14. As empresas privadas procuram os serviços que a ESTGD disponibiliza?
15. Que tipo de ações a ESTGD realiza para aumentar o grau de literacia financeira dos empresários do Alto Alentejo?
16. Inovação exige liderança, como caracteriza as lideranças dos líderes empresariais do Alto Alentejo?
17. Consegue quantificar a percentagem de alunos internacionais e de outras zonas fora do distrito de Portalegre?
18. A ESTGD é um ponto de desenvolvimento da região do Alto Alentejo quais são os desafios que enfrenta na falta de disponibilidade e qualidade da infraestrutura física, como estradas, ferrovias, e aeroportos, podem afetar a acessibilidade e logística das empresas no Alto Alentejo?
19. Como diretor de uma escola pública de ensino superior de gestão qual seria o fator ou fatores que fizessem a diferença para alavancar o tecido empresarial do Alto Alentejo?

ANEXO 3 – “ENTREVISTA ESTGD-GEE”

Instruções para o entrevistador

A entrevista sobre os fatores que influenciam o desenvolvimento empresarial no Alto Alentejo, ao seu Diretor da *Entidade* com responsabilidade no cargo/chefia, terá lugar nas por *via online*. Ocorrerá no dia 5 de julho de 2024 pelas 12h00min. Caso o entrevistado se recusar ou por algum motivo não tiver disponibilidade, então o entrevistador deve questionar se pode ser indicado outro responsável que desempenhe funções similares que se sinta preparado para poder responder com a mesma exatidão.

O entrevistador deverá perguntar ao entrevistado se a entrevista pode ser gravada, e indicar que o texto da transcrição da entrevista gravada será confidencial e utilizado unicamente para efeitos da investigação. O texto será facultado ao entrevistado para ler e corrigir algo que considerem apropriado.

Questões da entrevista estruturada:

1. Curriculum do entrevistado (resumo biográfico)
2. Qual foi o motivo da criação do GEE gabinete de empreendedorismo e emprego?
3. Quais são os objetivos do GEE?
4. O GEE realiza alguma avaliação métrica da utilização dos seus serviços? (ex. n.º alunos, empresas, ações de divulgação)
5. O GEE consegue indicar a % da procura dos seus alunos?
6. O GEE esta sob a tutela do IPP, nesse âmbito o gabinete tem parcerias com outras Instituições de Ensino Superior?
7. Como é que GEE promove o empreendedorismo?
8. O GEE consegue avaliar o seu impacto no desenvolvimento da região do Alto Alentejo?
9. A região do Alto Alentejo consegue absorver a mão de obra qualificada formada no Instituto Politécnico de Portalegre?
10. Que tipo de empresas da região do Alto Alentejo procuram os serviços do GEE?

11. Como o gabinete promove a disseminação dos resultados das pesquisas para a sociedade?
12. O GEE também tem a gestão do BIOBIP, neste momento quantas empresas estão instaladas no BIOBIP?
 - 12.1. Quais são as áreas de atividade dessas empresas?
 - 12.2. Quantas pessoas estão a trabalhar no espaço do BIOBIP?
13. Em relação à BioBIP tem também a funcionar uma vertente de incubação virtual, qual é a mais-valia da incubação virtual para a região do Alto Alentejo?
 - 13.1. Quais são as mais-valias da incubação virtual para a região do Alto Alentejo?
14. Qual é a relação que o IPP tem com a incubadora de empresas de base não tecnológica de Portalegre?
 - 14.1. Se o IPP faz parte da gestão do espaço qual é o seu grau de intervenção na gestão do espaço?
15. Seria benéfico à criação de uma parceria/rede de incubadoras na região do Alto Alentejo?
16. Como é que caracteriza os incentivos fiscais e as políticas fiscais desenvolvidas pelo estado Português para ajudar os empresários a desenvolver a sua atividade?
17. Nesta linha de pensamento acha que o banco do fomento seria uma entidade que pudesse potenciar o desenvolvimento das empresas da região?
18. O GEE realiza ações ou divulgações para aumentar o grau de literacia financeira dos empresários do Alto Alentejo?
19. Inovação exige liderança, como caracteriza as lideranças dos líderes empresariais do Alto Alentejo ao longo do tempo?
20. Na sua opinião a disponibilidade e qualidade da infraestrutura física, como estradas, ferrovias, e aeroportos, podem afetar a acessibilidade e logística das empresas no Alto Alentejo?
21. Como pró-presidente do GEE na sua opinião quais são os fatores que iriam permitir o desenvolvimento da região que até hoje ainda não conseguiu concretizar?

ANEXO 4 – “ENTREVISTA ESTGD-GII”

Instruções para o entrevistador

A entrevista sobre os fatores que influenciam o desenvolvimento empresarial no Alto Alentejo, ao seu Diretor da *Entidade* com responsabilidade no cargo/chefia, terá lugar nas por *via online*. Ocorrerá no dia 8 de julho de 2024 pelas 12h00min. Caso o entrevistado se recusar ou por algum motivo não tiver disponibilidade, então o entrevistador deve questionar se pode ser indicado outro responsável que desempenhe funções similares que se sinta preparado para poder responder com a mesma exatidão.

O entrevistador deverá perguntar ao entrevistado se a entrevista pode ser gravada, e indicar que o texto da transcrição da entrevista gravada será confidencial e utilizado unicamente para efeitos da investigação. O texto será facultado ao entrevistado para ler e corrigir algo que considerem apropriado.

Questões da entrevista estruturada:

1. Curriculum do entrevistado (resumo biográfico)
2. Qual foi o motivo da criação do GII gabinete de investigação e inovação?
3. De que forma a comunidade de investigação e desenvolvimento tecnológico promove o conhecimento nas necessidades das empresas da região do Alto Alentejo?
4. Que tipo de empresas da região do Alto Alentejo procuram os vossos serviços?
 - 4.1 O GII realiza alguma avaliação métrica da utilização dos seus serviços realizados? (ex. n.º alunos, empresas, ações de divulgação)
 - 4.2 Qual é a nacionalidade dos investigadores que trabalham no IPPortalegre?
5. Em relação às candidaturas que o IPP faz são candidaturas exclusivamente aos fundos europeus, ou a outras entidades?
6. No apoio à realização de candidatura como é que ajudam os empresários?
7. O GII consegue avaliar o impacto que tem na região, no desempenho da vossa atividade?

8. Como é que o GII promove o empreendedorismo?
9. A região do Alto Alentejo consegue absorver a mão de obra qualificada formada no Instituto Politécnico de Portalegre?
10. Como é que caracteriza os incentivos fiscais e a políticas fiscais desenvolvidas pelo estado Português para ajudar os empresários a desenvolver a sua atividade?
11. Existe uma entidade que é o banco do fomento seria uma entidade que pudesse potenciar o desenvolvimento das empresas da região?
12. O GII realiza ações ou divulgações para aumentar o grau de literacia financeira dos empresários do Alto Alentejo?
13. Inovação exige liderança, como caracteriza as lideranças dos líderes empresariais do Alto Alentejo ao longo do tempo? (se são avesso à mudança, ou estão habituados a trabalhar de modo tradicional)
14. Na sua opinião a disponibilidade e qualidade da infraestrutura física, como estradas, ferrovias, e aeroportos, podem afetar a acessibilidade e logística das empresas no Alto Alentejo?
15. Como pró presidente do GII na sua opinião quais são os fatores que iriam permitir o desenvolvimento da região que até hoje ainda não conseguiu concretizar?

ANEXO 5 – “ENTREVISTA IEFP”

Guião da entrevista – IEFP

Instruções para o entrevistador

A entrevista sobre os fatores que influenciam o desenvolvimento empresarial no Alto Alentejo, ao Instituto de Emprego e Formação Profissional de Portalegre à Coordenadora do Núcleo de Gestão do Mercado de Emprego de Portalegre, terá na morada, Rua 31 de janeiro, 96 localidade de Portalegre. Ocorrerá no dia 7 de junho de 2024 pelas *10h00min*. Caso o entrevistado se recusar ou por algum motivo não tiver disponibilidade, então o entrevistador deve questionar se pode ser indicado outro responsável que desempenhe funções similares que se sinta preparado para poder responder com a mesma exatidão.

O entrevistador deverá perguntar ao entrevistado se a entrevista pode ser gravada, e indicar que o texto da transcrição da entrevista gravada será confidencial e utilizado unicamente para efeitos do trabalho de mestrado. O texto será facultado ao entrevistado para ler e corrigir algo que considere apropriado.

Questões da entrevista estruturada:

1. Qual é a missão e visão da estrutura do IEFP de Portalegre?
2. Qual ou quem são o vosso público alvo?
3. Qual o papel do Governo na criação de um ambiente que aumente a competitividade empresarial?
4. O IEFP nas suas ofertas de formação, já têm formações de machine learning e de inteligência artificial?
5. As empresas na sua atividade corrente fazem planeamento? Têm noção da necessidade do planeamento como forma de aumentar a sua competitividade?
6. O IEFP ajuda os empresários do Alto Alentejo fazer um plano de negócios da sua empresa? Como?
7. O que faz o IEFP para aumentar o grau de literacia financeira dos empresários a públicos diferenciados?

8. Consegue perceber porque é que há assim tanta resistência?
9. Porque é que aqui nesta zona demográfica com tantas dificuldades os empresários e as pessoas não aderem a essas medidas?
10. Sendo assim o IEFP acaba por ser uma entidade que acaba por acolher novos trabalhadores imigrantes. Esta situação acentuou-se ainda antes do COVID-19 ou foi uma questão que decorre ao longo dos anos?
11. Consegue avaliar de que zonas geográficas é que são oriundos?
12. Quais são as atividades ou sectores de atividades em que trabalham?
13. Desta população nova imigrante já alguém procurou o IEFP para abrir o seu próprio negócio?
14. Como avalia os vários apoios e políticas de empreendedorismo?
15. Como é que o IEFP ou qual é o apoio que o IEFP tem neste momento específico para ajudar os empresários nesse sentido?
16. O IEFP ao longo dos anos tem feito parcerias na região. Quais são as parcerias mais significantes com mais impacto junto da comunidade?
17. Em relação ao GIP junto das autarquias, qual é que é a avaliação que fazem?
18. Inovação exige liderança, como caracteriza as lideranças dos líderes empresariais do Alto Alentejo?
19. Como é que o IEFP faz as ações de sensibilização da falta de mão de obra qualificada, e acaba por ser uma dificuldade para o desenvolvimento da região, enquanto entidade formadora que políticas é que estão a implementar?
20. O IEFP faz uma análise do perfil dos empregadores que pedem os vossos apoios?
21. O IEFP não tem uma ideia de qual é a faixa etária maioritária dos empresários do Alto Alentejo?
22. Na sua opinião, tendo este conhecimento seria um fator facilitador na implementação de novas políticas indo de acordo com as necessidades dos empregadores?
23. Quais são programas de apoio do IEFP tido uma boa aceitação das empresas do Alto Alentejo? Porquê?

24. Quem é que fiscaliza os apoios atribuídos pelo IEFP?

25. Qual é a taxa da não execução do apoios?

26. O IEFP tem feito parcerias com as associações empresariais do distrito?

ANEXO 6 – “ENTREVISTA NERPOR”

Guião da entrevista - NERPOR

Instruções para o entrevistador

A entrevista sobre os fatores que influenciam o desenvolvimento empresarial no Alto Alentejo, ao seu Diretor da *Entidade* com responsabilidade no cargo/chefia, terá lugar *por via online*. Ocorrerá no dia 18 de junho de 2024 pelas *15h00min*. Caso o entrevistado se recusar ou por algum motivo não tiver disponibilidade, então o entrevistador deve questionar se pode ser indicado outro responsável que desempenhe funções similares que se sinta preparado para poder responder com a mesma exatidão.

O entrevistador deverá perguntar ao entrevistado se a entrevista pode ser gravada, e indicar que o texto da transcrição da entrevista gravada será confidencial e utilizado unicamente para efeitos da investigação. O texto será facultado ao entrevistado para ler e corrigir algo que considerem apropriado.

Questões da entrevista estruturada:

1. Como surgiu a necessidade de criar a NERPOR?
2. Qual é o raio de ação geográfico do NERPOR?
3. Quantos associados têm a Associação? E quais são as atividades mais representativas?
4. Como é que promovem o empreendedorismo nas suas várias vertentes (social, rural)?
5. Ainda nos dias de hoje continuam a implementar concursos de empreendedorismo?
6. Isto em parceria com a CCDR?
7. Como analisa o grau de automatização e digitalização das empresas do Alto Alentejo desde a existência do NERPOR?

8. Como é que o NERPOR ajuda o tecido empresarial no combate à falta de mão de obra qualificada na região do Alto Alentejo?
9. A disponibilidade e qualidade da infraestrutura física, como estradas, ferrovias, e aeroportos, podem condicionar o desenvolvimento de uma região. Como é que acha no Alto Alentejo tendo em conta que não temos grandes acessos de infraestruturas te prejudicado o desenvolvimento da região?
- 10 O que é que a Associação NERPOR tem feito para aumentar as exportações bens e serviços dos seus associados?
11. Como é que caracteriza os incentivos fiscais e a políticas fiscais desenvolvidas pelo estado Português para ajudar os empresários a desenvolver a sua atividade?
12. Nesta linha de pensamento acha que o banco do fomento seria uma entidade que pudesse potenciar o desenvolvimento das empresas da região?
13. O NERPOR tem uma incubadora de empresas que já está em funcionamento. Seria benéfico à criação de uma parceria/rede de incubadoras na região?
14. para si quais são os fatores que iriam permitir o desenvolvimento da região que até hoje ainda não consegui concretizar?

ANEXO 7 – “ENTREVISTA TURISMO DE PORTUGAL”

Instruções para o entrevistador

A entrevista sobre os fatores que influenciam o desenvolvimento empresarial no Alto Alentejo, ao Turismo de Portugal com responsabilidade de quadro superior o guião da entrevista foi enviado por endereço eletrónico no dia 5 de mês julho de 2024 às 9h00min. Caso o entrevistado se recusar ou por algum motivo não tiver disponibilidade, então o entrevistador deve questionar se pode ser indicado outro responsável que desempenhe funções similares que se sinta preparado para poder responder com a mesma exatidão.

O entrevistador deverá indicar ao entrevistado que o texto da transcrição da entrevista será confidencial e utilizado unicamente para efeitos da investigação. O texto será facultado ao entrevistado para ler e corrigir algo que considerem apropriado.

Questões da entrevista estruturada:

Quando se entrevista uma entidade como o Turismo de Portugal, é importante formular perguntas que possam elucidar sobre as estratégias, desafios e oportunidades do setor turístico em Portugal. As perguntas devem abranger uma variedade de tópicos, incluindo políticas, marketing, sustentabilidade, inovação e perspetivas futuras. Aqui estão alguns exemplos de perguntas:

1. Curriculum do entrevistado (resumo biográfico e cargo que ocupa na instituição)
2. Quais são as principais estratégias do Turismo de Portugal para promover o turismo nas zonas de pouca densidade populacional como é caracterizada a região do Alto Alentejo?
3. Quais são os principais mercados internacionais que o Turismo de Portugal está a promover o território e porquê?
4. Como é que o Turismo de Portugal promove o empreendedorismo nas suas várias vertentes? (social, rural, alojamento local)
5. Quais são as iniciativas do Turismo de Portugal que promove para divulgação da atividade turística na região do Alto Alentejo?

6. De que forma o Turismo de Portugal está a apoiar as startups e novas empresas no setor do turismo?
7. O que faz o Turismo de Portugal para aumentar o grau de literacia financeira dos empresários? (numa vertente formação contínua)
8. Inovação exige liderança, como caracteriza as lideranças dos líderes empresariais do Alto Alentejo? (são conservadores, resistem à mudança, preferem manter a forma tradicional de trabalhar)
9. Como é que o Turismo de Portugal aborda a questão da sazonalidade no turismo da região do Alto Alentejo?
10. Que ações realiza o Turismo de Portugal, para colmatar a falta de mão de obra qualificada no turismo da região do Alto Alentejo?
11. Como analisa o grau de automatização e digitalização das empresas no setor do turismo do Alto Alentejo?
12. Como é que caracteriza os incentivos fiscais e a políticas fiscais desenvolvidas pelo estado Português para ajudar os empresários a desenvolver a sua atividade turística?
13. Que tipo de programas/apoios do Turismo de Portugal têm uma boa aceitação das empresas do Alto Alentejo? Porquê?
 - 13.1 Qual a sua taxa de execução desses programas/apoios?
14. Qual o grau de automatização e digitalização das empresas do setor do Turismo na região do Alto Alentejo?
15. Na sua opinião a disponibilidade e qualidade de infraestruturas físicas, como estradas, ferrovias, e aeroportos, podem influenciar o desenvolvimento das empresas no Alto Alentejo?
16. Que tipos de redes de apoio e parcerias, são promovidos pelo Turismo de Portugal?
17. Ao nível institucional qual é a relação do Turismo de Portugal e a região de turismo do Alentejo e Ribatejo como fazem essa articulação?

18. Quais são os maiores desafios que o turismo em Portugal enfrenta atualmente sobretudo nas zonas de pouca densidade populacional como é a região do Alto Alentejo?

19. Na sua perspetiva quais são as medidas que deveriam ser implementadas para potenciar o crescimento da atividade?